UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

RITA DE CÁSSIA SOUZA SPÍNDOLA

EFEITOS DE AUTORIA DE MULHERES NEGRAS:
Leituras e Discursividades em Materiais Didáticos

ARARAQUARA – SP
2025

RITA DE CÁSSIA SOUZA SPÍNDOLA

EFEITOS DE AUTORIA DE MULHERES NEGRAS:

Leituras e Discursividades em Materiais Didáticos

Dissertação apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestra em Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Teorias e Crítica da Narrativa

Orientador: Professor Doutor Jacob dos Santos Biziak

ARARAQUARA – SP

2025

S757e

Spíndola, Rita de Cássia Souza
Efeitos de autoria de mulheres negras : leituras e discursividades em materiais didáticos / Rita de Cássia Souza Spíndola. -- Araraquara, 2025
173 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Jacob dos Santos Biziak

1. Literatura Brasileira. 2. Mulheres e Literatura. 3. Análise do discurso literário. 4. Material didático. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa analisa criticamente a representação de autoras negras, como Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina dos Reis, em livros didáticos de literatura. O estudo investiga como escolhas editoriais e pedagógicas moldam a percepção dos alunos sobre a literatura brasileira e a inclusão de vozes. Utilizando teoria literária e análise de discurso histórico materialista, a pesquisa aprofunda as autorias em suas condições de produção e o papel dos livros como Aparelhos Ideológicos de Estado. Seu impacto potencial reside em promover uma reavaliação crítica do cânone literário, valorizando a contribuição das autoras negras. Isso fomenta uma compreensão mais abrangente e diversificada da literatura brasileira. Contribuindo para uma educação mais justa e inclusiva, e debates futuros sobre a diversidade na literatura e sociedade.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research critically analyzes the representation of Black female authors, such as Carolina Maria de Jesus and Maria Firmina dos Reis, in literature textbooks. The study investigates how editorial and pedagogical choices shape students' perceptions of Brazilian literature and the inclusion of voices. Using literary theory and historical materialist discourse analysis, the research delves deeper into authorship and its conditions of production and the role of books as ideological state apparatuses. Its potential impact lies in promoting a critical reevaluation of the literary canon, valuing the contributions of Black female authors. This fosters a more comprehensive and diverse understanding of Brazilian literature, contributing to a more just and inclusive education and future debates on diversity in literature and society.

RITA DE CÁSSIA SOUZA SPÍNDOLA

EFEITOS DE AUTORIA DE MULHERES NEGRAS:

Leituras e Discursividades em Materiais Didáticos

Dissertação apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestra em Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Teorias e Crítica da Narrativa

Data da defesa: 30/05/2025

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Professor Doutor Jacob dos Santos Biziak

Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”.

Membro Titular: Professora Doutora Glória da Ressureição Abreu França

Universidade Federal do Maranhão.

Membro Titular: Professora Doutora Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan

Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”.

Local: Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

DEDICATÓRIA



Maurilio da Souza Spíndola

(in memoriam)

Ao meu avô paterno...



Davi de Souza Spíndola

(in memoriam)

E ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que antes de mim
fizeram sentidos,
traços,
dores,
risos...
Àqueles que junto a mim
buscaram sentidos,
traços,
dores,
risos...
Mas, de alguma forma,
mesmo depois de se terem ido,
deixaram em meu Ori
traços,
dores,
risos
e memórias que nem mesmo
o sistema conseguiu
silenciar...
..
.

“a Mãe Mar a abraça e, emocionada, acolhe sua oração. Em seguida, sussurra-lhe na língua wolof local:

Jërëjëf, obrigada. Através de você revejo seus avôs e avós, bisavôs e bisavós, tataravôs e tataravós, que um dia, daqui do meu manto, olharam pela última vez para a ilha, dela despedindo-se com amargura. Filhos e filhas que do meu útero foram arrancados, brutalmente sequestrados.

[...] _Apesar de toda a violência sofrida, seus ancestrais, os meus filhos e filhas, souberam transformar, em seu país chamado Brasil, a dor da escravidão em atos criativos. Eis uma prova disso diante de meu corpo d’água: um ser de luz como você.

[...] Jërëjëf! Jërëjëf! Jërëjëf!

Serenou o mar... De verde-jade. Serenou o mar” (Oliveira, 2014, p. 12-13).

RESUMO

Este estudo investiga a intrincada representação de escritoras negras nos livros didáticos de literatura utilizados no Instituto Federal de São Paulo, campus Sertãozinho. Adotando a Análise de Discurso Histórico Materialista como arcabouço metodológico principal, a pesquisa busca desvelar os discursos ideológicos perpetuados por esses materiais educativos, compreendendo-os como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), na concepção de Louis Althusser. A análise fundamenta-se também nas teorias de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Mônica Zoppi-Fontana sobre a produção de leitura e suas condições, visando uma compreensão aprofundada das relações entre discurso, ideologia e práticas pedagógicas. O estudo se detém na análise das obras de duas autoras canônicas da literatura afro-brasileira do século XIX e XX: Maria Firmina dos Reis, com seu romance abolicionista “Úrsula”, e Carolina Maria de Jesus, com o impactante diário “Quarto de Despejo”. Para cada obra, a investigação detalha as condições de produção que as engendraram, o posicionamento que ocupam nas histórias da literatura brasileira, as posições de sujeito delineadas no texto (narrador e personagens) e a constituição da autoria em uma perspectiva discursiva que considera as marcas de raça, gênero e classe social. No que concerne aos livros didáticos, a pesquisa examina como esses materiais curriculares organizam e apresentam o conteúdo literário, investigando a construção de arquivos literários e a discursividade histórica que neles se manifesta. Analisa-se a constituição da figura do autor nos livros didáticos, com um olhar específico para a representação e a possível invisibilidade de autoras negras. A investigação culmina na análise do processo de significação das autorias femininas negras nos livros didáticos do IFSP Sertãozinho, explorando como suas obras são incluídas, interpretadas e quais elementos são enfatizados ou silenciados, bem como as possíveis reverberações dessas representações na formação de interpretações e identidades literárias entre os estudantes. Objetiva-se, com esta pesquisa, elucidar como os livros didáticos, enquanto importantes mediadores do conhecimento literário no contexto escolar, contribuem para a construção de um cânone literário que pode tanto perpetuar hierarquias e exclusões quanto promover uma visão mais plural e representativa da literatura brasileira, em consonância com as demandas contemporâneas por justiça social e reconhecimento da diversidade cultural.

Palavras-chave: Escritoras negras; Livro didático; Literatura afro-brasileira; Análise de discurso materialista

ABSTRACT

This study investigates the intricate representation of black women writers in literature textbooks used at the Instituto Federal de São Paulo, Sertãozinho campus. Adopting Historical Materialist Discourse Analysis as the main methodological framework, the research seeks to unveil the ideological discourses perpetuated by these educational materials, understanding them as Ideological State Apparatuses (ISA), in the conception of Louis Althusser. The analysis is also based on the theories of Michel Pêcheux, Eni Orlandi and Mônica Zoppi-Fontana on the production of reading and its conditions, aiming at an in-depth understanding of the relationships between discourse, ideology and pedagogical practices. The study focuses on the analysis of the works of two canonical authors of Afro-Brazilian literature from the 19th and 20th centuries: Maria Firmina dos Reis, with her abolitionist novel “Úrsula”, and Carolina Maria de Jesus, with the impactful diary “Quarto de Despejo”. For each work, the research details the conditions of production that engendered them, the position they occupy in the history of Brazilian literature, the subject positions outlined in the text (narrator and characters) and the constitution of authorship from a discursive perspective that considers the marks of race, gender and social class. Regarding textbooks, the research examines how these curricular materials organize and present literary content, investigating the construction of literary archives and the historical discursivity that manifests itself in them. The constitution of the author figure in textbooks is analyzed, with a specific look at the representation and possible invisibility of black female authors. The research culminates in the analysis of the process of signification of black female authors in the textbooks of IFSP Sertãozinho, exploring how their works are included, interpreted and which elements are emphasized or silenced, as well as the possible reverberations of these representations in the formation of literary interpretations and identities among students. The aim of this research is to elucidate how textbooks, as important mediators of literary knowledge in the school context, contribute to the construction of a literary canon that can both perpetuate hierarchies and exclusions and promote a more plural and representative vision of Brazilian literature, in line with contemporary demands for social justice and recognition of cultural diversity.

Keywords: Black women writers; Textbook; Afro-Brazilian literature; Materialist discourse analysis

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 AUTORIAS CONSTRUÍDAS EM CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO 21

2.1 A base filosófica da análise de discurso materialista: Louis Althusser e Aparelhos Ideológicos de Estado.....25

2.2 Sujeito, interpelação, materialidade, autoria e condições de produção na análise de discurso materialista.....31

2.3 A construção de autorias em contextos marginalizados: mulheres negras nas histórias da literatura brasileira.....38

2.4 Materiais didáticos como Aparelhos Ideológicos de Estado: perspectiva discursiva e história das ideias em/sobre educação literária e formação de leitor no Brasil.....43

3 PROCESSOS ENUNCIATIVOS E DISCURSIVOS NAS OBRAS LITERÁRIAS.....50

3.1 *Úrsula*: constituição de autoria em perspectiva discursiva.....54

3.1.a condições de produção da obra.....55

3.1.b posicionamento da obra nas histórias da literatura brasileira.....58

3.1.c posições de sujeito: narrador e personagens.....61

3.1.d constituição de autoria na obra.....78

3.2 *Quarto de despejo*: constituição de autoria em perspectiva discursiva.....85

3.2.a condições de produção da obra.....90

3.2.b posicionamento da obra nas histórias da literatura brasileira.....101

3.2.c posições de sujeito: narrador e personagens.....103

3.2.d constituição de autoria na obra.....116

4 ELABORAÇÕES LITERÁRIAS NOS LIVROS DIDÁTICOS.....124

4.1 O material didático e a construção de arquivos literários.....129

4.2 A discursividade histórica no material didático.....134

4.3 Apresentação dos corpora dos livros didáticos e sua historicização no IFSP Sertãozinho..... 140

4.4 A constituição do autor de livros didáticos.....156

4.5 O processo de significação das autorias femininas negras nos livros didáticos analisados.....160

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....163

REFERÊNCIAS.....167

1 INTRODUÇÃO

Memorial



Figura 1- Arquivo Pessoal

Ela não tinha olhos azuis ou verdes, nem tão pouco cabelos claros.
Quando havia casamentos na família, ela não era a "daminha de honra".
Ela tinha uma expressão triste.
Seu vestido fora feito de uma toalha de mesa.
Feito por sua mãe.

Sua família (materna) era genuinamente de ascendência portuguesa.
Suas tias casaram-se com homens brancos e seus tios com mulheres brancas.
Eram dez.
Seu avô (materno), vez ou outra, a chamava de macaca. Ela sorria para esta "brincadeira".



Figura 2- Arquivo Pessoal

Sua mãe trabalhava de empregada doméstica na casa de sua bisavó (materna), seguia a profissão da mãe (a vó materna).
Aliás, ela, mãe, pai e irmão ocupavam uma das casas do cortiço da bisa (materna).
Este era o pagamento recebido em troca do trabalho realizado por sua mãe.



Figura 3- Arquivo Pessoal

Enquanto, sua mãe trabalhava, ela passava o dia na casa da avó (materna) que às vezes sorria e gostava de mexer nas plantas do jardim e cuidar dos "pequineses".
Ela não podia brincar com as crianças do cortiço.
Em alguns dias, ela dormia na casa da vó (materna).
Ficava triste esta menina.

Na certidão de nascimento de seu pai constava a palavra parda, na dela branca, talvez ele (pai) tenha se alegrado com isto.

De sua família (paterna) pouco ela sabia.

Havia uma avó "crente" (da igreja Deus é amor), viúva e lavadeira.

Em suas férias escolares ela ia para a casa desta vó (paterna), comia bolacha de água e sal, lambia a camada fina de margarina antes de mordê-la, tudo isto com chá de cidreira; para esta vó (paterna) não era bom criança tomar café.



Figura 4 - Arquivo Pessoal

Depois, juntas iam para o quarto de rezar, ajoelhavam-se.

A vó (paterna) rezava o salmo 91 ("Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará").

Ela olhava a vó (paterna).

Depois caminhavam até o limoeiro.

A vó (paterna) colhia os limões para o suco e ela sentia o aroma das flores.



Figura 5- Arquivo Pessoal

Um dia..., durante uma dessas colheitas, ela perguntou à vó (paterna):

– Vó quem foi o meu avô?

A vó (paterna) levanta-se e dirige-se ao quarto, vai até a mesinha de cabeceira, abre uma gaveta rangente e dá para a menina um retrato retocado a mão.

Ela encanta-se sem ao menos se dar conta de todo o silenciamento que ali trazia.

Ela cresceu e foi alfabetizar meninas de vestidinhos xadrezes multicolores.

Isto não lhe bastando, seguiu para analisar e 'autorar' livros que ensinavam.

Quando todos chegaram a pensar que tudo isto para ela se bastasse.

Ela volta às Letras estudar.

Ao ter contato com as obras de Maria Firmina dos Reis e de Carolina Maria de Jesus na disciplina de Literaturas Portuguesas, durante a minha

graduação em Licenciatura em Letras, fui fortemente tocada e a partir disto comecei a analisar a maneira como eram abordadas as suas posições de autoria e as reverberações de suas obras em alguns materiais didáticos e a partir disto começo a buscar as materialidades discursivas e as enunciações persentes nestas autorias.

O presente estudo investiga a constituição de posição de/sobre escritoras negras nos livros didáticos de literatura, concentrando-se em discursos perpetuados/atualizados por esses materiais educativos no confronto com uma análise das condições de produção das autoras destacadas. Especificamente, este estudo foca nos livros didáticos utilizados pelo Instituto Federal de São Paulo, Campus Sertãozinho, buscando compreender como essas obras influenciam a formação das leitoras e dos leitores e a construção de identidades literárias. O objetivo é desvelar como os materiais didáticos, enquanto aparelhos ideológicos de Estado, moldam a percepção da literatura e das autoras negras, as obras analisadas são *Úrsula* (2018) de Maria Firmina dos Reis e *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* de Carolina Maria de Jesus (2014). A escolha do tema se justifica pela necessidade urgente de dar visibilidade às autoras negras na literatura brasileira, cujas contribuições são frequentemente marginalizadas ou omitidas no cânone literário e nos materiais didáticos.

Diante de todas as afetações ora aqui apresentadas, e principalmente para (talvez) entender os processos de silenciamento/apagamento que um discurso possa apresentar opto por fundamentar este estudo na análise de discurso materialista, uma abordagem teórica que permite explorar a interseção entre linguagem, poder e ideologia. Conforme Althusser (1999b), os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), incluindo os sistemas educacionais, desempenham um papel crucial na geração das condições de produção, influenciando a construção de subjetividades e a manutenção da ordem social. Althusser argumenta que "os AIEs funcionam predominantemente pela ideologia" e são fundamentais para a reprodução das relações de produção, pois "a escola (mas também outras instituições como a Igreja ou a família) ensina 'as regras do jogo' da ordem estabelecida" (1999b, p.40). Nesse contexto, a literatura ensinada nas escolas é um instrumento poderoso na construção e perpetuação de ideologias que podem tanto reforçar quanto desafiar as estruturas de poder existentes. A análise de *Úrsula* e *Quarto de Despejo* sob

essa ótica permitirá uma compreensão mais profunda de como essas narrativas não só refletem, mas também resistem às dinâmicas de exclusão e marginalização.

A análise de discurso, discutida por Eni Orlandi (2005), fornece ferramentas valiosas para investigar como discursos são (re)produzidos, internalizados e disseminados pelos sujeitos. Orlandi argumenta que "A análise de discurso é um campo de conhecimento que possibilita entender como se dão as relações de sentido no interior da sociedade, considerando as condições de produção do discurso" (2005, p.17). Assim, esta pesquisa se propõe a examinar não apenas os textos literários em si, mas também as condições de produção históricas, sociais e culturais em que são constituídos, formulados e postos em circulação. A obra *Úrsula*, publicada em 1859, é frequentemente citada como o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira, escrito por uma mulher negra, oferecendo uma perspectiva única sobre a questão da escravidão e das relações raciais no Brasil do século XIX. Já *Quarto de Despejo*, um diário publicado em 1960, traz à tona as duras realidades da vida nas favelas paulistanas através da voz autêntica e potente de Carolina Maria de Jesus, proporcionando uma crítica incisiva às condições socioeconômicas de sua época.

Em um estudo seminal, Claudine Haroche (1992) explora as maneiras pelas quais os discursos são moldados e transformados pelas condições materiais de sua produção. Segundo Haroche, o "Discurso não é um simples reflexo da realidade social, mas uma prática que contribui para a construção dessa realidade" (1992, p.45). Essa perspectiva é fundamental para entender como as autorias femininas negras são apresentadas e interpretadas nos materiais didáticos e como essas representações afetam a formação das leitoras e dos leitores. Ao aplicar essa abordagem à análise das obras de Reis e de Jesus, pretende-se revelar como seus textos são mais do que meros testemunhos históricos; eles são intervenções ativas em discursividades, desafiando as narrativas hegemônicas e oferecendo novas possibilidades de entendimento sobre identidades negras e femininas na literatura brasileira.

A relevância desta pesquisa está enraizada na necessidade de uma compreensão mais inclusiva da literatura brasileira. Ao destacar a importância de reconhecer e valorizar a diversidade de vozes e perspectivas presentes nas

obras literárias, esta pesquisa visa a contribuir para uma reavaliação crítica do cânone literário e dos processos educativos. Conforme argumenta Stuart Hall (2003), a identidade cultural constitui-se como um espaço de disputa, um fenômeno em constante processo de formação e transformação. Assim, a inclusão de autoras negras e o modo como isto ocorre nos materiais didáticos é um passo crucial para a construção de uma identidade literária mais representativa e equitativa. Em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis utiliza sua narrativa para explorar temas como o racismo, o sexismo e a resistência à opressão, oferecendo uma visão complexa e multifacetada das experiências dos escravizados e das mulheres negras. Por outro lado, *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus não apenas narra as condições de vida adversas nas favelas, mas também oferece uma crítica poderosa à desigualdade social e econômica, utilizando uma experiência subjetiva específica como uma forma de resistência simbólica.

Além disso, a análise de obras didáticas revela como a figura de Carolina Maria de Jesus é representada nos materiais escolares. Carolina Maria de Jesus é frequentemente enquadrada de maneira redutora, focando em sua condição de pobreza e marginalização, ao invés de sua complexidade literária e inovadora. Esse tipo de representação não só perpetua visões estereotipadas, mas também limita a compreensão das/dos estudantes sobre a riqueza e a profundidade das contribuições de autoras negras para a literatura brasileira. Ao reavaliar essas representações, esta pesquisa busca oferecer uma visão mais justa e completa das obras de Jesus e de Reis, destacando a importância de suas vozes no contexto literário e educacional.

Perante a estas ponderações, questiona-se a exclusão de escritoras e escritores, que, por não corresponderem a determinados requisitos, não seriam reconhecidos nas escolas literárias. Machado (2002) destaca que nenhuma lista de livros fundamentais vale alguma coisa se não for acompanhada por uma discussão honesta sobre o chamado cânone literário. Diante disso, apresenta-se uma visão crítica sobre as escolhas dessas obras consideradas primordiais:

> Por que esses títulos e não outros? Por que considerar que justamente esses livros são essenciais e não levar em conta tantas outras obras? Por que tantos autores homens? Tantos brancos? Tantos europeus? Por que sempre esses? Por que não

> fazer outra lista, um cânone alternativo? Por exemplo, uma lista que admite mulheres, não brancas ou autores não europeus.... Afinal, esses nunca têm uma chance de serem conhecidos (MACHADO, 2002, p.132).

Especificando-se ainda mais nestas indagações – Quem são as vozes negras femininas na literatura brasileira?

A análise crítica também se estende aos materiais didáticos contemporâneos, investigando como os textos literários são utilizados para formar leitores no Brasil. Orlandi destaca que "Os materiais didáticos desempenham um papel central na formação das práticas de leitura e interpretação, atuando como mediadores entre o texto literário e o leitor" (2004, p.67). Portanto, é fulcral entender como esses materiais configuram o ato de leitura e a construção de significado, especialmente em relação às autorias marginalizadas. A inclusão de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus nos livros didáticos não deve ser enquanto uma citação ou menção, mas deve ser acompanhada por uma análise crítica que permita às alunas e aos alunos compreenderem as complexidades e as contribuições únicas dessas autoras. Dessa forma, os materiais didáticos podem servir como ferramentas para possibilitar a construção de uma consciência crítica e inclusiva, que valorize e respeite a diversidade de experiências e perspectivas na literatura brasileira.

Assim, este estudo aborda a questão dos livros didáticos enquanto práticas ideológicas que não apenas disseminam conhecimento, mas também reproduzem relações de poder e desigualdade. Conforme argumenta Roberto Schwarz, "As ideias fora do lugar são uma característica central da formação cultural brasileira, onde discursos importados são adaptados de maneiras que frequentemente obscurecem as realidades locais e as vozes subalternizadas" (2014, p.98). A crítica de Schwarz é fundamental para entender as dinâmicas de exclusão e inclusão no campo da educação literária. Ao examinar como as obras de Reis e de Jesus são apresentadas nos livros didáticos, esta pesquisa busca revelar as tensões e as contradições inerentes ao processo de inclusão dessas vozes subalternizadas, destacando a importância de uma abordagem crítica e reflexiva que reconheça e valorize a riqueza e a complexidade de suas contribuições literárias.

Em suma, este trabalho se propõe a uma análise crítica das supostas representações de autoras negras nos livros didáticos de literatura, em especial

das obras de Carolina Maria de Jesus e Maria Firmina dos Reis, investigando as interseções entre linguagem, poder e ideologia. Partindo do pressuposto de que os materiais didáticos são ferramentas fundamentais na construção de identidades e na perpetuação de estruturas de poder, a pesquisa buscará examinar como as escolhas editoriais e pedagógicas tendem a produzir determinadas condições (e não outras) para a percepção das alunas e dos alunos sobre a literatura brasileira e a inclusão de certas vozes literárias no currículo. Combinando teoria literária e análise de discurso histórico materialista, esta abordagem pretende oferecer uma visão abrangente das dinâmicas em jogo. A teoria literária fornecerá os fundamentos para a análise das obras e das autoras selecionadas, enquanto a análise de discurso permitirá uma investigação detalhada de como os textos são apresentados e formulados nos livros didáticos, situando essas análises em uma dimensão de compreensão mais ampla por meio dos estudos culturais.

Assim, esta investigação seguirá em seu primeiro tópico sobre as autorias construídas em condições de produção. Neste tópico, serão discutidos os fundamentos filosóficos da análise de discurso materialista, com enfoque na teoria de Louis Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Como também, serão analisados os conceitos de sujeito, interpelação, materialidade e autoria na análise de discurso, com ênfase em contextos de marginalização e a representação de autorias femininas negras na literatura brasileira, considerando como essas autorias são influenciadas por suas condições sociais e históricas. Finalizando este tópico, será investigado o papel dos livros didáticos como Aparelhos Ideológicos de Estado, examinando como influenciam a educação literária e a formação de leitores no Brasil.

Já no segundo tópico se analisarão os processos enunciativos e discursivos nas obras literárias em destaque, focando em suas constituições de autoria em perspectiva discursiva. Em *Úrsula*, as condições de produção serão analisadas considerando o ambiente histórico e social em que foi concebido, sendo abordado elementos socioeconômicos, culturais e políticos do Brasil do século XIX, com foco particular no cenário da escravidão e nas limitações enfrentadas pelas mulheres, sobretudo mulheres negras, no meio literário daquele tempo. Além disso, se examinará a recepção e o estudo de *Úrsula* no contexto do cânone literário brasileiro, sendo explorado como o romance é

reconhecido como uma das primeiras, se não a primeira, obra abolicionista escrita por uma autora negra no Brasil. Em seguida, a análise explorará as diversas vozes presentes, abrangendo tanto narrador quanto personagens principais. O foco será investigar como essas vozes expressam e produzem efeitos de/sobre temas de raça, gênero e classe social. Além disso, será examinado como a autoria de Reis se manifesta através de suas decisões literárias e estilísticas no texto.

Ainda neste tópico, serão analisadas as condições de produção de Quarto *de despejo*. O ambiente socioeconômico e cultural no qual Carolina Maria de Jesus o escreveu, sendo abordada a realidade das favelas de São Paulo durante as décadas de 1950 e 1960, focando na exclusão e nas adversidades enfrentadas. A análise também considerará como essas condições moldaram o conteúdo e a forma do diário de Carolina, que oferece um relato pessoal e explícito sobre a pobreza e as constantes lutas pela sobrevivência. Também, será abordado a inserção de *Quarto de Despejo* no cenário literário brasileiro. A análise discutirá a recepção crítica inicial da obra escrita por uma autora que viveu em favelas e desafia as narrativas literárias convencionais. Além disso, serão explorados como a obra foi recebida tanto no Brasil quanto no exterior e seu papel na literatura de testemunho e na literatura marginal. Além disso, analisará a narrativa em primeira pessoa de Carolina Maria de Jesus, destacando sua representação pessoal e dos outros moradores da favela. A análise será centrada em como suas descrições articulam as experiências de marginalização, resistência e construção de identidade, e de que modo essas narrativas questionam as ideias pré-concebidas sobre os habitantes das favelas. A constituição de autoria será explorada em como Carolina Maria de Jesus constrói sua identidade de autora através de sua escrita, analisando o uso de seu diário como um instrumento de resistência e autoafirmação. Além disso, serão analisados como ela adapta o formato do diário para expressar suas visões sobre questões de raça, classe e gênero, e como, por meio dessa expressão, ela define sua posição como escritora em um ambiente literário e social marginalizador.

No último tópico desta pesquisa, serão analisados como os materiais didáticos atuam como intermediários do/sobre o conhecimento literário, influenciando como as/os estudantes veem o cânone literário e afetando quais

autores e obras são destacados ou deixados de lado. Na perspectiva da discursividade histórica será abordado a maneira como os livros didáticos apresentam e interpretam os contextos históricos das obras literárias. O foco será na abordagem dos textos didáticos aos períodos literários e às influências culturais e sociais que definem essas obras. Além disso, será considerado como essa representação pode afetar o imaginário histórico e cultural das/dos estudantes. Ainda neste tópico, será dado um foco particular à representação e à possível omissão de autoras negras nos materiais didáticos. Esta parte analisará a inclusão das obras de autoras negras, como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, em livros didáticos. Além disso, será investigado como esses textos são apresentados, interpretados e quais elementos são destacados ou omitidos. Por fim, se examinará como a presença (ou ausência) de obras de mulheres negras em livros didáticos influencia a maneira como as/os estudantes veem a literatura e a sua própria identidade cultural e social e o papel dessas obras na criação de uma visão mais inclusiva e variada da literatura brasileira.

Finalmente, ao promover uma outra valorização das vozes marginalizadas, este estudo almeja contribuir para uma educação mais justa e inclusiva. A reavaliação crítica do cânone literário é primordial para reconhecer e valorizar em outra perspectiva a contribuição das autoras negras, fomentando uma compreensão mais abrangente e diversificada da literatura brasileira. Este trabalho pretende servir como ponto de partida para futuras pesquisas e debates sobre a importância da diversidade na literatura e na educação, contribuindo para uma sociedade mais equitativa. Por meio de uma análise rigorosa e detalhada, a pesquisa visa a promover uma revisão crítica e propositiva dos processos educativos e literários, destacando a relevância das autoras.

2 AUTORIAS CONSTRUÍDAS EM CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Este capítulo visa a explorar como as autorias literárias, com um foco particular nas associadas às escritoras negras, são moldadas pelas condições materiais e ideológicas de sua produção. A análise das autorias não pode ser dissociada dos contextos históricos, sociais e culturais que as influenciam, uma vez que essas condições de produção determinam a produção, circulação e recepção das obras literárias. Assim, o objetivo é investigar as dinâmicas de poder que permeiam a criação literária e como essas dinâmicas afetam a construção de identidades autorais.

Para entender essas dinâmicas, adotaremos a análise de discurso materialista, uma abordagem teórico-analítica que oferece uma lente crítica para desvelar como os discursos são moldados e sustentados por contextos institucionais e sociais. A proposta dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) de Louis Althusser é fundamental nesse contexto. Althusser argumenta que os AIE, como a escola, a mídia e a família, desempenham um papel crucial na formação da subjetividade dos indivíduos. Ele destaca que "[...] os AIE funcionam massivamente e predominantemente por ideologia" e são responsáveis por "inculcar nas massas a ideologia dominante, ou uma ideologia que serve os interesses da classe dominante" (1999b, p. 137). Em outras palavras, esses aparelhos não atuam coercitivamente como os Aparelhos Repressores de Estado (ARE), mas influenciam os indivíduos através de práticas cotidianas que internalizam as doutrinas estabelecidas.

No contexto da educação, os currículos e os materiais didáticos não são neutros. Eles são cuidadosamente selecionados e organizados para refletir e reforçar as ideologias hegemônicas. Althusser observa que "A escola, que parece ser neutra, porque laica e universal, é um dos principais Aparelhos Ideológicos de Estado. Ela serve para ensinar ‘saberes práticos’, mas também inculca os ‘valores’ e as ‘ideias’ que sustentam a ideologia dominante" (1999b, p.133). Esse processo revela como a representação das autorias de Carolina e de Maria Firmina muitas vezes enfrentam barreiras para serem incluídas nos currículos. Quando essas obras são incluídas, são frequentemente apresentadas de maneira que minimizam suas relevâncias ou as limitam a categorias específicas, como "literatura marginal" ou "literatura de resistência". Althusser (1999b) argumenta que essas práticas ideológicas são eficazes

precisamente porque são percebidas como neutras e objetivas, disfarçando seus papeis na manutenção das estruturas de poder.

Complementando essa análise, Michel Foucault oferece uma visão crítica sobre a relação entre poder e conhecimento. Foucault (2012), argumenta que os discursos não são meros reflexos de uma realidade social externa, mas que desempenham um papel ativo na construção e manutenção das relações de poder. Para Foucault, o conhecimento não é simplesmente um reflexo da realidade, mas é construído e legitimado através de práticas discursivas que operam para excluir e marginalizar certas vozes.

Michel Foucault (2009), em seu ensaio *O que é um autor?* propõe uma concepção de autoria desafiando a visão tradicional que associa o autor diretamente ao indivíduo que escreve. Foucault introduz o conceito de “função autor”, que se refere ao papel que o autor desempenha dentro de um discurso específico, em vez de ser uma mera identidade pessoal.

Foucault (2009) argumenta que a função autor não é uma constante universal, mas uma construção social e histórica que varia conforme o contexto. Ele destaca que a função autor serve para classificar, delimitar e atribuir valor aos textos. Segundo Foucault

> A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2009, p. 274).

Assim, a função autor não se limita à identidade do autor como indivíduo, mas abrange o conjunto de discursos, interpretações e valores atribuídos às suas obras ao longo dos séculos. A função autor molda como suas obras são lidas, interpretadas e valorizadas na cultura ocidental.

Michel Foucault e Louis Althusser abordaram essa questão de maneiras distintas, mas complementares. Partem de perspectivas diferentes sobre discurso, já que Foucault não considera a materialidade na direção marxista. Ainda assim, abordam o saber como relacionado às práticas de poder.

Louis Althusser (1999b) vê a autoria como uma função ideológica que serve para reproduzir as relações de produção existentes. Ele argumenta que a figura do autor é utilizada pelos aparelhos ideológicos de Estado para perpetuar a ideologia dominante.

> A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, e é através dessa interpelação que a função-autor se manifesta, reproduzindo as condições de produção (ALTHUSSER, 1999b, p.45).

Enquanto Foucault (2012) vê a autoria como uma função do discurso que limita e controla a produção de significados, Althusser (1999b) a vê como uma função ideológica que serve para reproduzir as relações de produção. Ambos os autores concordam que a autoria não é uma função natural, mas uma construção social e ideológica.

Diante dessas perspectivas o estudo das autorias de Maria Firmina e de Carolina revela-se como a construção e a representação dessas autorias nos materiais didáticos estão profundamente influenciadas por discursos dominantes. Esses discursos configuram não apenas a forma como essas autorias são apresentadas, mas também como são percebidas e compreendidas. A marginalização e a estereotipagem das experiências e contribuições de grupos subalternos, como as mulheres negras, são reforçadas através de práticas discursivas que perpetuam desigualdades e exclusões.

Além disso, a teoria de Eni Orlandi (2001) amplia nossa compreensão ao analisar como os discursos refletem e reproduzem as estruturas de poder dentro de contextos históricos e culturais específicos. Orlandi enfatiza que

> Os discursos são produtos de práticas sociais situadas em contextos históricos e culturais específicos. Eles não apenas comunicam informações, mas também refletem e reforçam as estruturas de poder existentes. A linguagem é uma ferramenta através da qual as relações de poder são mantidas e negociadas, e isso é visível nas formas como diferentes identidades e grupos são representados e construídos nos discursos (ORLANDI, 2001, p.117).

Essa perspectiva é essencial para entender como as autorias de Reis e Jesus são formuladas discursivamente nos materiais didáticos, pois as representações dessas autorias são moldadas por contextos socioculturais que podem tanto reforçar desigualdades quanto invisibilizar experiências. Nesse sentido, a análise de discurso, segundo Orlandi (2001), deve ir além da superfície das palavras para examinar como a linguagem e seu funcionamento contribuem para a construção e manutenção de identidades socioculturais. Aplicar essa abordagem permite uma compreensão mais profunda de como as

representações dessas autorias são influenciadas por práticas discursivas que consolidam certos padrões de poder e exclusão.

A intersecção das teorias de Althusser, Foucault e Orlandi oferece uma base sólida para analisar como essas autorias são constituídas no material didático. A análise de discurso materialista revela que essas representações estão intimamente ligadas às práticas institucionais e aos contextos ideológicos que moldam o conhecimento e a representação. Além disso, a abordagem materialista permite ainda entender como as condições sociais e históricas específicas influenciam a forma como as autorias são percebidas e recebidas em níveis de fruição dos discursos. A crítica a essas práticas ideológicas é fundamental para desafiar e transformar as narrativas dominantes, contribuindo para uma outra visibilidade.

Trazer uma perspectiva pós-colonial ao analisar a autoria, por meio da teoria do hibridismo cultural de Homi K. Bhabha, também se faz pertinente para este estudo. Bhabha argumenta que "O hibridismo não é simplesmente a mistura de culturas, mas um espaço de negociação e contestação onde novas identidades e significados emergem" (2018, p.123). Concepção de Bhabha sobre o *hibridismo cultural* destaca-se a complexidade das interações culturais em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. Bhabha propõe que o hibridismo não deve ser visto apenas como uma mera fusão de culturas, mas sim como um campo dinâmico onde diferentes tradições culturais entram em diálogo, se chocam e, a partir desse confronto, geram novas identidades e significados.

Diante disto, nesta perspectiva pós-colonial, as autorias de Maria Firmina dos Reis e de Carolina Maria de Jesus podem ser analisadas dentro desse contexto de hibridismo. As obras dessas autoras não se limitam a reproduzir as narrativas hegemônicas ou a adotar passivamente as influências culturais dominantes. Em vez disso, elas utilizam suas experiências e vozes para desafiar as narrativas estabelecidas, reinterpretando e reconfigurando os significados associados a suas identidades. A referência ao "espaço de negociação e contestação" sugere que as autoras operam em um terreno onde as hierarquias de poder são constantemente questionadas. Esse processo de contestação é essencial em contextos de opressão, onde as vozes marginalizadas buscam não apenas se afirmar, mas também transformar as estruturas de poder que as

oprimem. A luta por reconhecimento e representação não é uma mera busca por visibilidade; ela implica um reexame das normas sociais, das expectativas culturais e das relações de poder que moldam a sociedade.

Assim, a abordagem pós-colonial, ancorada na teoria do hibridismo de Bhabha, permite uma compreensão mais rica e multifacetada das autorias de mulheres negras, revelando como elas não apenas habitam múltiplas culturas, mas também ativamente moldam e redefinem essas culturas em seus escritos. Através desse processo, novas identidades emergem, desafiando as categorizações rígidas e promovendo uma visão mais complexa das experiências e narrativas das mulheres negras na literatura. No encontro com a análise de discurso, podemos indagar em que medida a materialidade do texto literário e do livro didático, em relação de aliança e confronto, faz entremeio entre simbólico e imaginário, permitindo-nos compreender processos diferentes de subjetivação e enunciação de e sobre autorias de mulheres negras.

Desse modo, este capítulo que ora se inicia se propõe a uma análise crítica das dinâmicas de poder e ideologias que influenciam a construção das autorias de mulheres negras. A busca aqui pretendida é de contribuir para uma compreensão mais profunda e nuançada das obras propostas e das práticas discursivas que as sustentam.

2.1 A Base Filosófica da Análise de Discurso Materialista: Louis Althusser e Aparelhos Ideológicos de Estado

Althusser, um influente filósofo marxista francês, argumenta que a sociedade é uma totalidade estruturada composta por diferentes níveis ou instâncias: a econômica, a política e a ideológica. E argumenta que essas instâncias não são independentes, mas sim inter-relacionadas, com a base econômica (infraestrutura), determinando, em última instância, as esferas política e ideológica (superestrutura) (ALTHUSSER, 1999a).

A ideologia não deve ser vista como uma simples distorção da realidade, mas como uma prática social que contribui para a reprodução das condições materiais de existência. Althusser afirma que “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1999a, p.109). Essa perspectiva rompe com a visão humanista de Marx, que via a ideologia principalmente como uma forma de falsa

consciência. Para ele, a ideologia como um sistema de representações que desempenha um papel crucial na reprodução das relações de produção interpela os indivíduos como sujeitos, ou seja, transforma indivíduos em sujeitos através de um processo de interpelação ideológica. A ideologia, portanto, não é apenas um reflexo da realidade material, mas uma prática material que contribui para a manutenção da ordem social.

Althusser (1999a) introduz o conceito de “ruptura epistemológica” para marcar a diferença entre o jovem Marx, influenciado pelo humanismo e pelo idealismo, e o Marx maduro, que desenvolve uma ciência da história baseada no materialismo histórico. Ele escreve: “A ruptura epistemológica de Marx consiste na fundação de uma nova ciência, a ciência da história, que rompe com as concepções ideológicas anteriores” (ALTHUSSER, 1999a, p.45).

A infraestrutura, ou base econômica, refere-se às forças produtivas e às relações de produção. A superestrutura, por sua vez, é composta pelas instituições políticas e jurídicas, bem como pelas ideologias que emergem dessas instituições. Althusser enfatiza que, embora a infraestrutura determine a superestrutura, esta última também exerce uma influência significativa sobre a base econômica, em um processo de determinação recíproca (ALTHUSSER, 1985).

A teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), proposta por Louis Althusser, é fundamental para a análise de discurso materialista, fornecendo uma compreensão crítica sobre como as ideologias dominantes são constituídas, formuladas e circuladas nas sociedades contemporâneas. Pois, discute como a ideologia é materializada através de instituições específicas, como a escola, a igreja, a família, os meios de comunicação, entre outros. Esses aparelhos funcionam para reproduzir as condições de produção, garantindo a continuidade das relações de produção capitalistas. Os AIE são instituições sociais que desempenham um papel crucial na reprodução das relações de produção e na formação das subjetividades. Althusser afirma:

> Os Aparelhos Ideológicos de Estado são uma realidade que deve ser pensada como uma multiplicidade distinta e especializada de instituições, que dispõem de meios próprios e específicos: instituições religiosas, escolas, família, a organização da cultura, os meios de comunicação etc. Cada uma dessas instituições contribui, de maneira própria e

> específica, para assegurar a reprodução das relações de produção e, portanto, da ideologia que essas relações sustentam (ALTHUSSER, 1999b, p.110).

Essa passagem revela a visão de Althusser (1999b) sobre a complexidade e especificidade dos AIE, destacando como cada instituição social desempenha um papel particular na perpetuação das ideologias dominantes. As instituições religiosas, educacionais, familiares, culturais e midiáticas são vistas como instrumentos através dos quais as ideologias são disseminadas e naturalizadas, assegurando a continuidade das relações de produção. A manutenção da ordem social, segundo Althusser (1999b), não se dá apenas pela coerção direta, mas sobretudo pela internalização ideológica, um processo pelo qual os indivíduos aceitam e reproduzem as condições sociais e econômicas vigentes como naturais e inevitáveis.

Para o autor, a ideologia é disseminada, praticada e repetida de maneira a produzir efeitos sobre a realidade através dessas instituições de forma a naturalizar e legitimar as condições sociais e econômicas vigentes, moldando as percepções e comportamentos dos indivíduos. Nesse sentido, esse conceito é fundamental para a análise de discurso, pois revela como os discursos não apenas refletem, mas também reforçam as relações de poder e as condições materiais de produção. Um exemplo disso pode ser visto na escola, que Althusser (1999b) identifica como um dos principais AIE. Através do currículo e dos materiais didáticos, a escola dissemina ideologias que moldam a percepção dos estudantes sobre o mundo e sobre si mesmos. Althusser (1999b) observa que

> A escola, que parece ser neutra, porque laica e universal, é um dos principais Aparelhos Ideológicos de Estado. Ela serve para ensinar ‘saberes práticos’, mas também inculca os ‘valores’ e as ‘ideias’ que sustentam a ideologia dominante (ALTHUSSER, 1999b, p.90).

Aqui, Althusser(1999b) desmonta a suposta neutralidade da escola, revelando-a como um espaço onde ideologias dominantes são validadas e preservadas (mas não sem contradição). A educação, que deveria ser um meio de emancipação e desenvolvimento crítico, é configurada de modo a inculcar valores e ideias que sustentam a hegemonia soberana. Este entendimento é fundamental para a análise de discursos educacionais, pois revela como as

práticas pedagógicas e os conteúdos curriculares não são nada imparciais, mas carregados de significados ideológicos que apenas reforçam e sedimentam mais ainda as estruturas de poder existentes. Orlandi (2001) destaca que o discurso pedagógico é uma forma de discurso institucionalizado que visa à formação de sujeitos de acordo com determinados valores e normas sociais. Orlandi (2001) afirma que o discurso pedagógico é um espaço privilegiado para a análise das relações entre linguagem, poder e ideologia. Nesse sentido, sugere que a análise do discurso pedagógico pode revelar como as práticas educacionais contribuem para a reprodução das estruturas sociais. E discute a relação entre ideologia e subjetividade no contexto educacional. Segundo Orlandi (2001), a ideologia se manifesta no discurso pedagógico através de práticas discursivas que interpelam os indivíduos como sujeitos. Dessa forma, o discurso pedagógico não apenas transmite conhecimento, mas também atravessa processos de identificação e de subjetivação.

Orlandi (2001) enfatiza a função social do discurso pedagógico, argumentando que ele desempenha um papel crucial na manutenção e transformação das relações sociais. Ela observa que o discurso pedagógico é um instrumento de controle social, mas também pode ser um espaço de resistência e transformação. Assim, a autora sugere que a educação pode ser tanto um meio de perpetuar a dominação quanto um espaço para a emancipação.

Assim, a análise dos discursos presentes nos materiais didáticos é essencial para compreender como eles influenciam a construção das identidades literárias e sociais, especialmente de grupos marginalizados como as mulheres negras.

Ao compreender como os AIE perenizam essas ideologias dominantes, é possível investigar como as representações das autorias de Maria Firmina dos Reis e de Carolina Maria de Jesus podem desafiar ou confirmar as estruturas de poder existentes. O papel da escola, por exemplo, é crucial para entender como as autoras negras são representadas nos currículos e nos materiais didáticos. As autoras negras frequentemente enfrentam a marginalização e o estereótipo nas obras literárias, o que reflete e reforça essa ideologia dominante que geralmente as posiciona em lugares subalternos. Através da análise de discursos atualizados nas obras de autoras negras, é possível identificar como

essas narrativas desafiam a hegemonia cultural e propõem novas formas de identificação e resistência.

Além disso, Althusser (1999a) faz uma distinção significativa entre os Aparelhos Ideológicos de Estado e os Aparelhos Repressores de Estado (ARE). Enquanto os ARE, como a polícia e o sistema judicial, utilizam a força e a coerção para manter a ordem social, os AIE operam predominantemente através da ideologia. Ele afirma que

> Os AIE funcionam massivamente e predominantemente por ideologia, e não através da coerção direta. Eles operam por meio de práticas cotidianas e rituais que internalizam a ideologia dominante nos sujeitos, perpetuando assim a estrutura de poder existente. (ALTHUSSER, 1999a, p.105).

Essa distinção permite entender como a ideologia é internalizada e aceita como uma parte natural da vida cotidiana. Através das práticas e dos rituais promovidos pelos AIE, os indivíduos absorvem normas e valores que refletem os interesses das classes dominantes, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas. Essa visão *althusseriana* proporciona uma compreensão mais profunda de como a ideologia opera de maneira insidiosa, atuando na produção de subjetividades e naturalizando as relações de poder.

Por exemplo, na literatura, autoras negras muitas vezes criam narrativas que contestam e subvertem as ideologias dominantes, oferecendo novas perspectivas que desafiam os estereótipos e as marginalizações impostas pelas instituições hegemônicas. Através de suas obras, elas não apenas expõem as injustiças e as desigualdades, mas também propõem formas alternativas de existência e resistência, reconfigurando as identidades e as relações sociais.

A teoria de Althusser (1999a) sobre os AIE também oferece uma compreensão abrangente da relação entre ideologia e poder. Ele argumenta que a ideologia molda a forma como os indivíduos percebem e interpretam a realidade, contribuindo para a manutenção das relações de forças estabelecidas. Althusser escreve que

> A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as condições reais de existência. Ela é uma forma de representar a realidade social que serve aos interesses da classe dominante, garantindo sua perpetuação através da

> construção de uma ‘consciência social’ que aceita e naturaliza essas condições. (ALTHUSSER, 1999a, p.36).

Nesse ponto, Althusser (1999a) sublinha o funcionamento ideológico de mascarar a realidade material, construindo uma 'relação imaginária' que legitima e mantém as circunstâncias de existência impostas pela classe dominante. Esse conceito é essencial para a análise das produções literárias de mulheres negras, cuja visibilidade e representação são habitualmente moldadas por discursos hegemônicos que perpetuam estereótipos e marginalizam suas histórias. Ao compreender como os AIE perpetuam essas ideologias dominantes, é possível investigar como efeitos de sentidos sobre estas autoras podem desafiar ou confirmar as estruturas de poder existentes, oferecendo novas perspectivas e narrativas que rompem com os paradigmas estabelecidos.

A perspectiva althusseriana oferece, portanto, um quadro crítico para investigar a produção e a recepção dos discursos em diversos contextos sociais e culturais. Através do exame dos AIE, podemos entender como as instituições sociais contribuem para a formação e a preservação das ideologias dominantes, e como essas ideologias influenciam a percepção e interpretação dos indivíduos. Essa visão é fundamental para uma análise crítica dos materiais didáticos e das representações literárias de autoras negras.

Althusser (1999b) ainda observa que a ideologia não é um fenômeno isolado, mas um processo que permeia todas as esferas da vida social. Ele sugere que:

> A ideologia é uma prática social que se manifesta através das instituições e dos indivíduos, moldando a forma como percebemos e interpretamos o mundo. É através dessa prática ideológica que as relações de poder são perpetuadas e reforçadas. (ALTHUSSER, 1999b, p.45).

Essa perspectiva enfatiza a importância de considerar os AIE como mecanismos ativos na reprodução das ideologias dominantes. A análise crítica dos discursos deve, portanto, investigar como esses mecanismos operam na formação de subjetividades e na perpetuação das desigualdades sociais. Tal teoria também permite uma compreensão mais profunda da maneira como as ideologias são internalizadas e naturalizadas pelos indivíduos. Althusser (1999a) ainda argumenta:

> A ideologia opera por meio de práticas sociais e instituições que moldam a nossa consciência e a nossa visão do mundo. Esses mecanismos ideológicos garantem que as condições de produção e as relações de poder existentes sejam aceitas como naturais e inevitáveis (ALTHUSSER, 1999a, p.110).

Essa visão é fundamental para a análise aqui em curso, pois permite investigar como determinados trabalhos de autorias na língua permitem essas podem desafiar as ideologias dominantes e propor novas formas de representação e identidade. Ao entender como os AIE possibilitam a percepção e a interpretação dos indivíduos, é possível avaliar como a literatura pode servir como um espaço de resistência e transformação.

No contexto do exposto, é possível observar que a teoria dos AIE de Althusser proporciona uma abordagem crítica e detalhada para a análise dos discursos literários e educacionais. Através da compreensão dos mecanismos ideológicos que operam nas instituições sociais, é factível desenvolver uma análise mais abrangente e nuançada das condições de produção e das dinâmicas de poder que influenciam a representação das autoras negras. Essa abordagem permite uma reavaliação crítica do cânone literário e dos processos educativos, promovendo uma maior inclusão e valorização da diversidade de vozes na literatura e na educação.

2.2 Sujeito, interpelação, materialidade, autoria e condições de produção na análise de discurso materialista

A análise de discurso materialista, fundamentada nas teorias desenvolvidas por Louis Althusser (1999a) e Eni Orlandi (2005), oferece uma abordagem robusta e aprofundada para compreender a intrincada interação entre os conceitos de sujeito, interpelação, materialidade e autoria. Este arcabouço teórico permite desvendar a complexidade dos processos pelos quais os discursos são não apenas formados e disseminados, mas também recebidos e interpretados dentro de contextos imersos em estruturas de poder e dinâmicas de marginalização. Ao examinar como ideologias atravessam processos de subjetivação e como os discursos são enraizados em práticas sociais e instituições específicas, essa perspectiva revela as formas sutis e explícitas através das quais as relações de poder influenciam a produção e a circulação

dos discursos. Assim, a análise materialista não apenas ilumina as condições que permitem a emergência e a legitimação de certas narrativas, mas também permite ler as formas de resistência e subversão presentes nas interações discursivas que ocorrem em contextos de desigualdade e opressão.

Louis Althusser (1999a) oferece um insight fundamental sobre o papel da ideologia na formação dos sujeitos. Para Althusser (1999a), a ideologia não é simplesmente uma representação passiva da realidade social, mas sim uma prática ativa que desempenha um papel crucial na constituição dos sujeitos e na manutenção da ordem social. O conceito central aqui é a ideia de que a ideologia “recruta” indivíduos e os transforma em sujeitos. Isso significa que, ao contrário da visão tradicional que vê a ideologia como uma mera expressão de uma visão de mundo, Althusser propõe que a ideologia opera de maneira muito mais dinâmica e integrada no tecido social. Conforme Althusser (1999a) afirma

> A ideologia 'atua' ou 'funciona' de maneira que 'recruta' sujeitos entre os indivíduos (recruta-os todos), ou 'transforma' os indivíduos em sujeitos. A ideologia não é apenas uma representação do mundo; é uma prática social que organiza e mantém a ordem social ao integrar os indivíduos na estrutura social como sujeitos (ALTHUSSER, 1999a, p.48).

Para entender essa passagem, é fundamental reconhecer que, para Althusser, a ideologia opera como um mecanismo que não apenas reflete, mas efetivamente constrói realidades sociais. Este processo de “recrutamento” não é um ato consciente por parte dos indivíduos, mas um efeito de práticas ideológicas que permeiam diversas instituições sociais, como a escola, a família e os meios de comunicação, conhecidas como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Essas instituições não apenas transmitem ideologias dominantes, mas também moldam a forma como os indivíduos entendem e se posicionam dentro da sociedade.

Por exemplo, na escola, os sistemas de ensino não apenas transmitem conhecimento acadêmico, mas também reiteram normas sociais e valores que moldam a identidade dos alunos como sujeitos sociais. Através de currículos, práticas pedagógicas e até mesmo interações cotidianas, a escola participa ativamente na construção da identidade dos indivíduos, alocando-os em papéis e posições específicas dentro da estrutura social. Assim, a ideologia se

manifesta não como uma mera influência externa, mas como uma potência transformadora que define a experiência subjetiva dos indivíduos.

Esse entendimento permite uma visão como a ideologia contribui para a manutenção da ordem social ao integrar os indivíduos em papéis sociais específicos e assegurar a continuidade das estruturas de poder existentes. A ideologia, portanto, age como um mecanismo que não só reflete essas relações de poder, mas também as reforça e as sustenta ao moldar as identidades e os comportamentos dos indivíduos de acordo com os valores e normas dominantes.

Pêcheux (1997b) argumenta que a ideologia não é apenas um conjunto de ideias ou representações, mas uma prática material que interpela os indivíduos como sujeitos. Ele afirma que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, e essa interpelação é realizada através de práticas discursivas específicas” (PÊCHEUX, 1997b, p.45). Essa perspectiva destaca a materialidade da ideologia e seu papel na constituição dos sujeitos.

A ideologia, segundo Pêcheux (1997b), desempenha um papel crucial na manutenção das relações de poder e na reprodução das condições sociais. Ele observa que “a ideologia funciona para garantir a reprodução das relações de produção, interpelando os indivíduos como sujeitos e naturalizando as relações sociais existentes” (PÊCHEUX, 1997b, p.60). Essa naturalização das relações sociais é fundamental para a perpetuação da ordem social. Além disso, para Pêcheux, o sujeito não é um agente autônomo e consciente, mas é constituído pelas formações discursivas e ideológicas que o atravessam. Ele sustenta que: “O sujeito do discurso é o resultado da relação entre história e ideologia, sendo posicionado dentro de formações discursivas específicas” (PÊCHEUX, 1997b, p.52). Dessa forma, o sujeito é visto como um produto das condições históricas e sociais, e não como um criador independente de sentido.

Pêcheux (1997b) também critica a noção de consciência de classe, argumentando que a ideologia opera de maneira a obscurecer as verdadeiras relações de exploração. Ele sugere que a ideologia mascara estas, apresentando-as como naturais e inevitáveis. Essa crítica se alinha com a visão de Althusser sobre a ideologia como uma prática material que contribui para a reprodução das relações de produção.

A análise de Eni Orlandi (2005) oferece uma perspectiva fundamental sobre a materialidade do discurso, sublinhando que os discursos não podem ser

dissociados dos contextos materiais e históricos em que surgem. Orlandi afirma que

> [...] o discurso é uma prática social que tem uma existência material e que está inserida em determinadas condições de produção. Não se pode considerar o discurso como uma entidade isolada; ele está imbricado nas práticas sociais, nos contextos históricos e nas condições materiais que possibilitam sua produção e circulação. O discurso não é apenas um conjunto de palavras ou textos, mas uma prática social que tem uma realidade material e está condicionado pelas condições de produção específicas em que se insere (Orlandi, 2005, p.19).

Orlandi (2005) destaca que o discurso deve ser compreendido não apenas em termos de seu conteúdo semântico ou ideológico, mas também em relação às condições materiais e institucionais que possibilitam sua existência e circulação. O conceito de materialidade discursiva implica que a produção e a recepção de discursos estão profundamente enraizadas nas condições sociais e materiais que moldam o ambiente em que esses discursos são formulados e disseminados. Assim, a autora (2005) argumenta que discurso não opera de maneira autônoma; em vez disso, ele é indissociável das práticas sociais e das condições históricas e materiais que influenciam sua formação. Por exemplo, a análise dos discursos sobre a justiça social em diferentes períodos históricos revela como as condições econômicas e políticas específicas moldam o conteúdo e a recepção desses discursos. Em períodos de crise econômica, os discursos sobre redistribuição de renda e justiça social podem ganhar proeminência e ser moldados por pressões materiais e políticas específicas.

Além disso, Orlandi (2005) sugere que a materialidade do discurso envolve a consideração dos meios pelos quais o discurso é produzido e disseminado. Isso inclui a infraestrutura física, como a impressão e a publicação, bem como os recursos humanos e institucionais envolvidos na criação e na circulação dos discursos. Por exemplo, a forma como uma obra literária é publicada e distribuída pode impactar sua recepção e influência. Uma obra publicada em grandes tiragens e amplamente distribuída pode alcançar um público mais amplo e ter um impacto mais significativo do que uma obra publicada em edições limitadas e distribuída em círculos restritos. Portanto, a análise de Orlandi (2005) nos leva a considerar que o discurso é um fenômeno materialmente condicionado, e não um mero reflexo de ideias abstratas. A

compreensão da materialidade do discurso requer uma investigação das condições de produção, dos contextos históricos e das práticas sociais que possibilitam a sua criação e circulação. Essa abordagem permite uma análise mais rica e completa dos discursos, revelando como eles são moldados por e, ao mesmo tempo, moldam as condições materiais e sociais em que estão inseridos.

A análise das condições de produção literária, conforme articulado por Roberto Schwarz (2014), revela a profunda influência de práticas discursivas que muitas vezes são moldadas por modelos externos e dominantes, frequentemente ignorando as especificidades e realidades locais. Schwarz (2014) explora como a importação de modelos culturais e estéticos europeus, comumente adotados em contextos não europeus, pode marginalizar e subestimar vozes locais e subalternizadas. Em seu estudo, ele observa que “A importação de modelos europeus frequentemente ignora as especificidades culturais e sociais dos contextos locais, resultando em uma marginalização das vozes subalternizadas e uma subestimação das realidades locais” (2014, p.45). Schwarz (2014) argumenta que essa importação não apenas promove um padrão estético e cultural europeu, mas também impõe um conjunto de normas e expectativas que desconsideram as particularidades e a riqueza das tradições e produções locais. Esse fenômeno não se limita a uma questão de estética; ele afeta diretamente as condições materiais e simbólicas de produção, que incluem fatores como financiamento, acesso à publicação, e visibilidade. Por exemplo, no contexto literário brasileiro, a adoção de modelos europeus pode levar a uma subvalorização da literatura afro-brasileira e indígena, cujas especificidades culturais e estéticas muitas vezes não se alinham com os padrões europeus dominantes e consequentemente com o mercado editorial brasileiro.

Essa argumentação de Schwarz (2014) é essencial para compreender como as condições materiais e simbólicas de produção moldam a visibilidade e o impacto dos discursos. Ao aplicar esses conceitos à literatura produzida por autoras negras e outras vozes marginalizadas, é possível refletir sobre como a imposição de padrões externos pode obscurecer as realidades culturais e sociais específicas desses grupos. Por exemplo, a literatura da autora Carolina Maria de Jesus, reconhecida por suas imagens vívidas das experiências periféricas no Brasil, frequentemente enfrenta o desafio de ser recebida e compreendida dentro

de um contexto que valoriza predominantemente modelos europeus. Essa autora não apenas desafia as normas estéticas e culturais predominantes, mas também luta para garantir que suas experiências e perspectivas sejam reconhecidas e valorizadas adequadamente.

Além disso, a análise das condições de produção proposta por Schwarz (2014) destaca a necessidade de uma crítica literária que leve em conta as especificidades culturais e sociais locais, em vez de impor modelos externos que não refletem a diversidade e complexidade dos contextos locais.

Diante disto, o pensamento de Schwarz (2014), oferece uma perspectiva interpretativa valiosa para entender as particularidades ideológicas brasileiras, cujo processo de desenvolvimento teria/tem trajetória distinta dos padrões europeus. Todavia, a importação de modelos europeus trouxe/traz consigo formas específicas de subjetivação e de relação imaginaria com a realidade. Esse processo, pela importação e colonização, travou contato e sofreu mudanças com funcionamentos já em desenvolvimento no espaço brasileiro, significados foram/são construídos e negociados em contextos específicos.

Schwarz (2014) critica a superficialidade da crítica literária que frequentemente oscila entre teorias sem uma compreensão mais profunda dos contextos locais. Neste caso, Orlandi (1988), clama por uma avaliação crítica das práticas discursivas como meio de compreender como as narrativas culturais são construídas e desconstruídas. A exploração da literatura e do discurso por meio dessas lentes permite uma compreensão mais matizada de como as identidades e ideologias culturais evoluem em resposta a influências globais e realidades locais.

Orlandi (1988) destaca a complexidade e a multiplicidade de sentidos que envolvem a produção discursiva. Propõe que a autoria não é um atributo individual e isolado, mas um fenômeno social e histórico, constituído na interação entre o sujeito e as condições de produção do discurso e argumenta que a autoria deve ser compreendida como uma função do discurso, que se realiza na relação entre o sujeito e a língua, mediada pelas condições sócio-históricas de produção. Ela afirma que

> A autoria é, portanto, uma função do discurso que se realiza na relação entre o sujeito e a língua, mediada pelas condições

> sócio-históricas de produção. O autor é aquele que, ao inscrever-se na linguagem, se apropria de um lugar de enunciação, construindo sentidos que são, ao mesmo tempo, individuais e coletivos, singulares e plurais (ORLANDI, 1988, p.45).

Essa perspectiva destaca que a autoria é um processo dinâmico e polissêmico, no qual o sujeito se posiciona e é posicionado pelas formações discursivas e ideológicas que atravessam a sociedade. Orlandi (1988) enfatiza que a autoria é um ato de resistência e de criação, onde o sujeito se torna capaz de produzir novos sentidos e de transformar a realidade discursiva.

Além disso, Orlandi (1988) explora a relação entre autoria e leitura, sugerindo que a leitura é um processo interpretativo que envolve a construção de sentidos pelo leitor, que também se torna um autor ao interpretar o texto. Ela observa que

> A leitura é um processo de produção de sentidos, no qual o leitor se apropria do texto e, ao interpretá-lo, constrói novos significados. Nesse sentido, o leitor também é um autor, pois ele participa ativamente da construção do sentido do texto (ORLANDI, 1988, p.67).

As condições sócio-históricas na constituição da autoria, também são discutidas por Orlandi (1988). Ela argumenta que o autor é sempre influenciado pelo contexto em que está inserido. Ela sustenta que

> O autor não é um sujeito isolado, mas um sujeito histórico, inserido em um contexto sócio-histórico que influencia e molda sua produção discursiva. As condições de produção do discurso são fundamentais para a compreensão da autoria, pois elas determinam os limites e as possibilidades de significação (ORLANDI, 1988, p. 89).

A importância da autoria na análise do discurso é destacada por Orlandi (1988) sugerindo que a compreensão da autoria é essencial para a análise crítica dos textos e das práticas discursivas. Assim, conclui que

> A análise do discurso deve levar em conta a autoria como um elemento central, pois a compreensão da autoria permite uma análise mais profunda e crítica dos textos e das práticas discursivas. A autoria é um ponto de articulação entre o sujeito, a língua e as condições sócio-históricas de produção, e sua

> análise é fundamental para a compreensão dos processos de significação (ORLANDI, 1988, p.112).

No contexto do exposto, pode-se afirmar que ao integrar as perspectivas, sobretudo, de Althusser, Pêcheux e Orlandi, torna-se possível desenvolver uma análise crítica que revela como os discursos são moldados por uma interseção complexa de ideologia, poder e materialidade. Essa abordagem permite uma compreensão mais rica das dinâmicas de poder que influenciam a produção e a recepção dos discursos, especialmente em contextos de marginalização. A literatura e a cultura, portanto, são concebidas não apenas como arenas em que as práticas discursivas servem de espelho para as estruturas de poder estabelecidas, mas como esferas dinâmicas onde essas práticas audaciosamente contestam e reconfiguram as hierarquias dominantes, moldando assim a própria estrutura do poder cultural e social.

2.3 A Construção de Autorias em Contextos Marginalizados: Mulheres Negras nas Histórias da Literatura Brasileira

A análise da construção de autorias em contextos marginalizados, especialmente no que se refere às associações com mulheres negras na literatura brasileira, revela a complexidade das interações entre poder, identidade e expressão artística. A produção literária dessas autoras não apenas oferece uma perspectiva crítica sobre a marginalização e a opressão, mas também serve como um espaço de resistência e reinterpretação das normas sociais e culturais. As histórias e vozes dessas mulheres são frequentemente moldadas por suas condições sociais e históricas, resultando em uma literatura que desafia e ainda desafia as narrativas dominantes.

Maria Firmina dos Reis, com sua obra *Úrsula*, assume um papel inovador e crucial na literatura brasileira ao abordar de forma incisiva as questões da escravidão e da opressão das mulheres negras no século XIX. A visão crítica de Maria Firmina dos Reis, conforme destacada por Silva (2016), não se limita a representar uma voz contra a escravidão, mas também desafia as normas literárias de sua época, oferecendo uma perspectiva profundamente crítica sobre a experiência negra no Brasil. Silva afirma que

> Maria Firmina dos Reis não apenas representa uma voz crítica contra a escravidão e a opressão das mulheres negras, mas também desafia as normas literárias de sua época. Sua obra 'Úrsula' é um exemplo significativo de como a literatura pode ser usada para questionar e subverter as estruturas sociais e culturais dominantes. Ela antecipa debates que só ganharão destaque muitos anos depois, oferecendo uma perspectiva inovadora e profundamente crítica sobre a experiência negra no Brasil (SILVA, 2016, p.52).

Neste contexto, segundo a visão de Silva (2022), a obra de Reis pode ser compreendida como uma forma de subversão das convenções literárias vigentes, refletindo uma resistência estética e política. Ao desafiar as normas estabelecidas, *Úrsula* não só apresenta a opressão racial e de gênero, mas também oferece uma visão crítica que dialoga com debates contemporâneos sobre essas questões. Esse caráter antecipatório é particularmente significativo quando analisamos como a literatura pode ser um veículo para a crítica social e a transformação cultural.

> A criação literária de Maria Firmina dos Reis abarca um viés crítico que desafia as convenções literárias e sociais de sua época. Em 'Úrsula', a autora desconstrói a primazia do abolicionismo branco, masculino e senhorial, oferecendo uma perspectiva única e subversiva sobre a escravidão e a luta pela liberdade (SILVA, 2022, p.45).

A obra de Maria Firmina dos Reis ressoa com algumas teorias críticas que exploram como as estruturas de poder e as ideologias moldam a produção literária. Por exemplo, a crítica literária de Franz Fanon (2020) sobre a psicologia da opressão e a resistência pode ser vista em como *Úrsula* destaca as formas de resistência das mulheres negras e as construções simbólicas de inferioridade impostas pela escravidão. A obra não apenas denuncia a opressão, mas também ilumina as estratégias de resistência e as formas de afirmação que emergem dentro das condições de marginalização. Além disso, ao antecipar debates que só ganharão destaque muitos anos depois, a obra de Reis demonstra um engajamento profundo com questões que permanecem centrais na crítica literária contemporânea. A obra pode ser vista como um exemplo de como a literatura serve como um espaço para a reflexão crítica e a transformação das normas sociais e culturais, alinhando-se com a visão de Stuart Hall (2003) sobre a identidade cultural como um processo dinâmico e em constante evolução.

A análise de *Úrsula* e de sua autora, dialogando com estas perspectivas, talvez possa nos ajudar a formular alguma materialidade à importância de reconhecer e valorizar contribuições das escritoras marginalizadas, que frequentemente desafiam e redefinem os padrões literários e sociais. Através de sua escrita, Maria Firmina dos Reis oferece uma crítica perspicaz e inovadora que continua a influenciar a literatura e os debates sociais, reafirmando o papel transformador da literatura na construção de uma compreensão mais inclusiva e representativa da experiência humana, cuja uma das formas de existência material é pela consideração da autoria.

Pêcheux (2014) argumenta que a autoria não pode ser compreendida como uma expressão pura da subjetividade individual, mas deve como um fenômeno que emerge das condições sócio-históricas e ideológicas que moldam o discurso. Propõe que o sujeito da enunciação[1] é constituído por essas condições, e não um agente autônomo e livre. “Esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, como se a fala fosse o caminho da liberdade humana e o sujeito, um indivíduo livre e intencional.” (PÊCHEUX, 2014, p.70). Assim, (2014), a autoria é um processo mediado pelas formações discursivas e ideológicas que atravessam a sociedade, enfatizando que discurso é sempre atravessado por relações de poder e que o autor é, em última análise, um produto dessas relações. Além disso, Pêcheux (1997b) destaca a importância do equívoco e da opacidade da linguagem na constituição da autoria. Ele argumenta que a linguagem nunca é transparente e que o sentido é sempre produzido na tensão entre diferentes formações discursivas. Segundo Pêcheux

> A opacidade da linguagem é um elemento central na constituição do sujeito da enunciação. O sentido não é dado de antemão, mas é produzido na interação entre diferentes discursos, cada

[1] Biziak (2024) contribui neste entendimento quando coloca que a enunciação emerge sob o efeito de dois esquecimentos (Pêcheux; Fuchs, 1990), ambos manifestações da alienação e do recalque, da ideologia e do inconsciente. Esquecemos que não temos propriedade sobre nosso dizer (somos apenas inquilinos em/de nosso "eu"), e o enunciado, as escolhas das sequências formuladas, poderia surgir de outras maneiras, outras seleções que, mesmo silenciadas e necessariamente apagadas (Pêcheux, 2008), influenciam o dito e o escutado, o escrito e o lido (p.31)". Para ele a enunciação não é neutra na direção de que não copia, apresenta e nem somente reproduz dados ou supostas realidades. Ela assume lugar na história das ideias e das formações sociais e discursivas, o que permite produzir fatos valorados que atualizam relações com o passado, agem pelo presente do dizer e abrem-se ao futuro das circulações (p.31).

> um carregando suas próprias ideologias e relações de poder (PÊCHEUX, 1997b, p.45).

Essa perspectiva subverte a noção de autoria como uma expressão direta da intenção do autor, sugerindo que o sentido é sempre contingente e negociado. Pêcheux também explora a ideia de que a autoria é um processo de interpelação ideológica, onde o sujeito é chamado a ocupar determinadas posições dentro do discurso.

> O sujeito é interpelado pelas formações discursivas e ideológicas que constituem o campo do discurso. A autoria, nesse sentido, é um processo de resposta a essa interpelação, onde o sujeito se posiciona e é posicionado pelas relações de poder que atravessam a linguagem (PÊCHEUX, 2014, p.89).

Pêcheux (2014) destaca sua visão sobre a autoria como um fenômeno relacional e dinâmico, onde o sujeito é simultaneamente agente e produto das condições discursivas e sugere que a análise da autoria deve levar em conta essas dinâmicas complexas, reconhecendo que o autor nunca é um sujeito totalmente autônomo, mas sempre inserido em um contexto sócio-histórico específico. Propõe-se, então, que a análise do discurso deve considerar a autoria como um ponto de articulação entre o sujeito, a linguagem e as condições sócio-históricas de produção. Ele conclui que

> A compreensão da autoria é essencial para a análise crítica dos textos e das práticas discursivas. A autoria é um ponto de articulação entre o sujeito, a língua e as condições sócio-históricas de produção, e sua análise é fundamental para a compreensão dos processos de significação (PÊCHEUX, 2014, p.112).

Esta perspectiva é particularmente reveladora ao analisar a obra de Carolina Maria de Jesus, autora que também desafiou as normas literárias e sociais de sua época. *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2014) é um exemplo significativo de como a produção literária pode ser profundamente influenciada por contextos sociais e materiais específicos. A autora[2], uma mulher

[2] Autora (escritora): Refere-se à pessoa do sexo feminino que cria ou produz uma obra literária, artística, científica ou intelectual. É quem escreve livros, artigos, poemas ou outros textos. Por exemplo: "Carolina Maria de Jesus é uma renomada autora brasileira." Já autoria, refere-se à qualidade ou condição de ser autor/autora, ou seja, é o conceito abstrato que indica a responsabilidade pela criação de uma obra. É a relação de crédito entre o criador e sua obra. Por exemplo: "A autoria deste romance foi questionada por críticos literários".

negra e favelada, escreveu um diário que documenta sua vida e as condições de pobreza extrema nas favelas de São Paulo. Sua obra não apenas oferece uma visão íntima e crítica de sua realidade social, mas também é um reflexo das condições de opressão e marginalização que moldaram sua experiência.

Assim, a análise de Pêcheux (2014) nos ajuda a entender como a autoria de Carolina Maria de Jesus foi atravessada por suas condições materiais e históricas. A recepção de *Quarto de Despejo* foi diretamente impactada pela estrutura social que definiu quais vozes eram valorizadas e quais eram ignoradas. A literatura de Jesus não se encaixava nos padrões estabelecidos da literatura brasileira da época, que frequentemente excluía as vozes das classes populares e das mulheres negras. Em vez de ser vista como uma expressão pura de criatividade, sua autoria deve ser compreendida como um resultado das condições sociais e culturais que limitaram e possibilitaram sua produção literária. *Quarto de Despejo* não apenas expõe injustiças sociais sob uma determinada materialidade linguística e literária, mas há a hipótese de que ela também redefina a forma como a literatura pode ser usada para resistir e questionar estruturas sociais vigentes. A obra de Jesus oferece uma perspectiva inovadora e crítica sobre a vida na favela, antecipando discussões sobre a marginalização e a opressão que só ganhariam maior destaque anos depois.

Portanto, a construção de autorias, tal qual a de Carolina Maria de Jesus, é efeito de condições materiais e simbólicas de suas produções, e essas obras representam um campo de resistência contra normas estabelecidas e normatizadas pelos Aparelhos de Estado, por meio do trabalho de subjetivação via interpelação.

Em *Quarto de Despejo*, a enunciação do texto relata a experiência de vida na favela com um olhar crítico e introspectivo. O diário expõe as condições adversas de existência e a marginalização enfrentada, oferecendo uma narrativa que desafia as representações predominantes sobre a pobreza e a vida nas favelas. Este ato de escrever não é meramente um reflexo da realidade, mas um processo ativo de negociação e contestação das normas sociais estabelecidas.

A materialidade das condições de produção literária para mulheres negras inclui não apenas barreiras econômicas e sociais, mas também questões de visibilidade. A dificuldade de obter reconhecimento e a luta por espaço na

academia e no mercado editorial refletem a marginalização dessas autoras. Como Orlandi (2005) observa, a análise discursiva pode iluminar essas questões

> A análise discursiva permite examinar como as condições materiais e simbólicas influenciam a produção e a recepção dos textos literários. No caso das autoras negras, a análise revela como suas obras são muitas vezes desconsideradas ou minimizadas, refletindo a marginalização sistemática dessas vozes no campo literário (ORLANDI, 2005, p.94).

Esse enfoque oferece uma compreensão mais profunda das condições que moldam a produção literária e a recepção das obras dessas autoras. A literatura produzida por mulheres negras no Brasil oferece uma rica tapeçaria de resistência e afirmação. Essas autoras não apenas enfrentam barreiras significativas, mas também utilizam a literatura como uma ferramenta para desafiar e subverter as normas dominantes, oferecendo novas perspectivas e histórias que enriquecem o campo literário. O papel transformador da literatura, como observado por Orlandi, é fundamental para entender o impacto e a importância das contribuições dessas autoras, de acordo com ela “A literatura é uma forma de transformar a realidade, de questionar e reimaginar o mundo em que vivemos” (2005, p.130).

Nesse contexto, é possível afirmar que a análise de autorias em contextos marginalizados é essencial para a construção de uma historiografia literária mais inclusiva e representativa. A valorização e o reconhecimento das obras das mulheres negras são fundamentais para compreender a complexidade e a diversidade da experiência humana e para construir uma literatura que reflita verdadeiramente a multiplicidade de vozes e experiências presentes na sociedade. Por meio dessa análise, desvelamos a literatura não apenas como um domínio de expressão criativa, mas como um vibrante espaço de resistência, autoafirmação e metamorfose social.

2.4 Materiais didáticos como Aparelhos Ideológicos de Estado: perspectiva discursiva e história das ideias em/sobre educação literária e formação de leitor no Brasil

O conceito de materiais didáticos enquanto Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) revela uma visão profunda da influência exercida pelos livros

didáticos na formação literária e na construção de leitores no Brasil. Louis Althusser (1999a) descreve os AIEs como mecanismos que transcendem a mera transmissão de conhecimento, atuando como guardiões e perpetuadores das ideologias dominantes, que moldam e redefinem as percepções culturais e sociais dos indivíduos. Para Althusser, AIEs são não apenas instrumentos de ensino, mas sim entidades que imergem e sustentam as ideologias que asseguram a perpetuação do poder hegemônico. Esta função se reflete na curadoria e na disposição do conteúdo literário nos livros didáticos, que frequentemente reiteram as hierarquias sociais e as normas culturais preexistentes, em vez de promover uma visão plural e crítica.

Neste contexto, a análise de Orlandi (2005) aprofunda a percepção destes instrumentos de ensino, cujo funcionamento é ideológico e inconsciente, na organização do saber. Orlandi (2005) observa que a estruturação do conhecimento é uma prática de poder que influencia e molda a percepção da realidade pelos indivíduos. Os livros didáticos, ao oferecerem conteúdos literários de maneira seletiva e, por vezes, superficial, contribuem significativamente para a construção de uma visão de mundo alinhada aos interesses das estruturas dominantes. Como ela afirma

> Os livros didáticos são instrumentos de poder que veiculam discursos legitimadores das relações sociais vigentes. Eles não apenas transmitem conhecimentos, mas também moldam a percepção dos alunos sobre a realidade, naturalizando determinadas visões de mundo (ORLANDI, 2005, p.56).

Além disso, a influência dos livros didáticos na formação de leitores pode ser analisada à luz da inclusão ou exclusão de determinados autores e perspectivas literárias. A representação de textos e autores nos livros didáticos pode moldar a percepção dos alunos sobre o valor e a relevância das obras literárias. Biziak (2021) enfatiza a importância da representação diversificada nos materiais didáticos para promover uma educação literária mais inclusiva e crítica. A inclusão de textos de autoras negras e de outras vozes marginalizadas pode enriquecer a experiência educacional e promover uma maior conscientização sobre questões sociais e culturais:

> A inclusão de textos de autoras negras e de outras vozes marginalizadas nos livros didáticos pode não apenas enriquecer

> a experiência educacional, mas também promover uma maior conscientização sobre as questões sociais e culturais que estão em jogo. A falta dessa diversidade nos materiais didáticos contribui para uma formação literária que reforça as hierarquias e normas estabelecidas (BIZIAK, 2021).

Os livros didáticos, portanto, desempenham um papel fundamental na formação de uma visão de mundo compartilhada e na construção de identidades culturais e sociais. Eles moldam a forma como os indivíduos compreendem e se relacionam com a literatura e com a sociedade. Hall (2003) argumenta que a identidade cultural é uma construção dinâmica e contínua, sujeita a negociações e reconfigurações. A forma como as obras literárias são apresentadas nos livros didáticos pode influenciar a maneira como as identidades culturais são formadas e transformadas ao longo do tempo.

Além disso, a análise crítica dos livros didáticos como AIEs revela a importância de considerar o papel desses materiais na educação literária e na formação de leitores críticos. A forma como os livros didáticos apresentam e organizam o conhecimento literário não apenas reflete, mas também contribui para a manutenção das estruturas de poder e das ideologias dominantes. Os livros didáticos constituem arquivos sobre literatura, afetando sentidos em circulação a respeito dela.

Para Pêcheux (1997a), o arquivo é entendido como um conjunto de enunciados que são preservados e transmitidos ao longo do tempo, constituindo uma memória discursiva que influencia a produção de novos discursos. Ele argumenta que o arquivo[3] é um espaço onde se acumulam os discursos passados, que são reativados e reinterpretados nas práticas discursivas atuais. Não se trata, portanto, de questionar a exatidão do livro didático como arquivo literário em relação à obra que apresenta. A questão central é que certas abordagens, fundamentadas em concepções humanistas e egocêntricas de sujeito, tendem a gerar interpretações que reiteram os mesmos discursos, ainda que se apresentem como inclusivas. Diante disto, a análise de como emerge o efeito de 'vozes femininas e negras', por exemplo, nessas construções, pode-se

[3] As considerações aqui apresentadas serão devidamente fundamentadas nas análises desenvolvidas por vir, com base em uma perspectiva de análise do discurso materialista em determinações históricas e sociais pertinentes.

contornar a queda na armadilha de um sujeito ‘essencializado’ (BIZIAK, p.280, 2021).

A inclusão de uma variedade de vozes literárias e perspectivas nos materiais didáticos é essencial para promover uma educação literária mais inclusiva e crítica. A análise dos livros didáticos deve, portanto, considerar como esses materiais contribuem para a reprodução ou contestação das ideologias dominantes e como podem ser utilizados para promover uma compreensão mais ampla e inclusiva da literatura e da cultura.

Os materiais didáticos, ao serem analisados como Aparelhos Ideológicos de Estado, também revelam como as práticas discursivas estão imersas em um contexto de poder e ideologia. Orlandi (2005) observa que os livros didáticos são moldados por práticas discursivas que influenciam profundamente a forma como o conhecimento é compreendido e internalizado pelas alunas e pelos alunos. A forma como os conteúdos literários são selecionados e apresentados nos livros didáticos pode contribuir para a formação de percepções e identidades culturais que estão em conformidade com as normas e valores predominantes.

Portanto, a análise dos materiais didáticos deve considerar como esses livros participam da construção de uma visão de mundo que reforça as hierarquias sociais e culturais existentes. O estudo das práticas discursivas e das escolhas editoriais nos livros didáticos pode revelar como esses materiais contribuem para a manutenção do status quo ideológico e como podem ser utilizados para promover uma maior inclusão e diversidade na educação literária. A crítica aos livros didáticos deve, portanto, ir além da simples avaliação de seu conteúdo e considerar como esses materiais participam da construção e da reprodução das ideologias dominantes.

Lajolo e Zilbermam (2019) afirmam que o livro didático é o primo-pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável. Por outro lado, ele é o primo-rico das editoras. Não deixando de ser um formador de leitores, vinculado a todas as etapas da escolarização passando a ser o propulsor não só da ampliação e da formação do público leitor, mas da própria empresa editorial brasileira. Os livros didáticos inicialmente importados de Portugal não tinham compromisso com a realidade brasileira; somente a literatura portuguesa figurava nestas obras. Tardou para que a literatura brasileira fosse inclusa nos didáticos. “Um dos efeitos previstos [dessa inserção] é integrar o indivíduo ao coletivo e à pátria,

civilizando-o e tornando-o um cidadão útil à sociedade...” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019, p. 314).

Segundo as autoras, por intermédio da trajetória do livro didático se faz possível conhecer os rumos que “[...] governantes escolheram para a educação, desenvolvimento e capacitação intelectual e profissional dos habitantes de um país” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019, p.161). Observamos, com isso, a relação íntima entre a escolha dos livros didáticos e a intencionalidade de quem os seleciona.

Assim, os livros didáticos, em nossa perspectiva, frequentemente reforçaram uma visão estreita e excludente da literatura, privilegiando autores e perspectivas que se alinham com os interesses das elites culturais e políticas. Como observa Candido (2023), a literatura estudada nas escolas muitas vezes reflete uma visão limitada e conservadora, que não representa adequadamente a diversidade cultural e social do país. Essa falta de diversidade nas obras literárias apresentadas nos livros didáticos contribui para a formação de leitores que têm uma visão reduzida e muitas vezes distorcida da riqueza e complexidade da literatura brasileira.

Além disso, a crítica à forma como a literatura é abordada nos livros didáticos deve considerar profundamente o impacto das escolhas editoriais na formação das identidades culturais dos alunos. Eles, enquanto ferramentas pedagógicas, desempenham um papel fulcral na construção do conhecimento e na formação de valores culturais e sociais. Ginzburg sugere que "a seleção e a apresentação dos textos literários nos livros didáticos estão imersas em um processo de construção cultural e ideológica" (1989, p. 45). Isso implica que a forma como os textos são escolhidos e apresentados não é neutra, mas reflete um conjunto de pressupostos culturais e ideológicos que moldam a percepção das/dos estudantes sobre a literatura e a cultura. Deve-se, portanto, ir além da análise dos conteúdos e se aprofundar nas implicações desses conteúdos para a formação identitária das alunas e dos alunos. O processo editorial envolvido na seleção dos textos pode reforçar ou desafiar normas culturais e sociais predominantes. Como afirma Ginzburg, os livros didáticos não são apenas veículos de transmissão de conhecimento; eles são "[...] ferramentas de construção de significado e identidade cultural" (1989, p. 45). A escolha dos textos, a maneira como são contextualizados e os aspectos culturais que são

enfatizados ou omitidos têm um impacto direto na formação das identidades culturais e sociais das alunas e dos alunos.

Dessa maneira, a análise dos livros didáticos deve englobar uma reflexão crítica sobre como esses materiais contribuem para a formação de leitoras/es críticos e conscientes das questões sociais e culturais. O objetivo não é apenas ensinar literatura, mas também promover uma compreensão mais profunda das diversidades e complexidades da sociedade. A inclusão de uma gama mais ampla de textos e autoras/es nos livros didáticos pode, portanto, facilitar uma maior valorização e compreensão da diversidade cultural e literária. Além disso, essa inclusão é essencial para refletir a pluralidade e a complexidade da literatura e da sociedade brasileira.

Nesse sentido, é imperativo que os materiais didáticos sejam revisados e atualizados com frequência para garantir que representem de forma mais completa e justa a diversidade existente na literatura e na sociedade. A crítica dos livros didáticos deve considerar se os textos e autoras/es incluídos oferecem uma representação equilibrada das várias culturas e identidades presentes no Brasil. Isso é crucial para que as/os estudantes possam desenvolver uma visão crítica e inclusiva da literatura e da sociedade, e para que a educação contribua de forma significativa para a construção de uma identidade cultural mais plural e consciente.

Nas instituições de ensino públicas, os livros didáticos são selecionados e distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático[4] (PNLD), que visa garantir a padronização e a qualidade dos materiais utilizados nas escolas. Esses livros são elaborados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais e os Projetos Político-Pedagógicos[5] (PPPs) das escolas, que orientam as práticas educativas e os objetivos de ensino. Assim, os PPPs das escolas

[4] O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma política pública executada pelo FNDE e pelo Ministério da Educação destinada a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita. É um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo. Fonte: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro.

[5] O Projeto Político Pedagógico é o documento que norteia o processo de ensino e aprendizagem e, também, as relações que acontecem no espaço escolar. Com isso, o PPP concentra a missão, os valores, a filosofia, a identidade e a proposta pedagógica de uma escola, além de mostrar como ela precisa atuar para proporcionar uma educação de qualidade. Fonte: https://novaescola.org.br/conteudo/21805/projeto-politico-pedagogico-ppp#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Projeto%20Pol%C3%ADtico%20Pedag%C3%B3gico%20(PPP)?,ensino%20e%20aprendizagem%20na%20escola.

públicas desempenham um papel crucial na definição dos objetivos educacionais e na seleção dos conteúdos dos livros didáticos. Os PPPs são documentos que expressam a identidade da escola, seus objetivos, metas e estratégias pedagógicas. Eles orientam a escolha dos livros didáticos, garantindo que os materiais estejam alinhados com as diretrizes curriculares e com a realidade sociocultural das alunas e dos alunos.

Apesar de sua importância, os livros didáticos enfrentam desafios significativos, como a necessidade de atualização constante e a inclusão de perspectivas diversas e críticas. Pêcheux (2014) destaca a importância de uma abordagem crítica na utilização desses materiais

> Os livros didáticos são um exemplo claro de como o discurso é utilizado para estruturar o conhecimento de maneira a perpetuar as ideologias dominantes. Através da seleção e organização dos conteúdos, esses livros moldam a percepção dos alunos, naturalizando determinadas visões de mundo e marginalizando outras (PÊCHEUX, 2014, p.78).

Por fim, a crítica aos livros didáticos como Aparelhos Ideológicos de Estado deve considerar a necessidade de uma reforma na educação literária que promova uma abordagem mais inclusiva e crítica. O papel dos materiais didáticos na formação de leitoras/es e na construção de identidades culturais é significativo e deve ser abordado com um olhar atento às questões de poder e ideologia. A promoção de uma educação literária mais diversa e inclusiva pode contribuir para a formação de leitoras/es mais críticos e conscientes das complexidades e das desigualdades presentes na sociedade.

3 PROCESSOS ENUNCIATIVOS E DISCURSIVOS NAS OBRAS LITERÁRIAS

Neste capítulo, propõe-se uma exploração dos mecanismos pelos quais os textos literários comunicam e moldam significados, destacando a relevância do conceito de discurso delineado por Michel Pêcheux. Pêcheux (1997b) proporciona uma perspectiva teórica essencial para que se compreenda o funcionamento do discurso dentro de contextos históricos e sociais específicos. Para Pêcheux (1997b), o discurso é definido como um efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico no qual a linguística está pressuposta. Ele argumenta que o discurso não pode ser compreendido apenas como uma sequência de enunciados linguísticos, mas deve ser analisado em seu contexto sócio-histórico e ideológico. O discurso é um efeito de sentidos construídos entre locutores, constituindo um objeto sócio-histórico que tem a linguística como base fundamental. Sua estruturação ocorre pelas condições de produção, que englobam tanto as formações discursivas quanto as ideológicas permeantes no tecido social.

Essa definição ampla e dinâmica de discurso é fundamental para esta análise, pois permite investigar como os textos literários não apenas refletem, mas também participam ativamente na construção e na negociação dos significados sociais e culturais. O conceito de discurso em Pêcheux (1997a) transcende a mera troca de palavras, abrangendo um complexo sistema de práticas que determinam a validade e a visibilidade das ideias em uma sociedade. Um dos conceitos centrais na teoria de Pêcheux (1997a) é o de formação discursiva, que se refere ao conjunto de enunciados que compartilham as mesmas condições de produção e que são regulados pelas mesmas formações ideológicas. Ele sugere que as formações discursivas determinam o que pode e o que não pode ser dito em um determinado contexto. Pêcheux (1997a) observa que

> As formações discursivas são conjuntos de enunciados que compartilham as mesmas condições de produção e que são regulados pelas mesmas formações ideológicas. Elas determinam o que pode e o que não pode ser dito em um determinado contexto, moldando a produção de sentidos (PÊCHEUX, 1997a, p.112).

A enunciação é um processo complexo que envolve a produção de sentido em um contexto sócio-histórico específico. Pêcheux (1997b) argumenta que a enunciação não pode ser reduzida à simples emissão de enunciados por um sujeito falante, mas deve ser compreendida como um fenômeno que envolve a interação entre o sujeito, a língua e as condições de produção do discurso. E afirma que

> A enunciação é um processo no qual o sujeito se inscreve na linguagem, mediado pelas condições sócio-históricas de produção. O sentido não é dado de antemão, mas é produzido na interação entre diferentes discursos, cada um carregando suas próprias ideologias e relações de poder (PÊCHEUX, 1997b, p.45).

Essa perspectiva é especialmente relevante para o estudo da literatura marginalizada ou oprimida, onde os textos atuam como formas de resistência e construção de identidades alternativas. Através dessa perspectiva, pode-se perceber como a literatura pode atuar como um espaço de contestação e transformação, influenciando a percepção e a prática cultural de formas complexas e multifacetadas.

Sendo assim, a enunciação literária se destaca como um elemento categórico especialmente considerando as ideias de Louis Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, como já apresentado anteriormente. Althusser propõe uma abordagem fundamental para entender a perpetuação das ideologias e a formação dos sujeitos sociais, salientando de forma incisiva, que os AIEs operam de forma irrefutável na construção das subjetividades e influenciam percepções e práticas através de mecanismos discursivos específicos. Essa visão expande a compreensão do papel dos textos literários, que não são apenas reflexos das ideologias dominantes, mas também como agenciadores na construção e sustentação dessas ideologias. Entidades como instituições educacionais, religiosas e a mídia perpetuam e reforçam ideologias dominantes, utilizando práticas discursivas que influenciam a forma como os indivíduos percebem e interagem com a realidade, alinhando-as com as normas e valores sociais prevalentes.

Na literatura, a enunciação é vital para entender como os textos podem reforçar ou desafiar ideologias. Refere-se ao ato de produzir um discurso e à

posição do sujeito que fala ou escreve. Para Guimarães (2002), a enunciação é um processo que envolve a produção de sentido em um contexto específico, onde o sujeito, a língua e as condições de produção interagem de maneira complexa. Ele argumenta que a enunciação não pode ser reduzida à simples emissão de enunciados, mas deve ser compreendida como um fenômeno que envolve múltiplos elementos. Guimarães (2002) afirma que

> A enunciação é um processo no qual o sujeito se inscreve na linguagem, mediado pelas condições sócio-históricas de produção. O sentido não é dado de antemão, mas é produzido na interação entre diferentes discursos, cada um carregando suas próprias ideologias e relações de poder (GUIMARÃES, 2002, p.45).

A análise literária que considera os AIEs mostra como as obras interagem com as ideologias dominantes, refletindo-as ou subvertendo-as. As funções autorais utilizam a enunciação para criticar ou questionar normas estabelecidas, oferecendo novas perspectivas sobre questões sociais e culturais. Assim, a literatura se torna um campo de disputa ideológica, onde diferentes visões de mundo competem por reconhecimento e aceitação, revelando a complexidade das relações entre discurso, poder e identidade.

A contribuição de escritoras negras para a literatura, como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, é central para a análise dos processos discursivos. Stuart Hall (2003) destaca que a identidade cultural se manifesta como um fenômeno fluido, em constante evolução, que passa por contínuos processos de transformação e renegociação, ao invés de constituir uma estrutura imutável, por meio de trabalhos de análise e compreensão, pode-se defender que tais obras produzam efeitos de sentido para afirmar e redefinir suas identidades, desafiando normas literárias estabelecidas e introduzindo novas perspectivas.

Nesse sentido, a materialidade do discurso, conforme abordada por Eni Orlandi (2005), oferece uma compreensão aprofundada de como o contexto social e material influencia tanto a produção quanto a interpretação dos textos literários. Orlandi (2005) detalha que

> A materialidade do discurso não se limita apenas às condições físicas de produção dos textos, mas engloba também o ambiente

> social e cultural que participa ativamente da construção dos significados. Esse conceito abrange as condições materiais e sociais que moldam a produção e recepção dos textos, afetando a forma como os significados são construídos e negociados entre os interlocutores sociais. A materialidade do discurso considera o papel dos aparelhos ideológicos, das práticas culturais e dos recursos materiais na constituição das estruturas discursivas. Assim, a análise literária deve atentar para como esses elementos contextuais e materiais influenciam e são influenciados pela construção dos textos (ORLANDI, 2005, p.43).

Esse entendimento da materialidade do discurso é fundamental para uma análise literária abrangente, pois leva em conta a complexa interação entre os contextos sociais, culturais e materiais na produção de textos. Orlandi (2005) sugere que, ao considerar os fatores contextuais e materiais, a análise literária pode revelar como os significados são não apenas criados, mas também disputados e transformados. Ela destaca a importância dos aparelhos ideológicos e das práticas culturais, que desempenham papéis essenciais na constituição das estruturas discursivas, moldando a maneira como os textos são compreendidos e utilizados dentro de suas realidades sociais e culturais. Dessa forma, a abordagem de Orlandi (2005) oferece uma perspectiva crítica e integral que enriquece a interpretação dos textos literários, permitindo uma compreensão mais profunda de suas implicações sociais e culturais.

Essa perspectiva permite uma análise das obras literárias, considerando como elas respondem e refletem as condições de produção próprias a cada uma.

Além disso, a contribuição de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus para a literatura brasileira é significativa. A análise de Biziak (2021) revela que, por meio de suas obras revolucionárias, essas autoras contestam as normas literárias convencionais, construindo novos significados que emergem de seus olhares singulares e vivências particulares. Suas obras exemplificam como a literatura pode ser um espaço de resistência e reconfiguração das identidades culturais.

A teoria de Michel Pêcheux sobre o discurso como um campo de forças é fundamental para compreender a dinâmica dos processos discursivos nas obras literárias. Pêcheux afirma que "O discurso é um campo de forças em constante negociação, onde as ideologias predominantes são tanto reforçadas quanto

desafiadas" (1997a, p.80). Essa abordagem oferece uma compreensão de como os textos literários interagem com as práticas sociais e culturais.

Finalmente, a análise dos processos enunciativos e discursivos nas obras literárias revela a complexidade das interações entre literatura, discurso e sociedade. O estudo dos processos discursivos e enunciativos permite uma compreensão mais ampla de como os textos literários constroem e desafiam significados dos espaços culturais e sociais.

Em síntese, a exploração dos processos enunciativos e discursivos nas obras literárias oferece *insights* valiosos sobre como a literatura molda e é moldada. A partir dessas perspectivas teóricas e analíticas, este capítulo busca aprofundar a compreensão das dinâmicas discursivas presentes nas obras literárias e seu impacto na formação das identidades e na construção do significado cultural.

3.1 Úrsula: constituição de autoria em perspectiva discursiva

O romance *Úrsula* (2018), escrito por Maria Firmina dos Reis e publicado em 1859, destaca-se não apenas por sua contribuição literária, mas também pela sua relevância histórica. Sendo o primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil, a obra de Reis é inserida em um contexto de severa opressão e exclusão social. Embora a protagonista, Úrsula, seja uma personagem branca, a experiência e a visão de Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, moldam profundamente a narrativa.

A análise das condições de produção da obra revela as dificuldades enfrentadas por Maria Firmina dos Reis que, no século XIX, lidou com barreiras significativas para o acesso à educação formal e aos círculos literários dominados por homens brancos. O contexto de escravidão e a marginalização das mulheres negras afetaram não apenas a sua inserção no meio literário, mas também a forma como a obra foi recebida e interpretada.

Úrsula é um exemplo de como a literatura pode refletir e criticar as condições sociais e raciais de seu tempo. Apesar das limitações impostas pela sociedade, Reis utiliza sua escrita para oferecer uma crítica incisiva das injustiças e da opressão sistêmica. A obra aborda temas de resistência e injustiça, proporcionando uma visão crítica das adversidades enfrentadas pelos afro-brasileiros em um visível desafio ao *establishment* brasileiro.

Maria Firmina dos Reis, ao escrever *Úrsula*, oferece uma perspectiva única sobre a vida dos afro-brasileiros, mesmo que a protagonista da obra não compartilhe da mesma condição racial. A sua obra reflete a luta por identidade e resistência cultural em um ambiente opressor, desafiando as convenções literárias e sociais vigentes. A narrativa de *Úrsula* serve como um espaço de contestação, permitindo a expressão de uma visão crítica das injustiças e uma afirmação da identidade marginalizada.

A importância de *Úrsula* vai além de sua narrativa, destacando o papel da literatura, atuando como ponto de transformação social e cultural. A escrita de Maria Firmina dos Reis não apenas documenta a realidade da época, mas também questiona as estruturas de poder e opressão, abrindo caminho para futuras gerações de escritores e escritoras negras.

Em resumo, a análise de *Úrsula,* sob a perspectiva discursiva e as condições de produção, revela como Maria Firmina dos Reis utilizou sua escrita para desafiar as normas e oferecer uma crítica poderosa à sociedade de seu tempo. A obra se destaca como um testemunho da capacidade da literatura de influenciar e transformar percepções sociais e culturais.

3.1.a Condições de produção da obra

Úrsula (2018) é uma obra emblemática desde sua origem, pois é considerada o primeiro romance de autoria negra e feminina, fato esse que lhe atribui maior expressão, pois a realidade das mulheres escritoras, no Brasil oitocentista, demonstrava o lugar social a elas destinado, o de impedimento ao trânsito em determinados espaços de fala e de poder, fato tão bem explicitado pela escritora Maria Firmina já no prólogo do livro

> Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.93).

Por trás dessa declaração de modéstia, Firmina, expõe a condição da mulher numa sociedade dominadora e escravocrata. O maior destaque dessa obra é o de ser pioneira da temática antiescravista[6]. Firmina não só revela a sua sensibilidade artística, mas, sobretudo seu posicionamento político por meio de um discurso crítico e denunciativo, tais como as noções de abolicionismo, preconceito étnico, discriminação racial e de gênero, tornando-os públicos para a sociedade brasileira (DUARTE, 2011, p.203), percebe-se a influência exercida pelo meio social sobre a obra, como, também, os sentidos que Firmina atribuiu à causa abolicionista em vigência naqueles tempos.

O Brasil do século XIX era um país agrário, dependente do trabalho escravo para sustentar sua economia. Esse sistema criava uma profunda divisão social, onde a elite branca possuía o poder econômico e político, enquanto a maioria da população negra vivia em condições desumanas. A escravidão não apenas limitava a liberdade física dos escravos, mas também suprimia qualquer forma de expressão que pudesse desafiar sua legitimidade. Nesse contexto, a produção literária de Maria Firmina dos Reis representa um ato de resistência e a tentativa de dar voz àqueles que eram sistematicamente silenciados.

A exclusão das mulheres negras dos espaços de educação e cultura formal era uma realidade brutal na sociedade brasileira do século XIX. Reis, no entanto, conseguiu superar essas barreiras, adquirindo uma educação que lhe permitiu não apenas ler e escrever, mas também engajar-se criticamente com o mundo ao seu redor. Seu acesso à educação, embora limitado, foi fator essencial que lhe permitiu articular suas experiências e perspectivas de forma literária. Conforme aponta Orlandi

> A materialidade do discurso se refere às condições materiais e sociais que moldam a produção e recepção dos textos, influenciando a forma como os significados são construídos e

[6] O termo “antiescravista” é utilizado para descrever aqueles que são contrários à escravidão e à escravatura. Segundo o Dicionário Informal, uma pessoa antiescravista é aquela que se opõe à escravidão e luta contra essa prática. Esse movimento ganhou força especialmente durante o século XIX, quando o comércio transatlântico de escravos estava em seu auge e movimentos abolicionistas começaram a emergir em várias partes do mundo. No Brasil, o ideário antiescravista foi assimilado no início do século XIX, influenciado pelas ideias iluministas e pelos movimentos abolicionistas internacionais. No entanto, o antiescravismo brasileiro assumiu características próprias, muitas vezes negligenciando o destino dos ex-escravos e da população negra em geral após a abolição. O movimento abolicionista brasileiro cresceu significativamente e a partir da década de 1870, mobilizando diferentes grupos da sociedade em defesa da abolição da escravidão.
Fonte: SciELO - Brasil - Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.

> negociados. A exclusão das mulheres negras dos espaços de educação e cultura formal era uma realidade brutal na sociedade brasileira do século XIX. Reis, no entanto, conseguiu superar essas barreiras, adquirindo uma educação que lhe permitiu não apenas ler e escrever, mas também engajar-se criticamente com o mundo ao seu redor (ORLANDI, 2005, p.43).

Reis (2018), ao ingressar em círculos literários majoritariamente compostos por homens brancos, enfrentou um ambiente de exclusão e preconceito. No entanto, sua determinação e talento literário lhe permitiram inserir-se nesse espaço, onde pôde expressar suas ideias e denunciar as injustiças do sistema escravocrata. A participação de Reis nesses círculos não apenas ampliou suas oportunidades de publicação, mas também a expôs a diversas influências literárias e intelectuais que enriqueceram sua escrita. A capacidade de Reis de navegar por esses ambientes hostis e ainda assim produzir uma obra tão impactante como *Úrsula* (2018) é um testemunho de sua resiliência e habilidade como escritora.

A narrativa de *Úrsula* (2018) é profundamente influenciada pelo contexto de escravidão e pelas limitações impostas às mulheres negras na época. Reis utiliza sua obra para criticar abertamente a hipocrisia da sociedade escravocrata brasileira, revelando as contradições e injustiças que eram muitas vezes ocultadas ou naturalizadas pelos discursos dominantes. Como observa Schwarz

> A literatura deve ser entendida em relação ao contexto histórico e cultural em que é produzida, revelando as respostas dos autores às questões sociais e culturais de seu tempo. A narrativa de *Úrsula* é profundamente influenciada pelo contexto de escravidão e pelas limitações impostas às mulheres negras na época. Reis utiliza sua obra para criticar abertamente a hipocrisia da sociedade escravocrata brasileira, revelando as contradições e injustiças que eram muitas vezes ocultadas ou naturalizadas pelos discursos dominantes (SCHWARZ, 2014, p.18).

Através de sua narrativa, Reis desafia as normas estabelecidas e oferece uma nova perspectiva sobre a realidade brasileira. O sistema educacional do século XIX, por exemplo, era altamente excludente, especialmente para mulheres negras. Reis, contudo, encontrou maneiras de obter uma educação, o que lhe permitiu desenvolver suas habilidades literárias e criticar o sistema que procurava mantê-la subjugada. A educação de Reis foi uma ferramenta poderosa que ela utilizou para desafiar o *status quo* e criar uma narrativa que não apenas

refletia suas próprias experiências, mas também as experiências de muitos outros que viviam sob a opressão da escravidão. A capacidade de Reis de transformar sua educação em uma arma contra a opressão é uma das características mais notáveis de sua obra.

A marginalização das mulheres negras no Brasil do século XIX não se limitava ao acesso à educação, mas permeava todos os aspectos de suas vidas. As restrições impostas a elas eram tanto legais quanto sociais, dificultando significativamente sua capacidade de participar plenamente da vida pública. A obra de Reis, portanto, pode ser vista como um ato de insurgência aguerrida, onde ela faz uso de sua literatura para desafiar essas restrições e reivindicar seu espaço na sociedade. Através de *Úrsula*, Reis não apenas dá voz às suas próprias experiências, mas também às experiências de muitas outras mulheres que enfrentavam as mesmas barreiras.

A produção de *Úrsula* (2018) em um contexto permeado por profundas desigualdades evidencia a coragem e a visão de sua autora. A obra não é, portanto, apenas mais uma narrativa de ficção, mas também pode ser lida como um acontecimento[7] histórico que oferece uma visão crítica da sociedade de sua época. Ao romper as convenções literárias e sociais de seu tempo, Maria Firmina dos Reis traça uma senda audaciosa para futuras gerações de escritoras negras, demonstrando que a literatura pode ser uma poderosa ferramenta de resistência e metamorfose social. A exploração das condições de criação de *Úrsula* revela a intrincada tapeçaria da obra de Reis, iluminando a magnitude e a relevância perene de sua contribuição à literatura brasileira. Em sua ousadia, Reis não apenas desafia as normas estabelecidas, mas também redefine o papel da literatura como um campo de luta e transformação, esculpindo uma herança duradoura e inspiradora.

3.1.b Posicionamento da Obra nas Histórias da Literatura Brasileira

Úrsula (2018) é frequentemente reconhecida como uma das primeiras obras literárias abolicionistas escritas por uma autora negra no Brasil. Esse

[7] Para Pêcheux (1997b), o 'acontecimento' não é um mero fato externo, mas parte constitutiva da discursividade, tornando-se opaco ao ser trabalhado por diferentes enunciados que geram significações distintas (como exemplificado pela eleição de Mitterrand). Essa discursivização evidencia a 'equivocidade' do acontecimento, que se mostra atravessado pela historicidade, ideologia e posição do enunciador (p.19-28).

reconhecimento não apenas destaca a obra de Reis, mas também desafia as narrativas canônicas que, por muito tempo, marginalizaram as contribuições de escritores negros e, em particular, de mulheres negras.

A inclusão de *Úrsula* (2018) nos arquivos históricos da literatura brasileira tem um impacto significativo na compreensão do período literário e social em que a obra foi produzida. Pêcheux (1994) destaca a relação entre o arquivo e o poder, argumentando que o arquivo é um espaço onde se exercem relações de poder que determinam quais discursos são preservados e quais são esquecidos. Ele sugere que o arquivo é um campo de luta onde diferentes discursos competem pela hegemonia e influenciam a produção de novos sentidos.

Schwarz (2014), por sua vez, argumenta que a literatura atua como um reflexo crítico da sociedade, revelando suas contradições e injustiças. Em sua análise de *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis utiliza a narrativa para expor a brutalidade da escravidão e a hipocrisia da sociedade brasileira do século XIX. Schwarz (2014) observa que

> [...] a literatura deve ser entendida em relação ao contexto histórico e cultural em que é produzida, revelando as respostas dos autores às questões sociais e culturais de seu tempo. Ao apresentar uma crítica contundente das condições desumanas enfrentadas pelos escravos e das estruturas sociais que perpetuavam a opressão, a literatura se torna uma ferramenta para questionar e subverter as normas dominantes. Através de suas escolhas narrativas e temáticas, o autor ou autora é capaz de iluminar as contradições e injustiças que muitas vezes são ocultadas ou naturalizadas pelos discursos predominantes (SCHWARZ, 2014, p.118).

Nesse vasto cenário histórico, a obra *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis se ergue como um farol audacioso na crítica literária. Reis não se restringe a relatar as atrocidades infligidas aos escravizados, mas adentra a arena do conflito social com uma coragem implacável. Sua narrativa, com a força de um grito visceral, desmascara as injustiças e as hipocrisias que permeiam o Brasil do século XIX, revelando não apenas uma visão penetrante da realidade opressiva da época, mas também uma ferramenta poderosa para questionar e desmantelar os alicerces da ordem estabelecida.

Reis (2018), com maestria, entrelaça escolhas narrativas e temáticas em um tecido robusto de resistência, iluminando as contradições que os discursos

dominantes frequentemente procuram esconder. Ela não apenas desafia o *status quo*, mas também oferece uma nova visão, vigorosa e crítica, que ressoa como um chamado à transformação social, revelando o verdadeiro pulsar da era que documenta.

A recepção de *Úrsula* (2018), ao longo dos anos, tem sido marcada por crescente reconhecimento de sua importância. Inicialmente, a obra foi negligenciada tanto pelo público quanto pela crítica literária, refletindo as barreiras que Maria Firmina dos Reis enfrentou como mulher negra em um ambiente dominado por homens brancos. Orlandi sugere que "a materialidade do discurso se refere às condições materiais e sociais que moldam a produção e recepção dos textos, influenciando a forma como os significados são construídos e negociados" (2005, p.43).

Nos últimos anos, há um esforço crescente para reconhecer e valorizar as contribuições de autores marginalizados. Reis, por exemplo, tem sido objeto de reavaliações críticas que destacam seu papel pioneiro na literatura brasileira. Como observa Bhabha (2018)

> A obra de Maria Firmina dos Reis deve ser considerada uma intervenção crucial no debate sobre identidade e resistência cultural. Ao dar voz aos oprimidos, Reis desafia as narrativas dominantes e oferece uma nova perspectiva sobre a história e a cultura brasileiras (BHABHA, 2018, p.102).

A inclusão de *Úrsula* no cânone literário brasileiro é um passo importante para uma compreensão mais inclusiva e diversa da literatura do país. Conforme argumenta Eni Puccinelli Orlandi, "A análise do discurso literário deve levar em conta as vozes silenciadas e marginalizadas, reconhecendo sua contribuição para a formação de uma identidade cultural mais rica e complexa" (2004, p. 66).

A importância de *Úrsula* na literatura brasileira não pode ser subestimada. Como uma das primeiras obras escrita por uma mulher negra, *Úrsula* oferece uma perspectiva única sobre a escravidão e as injustiças sociais no Brasil do século XIX. Ao reconhecer e valorizar essa obra, os estudiosos não apenas fazem justiça a Maria Firmina dos Reis, mas também enriquecem a compreensão da literatura brasileira e de sua história complexa e multifacetada.

3.1.c Posições de sujeito: narrador e personagens

A análise das posições de sujeito em *Úrsula* (2018) revela uma rica complexidade nas enunciações, refletindo profundamente sobre temas de raça, gênero e classe social. A obra se revela como uma investigação intrincada das condições sociais do Brasil do século XIX, evidenciando as iniquidades do sistema escravagista e as restrições severas impostas às mulheres e aos negros. Este tema examina como essas vozes e perspectivas não apenas manifestam, mas também robustecem os discursos abolicionista e feminista entrelaçados na narrativa.

Sob a luz desta perspectiva, Eni Orlandi (2017), contribui na compreensão de que a linguagem não é um veículo transparente de comunicação, mas uma prática social simbólica onde sentidos são produzidos e sujeitos são constituídos. A ideologia não é algo externo ao discurso, mas inerente a ele, funcionando na maneira como os sentidos são naturalizados e as posições dos sujeitos são estabelecidas.

O narrador de *Úrsula* (2018) desempenha papel fundamental na construção e na articulação dos temas centrais do romance. A narrativa, em terceira pessoa, permite uma visão abrangente das condições sociais e políticas da época. Essa voz narrativa observa e descreve os eventos com um distanciamento que permite uma análise profunda das estruturas que pautam a sociedade da época.

Em consonância com essa construção narrativa, a perspectiva de Orlandi (2017) nos alerta para o fato de que estamos lidando com um discurso onde as posições de sujeito (narrador e personagem) são construídas hierarquicamente. A voz narrativa em terceira pessoa, com seu efeito de distanciamento e abrangência, não é um espelho da realidade, mas um dispositivo discursivo que produz uma interpretação específica dos eventos e dos sujeitos, moldada pelas condições de produção e pelas formações ideológicas da época. Essa compreensão crítica das posições-sujeito e do funcionamento ideológico do discurso narrativo fundamenta a análise sequencial que se segue

> E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso; e por isso seu

> coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (REIS, 2018, p.19, grifos nossos).

A terceira pessoa não é apenas uma escolha gramatical neutra. Ela constrói uma ‘posição-sujeito’ específica para o narrador: a de alguém que está fora e acima dos eventos, com acesso privilegiado a informações e, frequentemente, aos estados interiores dos personagens. Essa posição de aparente onisciência ou distanciamento não é inerente, mas um ‘efeito discursivo’, autorizado por uma formação discursiva específica (por exemplo, a do realismo ou do romantismo sentimentalista) que vigorava nas condições de produção do romance no século XIX. A visão abrangente e a análise profunda são, portanto, efeitos produzidos a partir dessa posição-sujeito construída, e não garantias de objetividade absoluta. O narrador seleciona, organiza e interpreta os "fatos" a partir de um lugar ideologicamente marcado. O distanciamento atribuído a essa voz narrativa é essencial. Para Orlandi (2001), esse distanciamento frequentemente funciona para produzir um ‘efeito de objetividade ou neutralidade’, que pode mascarar a tomada de posição ideológica do narrador. Ao apresentar sua visão como "observação" e "descrição", o narrador naturaliza sua interpretação dos eventos e das "estruturas sociais". A análise que ele oferece, por mais "profunda" que pareça, está sempre inscrita em uma determinada ‘formação discursiva’, que define o que é pensável, dizível e analisável sobre a sociedade da época (neste caso, uma sociedade escravocrata vista através de lentes que podem incluir o sentimentalismo, a religiosidade, e talvez críticas implícitas ou explícitas à escravidão). A posição-sujeito do narrador (distanciado, analítico, moralizante) impacta diretamente como a ‘posição-sujeito do personagem’ (o "mísero" escravizado) é construída para o leitor. O narrador não apenas relata o sofrimento, mas o interpreta e o qualifica ("porque era escravo", "não lhe embrutecera a alma", "sentimentos generosos", "virtuoso"). O personagem é constituído discursivamente pela voz do narrador, que o posiciona dentro de um quadro ideológico específico. Ele não "fala por si", mas é falado pelo narrador, que lhe atribui uma interioridade (alma pura, coração enternecido) compatível com a formação discursiva que o narrador representa (ORLANDI, 2017).

A inclusão de diversas pequenas histórias, contadas em primeira pessoa, intercaladas com a narrativa principal, que é apresentada em terceira pessoa,

não apenas proporciona uma compreensão mais profunda do texto como um todo, mas também permite a representação do outro racializado. Notemos:

> _Ah, meu senhor – exclamou o escravo enternecido – como sois bom! Continuai, eu, vo-lo suplico, em nome, do serviço que vos presto, e a que tanta importância quereis dar, continuai, pelo céu, a ser generoso, e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo! [...]
> _Sim, meu senhor. Fizeste-me tão feliz, que nada mais ambiciono: e rendendo a Deus graças pela minha presente ventura, suplico-lhe que vos cubra de bençãos, e que vele vós a sua bondade infinita (REIS, 2018, p.106-107).

A análise sequencial deste excerto, focando na materialidade linguística (interjeições, vocativos, imperativos, súplicas, adjetivação, referências religiosas) e nos efeitos de sentido produzidos, revela a construção discursiva de uma posição-sujeito específica para o personagem escravizado. Através de sua fala, marcada pela emoção exacerbada ("enternecido"), gratidão ("como sois bom!", "Fizeste-me tão feliz"), autodepreciação ("vil e miserável escravo") e apelo religioso, o personagem performa a submissão e o contentamento.

Essa performance discursiva não pode ser lida ingenuamente como expressão transparente de sentimentos, mas como um discurso produzido sob as severas condições de produção da sociedade escravocrata e atravessado por formações ideológicas dominantes (senhorial, religiosa). A forma como as sequências se articulam – da exclamação inicial à súplica e à declaração final de felicidade e gratidão divina – funciona para construir e reforçar a imagem do "bom escravo", satisfeito com sua "ventura" e grato pela "bondade" de seu senhor. A análise, portanto, evidencia como a linguagem opera para produzir efeitos de sentido que sustentam, mesmo que de forma idealizada ou estratégica, a estrutura de poder vigente (ORLANDI, 2017).

Essa autorrepresentação do outro, em várias passagens, assume uma autoridade narrativa ao ser narrada na primeira pessoa, evidenciando a voz e a perspectiva desse personagem ("Continuai, eu, vo-lo suplico, em nome, do serviço que vos presto, e a que tanta importância quereis dar, continuai, pelo céu, a ser generoso, e compassivo para com todo aquele que, como eu, tiver a desventura de ser vil e miserável escravo!"). O uso do imperativo ("Continuai") dirigido ao senhor é imediatamente suavizado pela súplica enfática ("eu, vo-lo suplico"). A justificativa da súplica apela ao "serviço" prestado, reconhecendo a

importância que o senhor atribui a ele ("a que tanta importância quereis dar"), e não o valor intrínseco do trabalho. A repetição do imperativo ("continuai"), reforçada pela interjeição "pelo céu", intensifica o pedido. A súplica se estende para além de si mesmo, abrangendo "todo aquele" em condição similar, definida pela autodepreciação ("vil e miserável escravo") e pela ideia de infortúnio ("desventura").

No trecho reproduzido (“Sim, meu senhor. Fizeste-me tão feliz, que nada mais ambiciono:") inicia com uma afirmação ("Sim") e a repetição do vocativo ("meu senhor"). Segue-se uma declaração de felicidade extrema e ausência de ambição, utilizando uma estrutura consecutiva ("tão feliz, que nada mais ambiciono"). O uso do pretérito perfeito ("Fizeste-me") indica uma ação pontual do senhor com efeito duradouro. Produz um efeito de contentamento absoluto e total satisfação com a condição presente, atribuindo essa felicidade inteiramente à ação do senhor. A declaração "nada mais ambiciono" reforça a imagem de um sujeito cujos desejos foram completamente preenchidos pela benevolência senhorial, apagando qualquer outra aspiração (como a liberdade, por exemplo). O efeito é de uma gratidão que anula a individualidade e a agência do sujeito. Este discurso pode ser interpretado como o ápice da internalização da ideologia dominante ou como uma performance discursiva estratégica. Em uma sociedade onde a expressão de insatisfação ou desejo de mudança por parte de um escravizado seria perigosa, declarar felicidade absoluta e falta de ambição poderia ser uma forma de garantir segurança ou favores. A formação discursiva do "escravo feliz e grato" era um tropo ideológico utilizado para justificar a escravidão, e essa fala se encaixa perfeitamente nesse modelo,

Já o trecho ("e rendendo a Deus graças pela minha presente ventura, suplico-lhe que vos cubra de bençãos, e que vele vós a sua bondade infinita”) conecta a felicidade declarada a uma ação religiosa ("rendendo a Deus graças"). A condição atual é descrita como "presente ventura" (sorte, felicidade atual). A fala se encerra com uma súplica a Deus em favor do senhor ("suplico-lhe que vos cubra de bençãos, e que vele vós a sua bondade infinita"), colocando o senhor como merecedor da proteção e graça divinas. O discurso utiliza a religião para legitimar tanto a felicidade do escravizado quanto a bondade do senhor. Ao agradecer a Deus pela "ventura" e pedir bênçãos para o senhor, o personagem sela sua posição de submissão grata e virtuosa, alinhando a vontade divina à

manutenção daquela relação de poder. O senhor é elevado a uma posição quase sagrada, digno da "bondade infinita" de Deus, enquanto a felicidade do escravo é apresentada como uma graça divina mediada pelo senhor. Esta passagem revela um momento profundo de expressão do personagem Tulio, que se dirige ao seu senhor com um apelo comovente, entrelaçando sua condição de escravo com sua devoção religiosa. O diálogo expõe, de maneira contundente, a complexidade das relações sociais e emocionais em jogo. A súplica de Tulio, em que ele implora por contínua bondade e compaixão, reflete não apenas o desespero e a submissão inerentes à sua posição social, mas também a forma como sua religiosidade se torna um meio de resignação e esperança diante da opressão. Novamente, a forte presença da formação discursiva religiosa no Brasil do século XIX é evidente. O discurso religioso era frequentemente mobilizado para justificar a ordem social, incluindo a escravidão. Apresentar a felicidade na escravidão como "ventura" divina e rogar bênçãos ao opressor são gestos discursivos que operam dentro dessa lógica ideológica, naturalizando a desigualdade e a submissão através de um apelo à transcendência. Tal abordagem demonstra a complexidade da experiência humana e revela como a percepção interna de um personagem pode ser dividida (até mesmo contraditória) e profundamente influenciada pelas condições sociais e externas .

Portanto, a passagem não apenas ilustra a submissão de Túlio em resposta à sua condição de escravo, mas também destaca a maneira como sua religiosidade se entrelaça com sua experiência de opressão. A combinação desses fatores internos e externos contribui para uma compreensão mais rica e multifacetada do texto literário, mostrando como as dimensões pessoais e sociais estão interligadas na construção da narrativa (ORLANDI, 2017).

O diálogo a seguir extraído do romance apresenta um episódio em que a liberdade do personagem Túlio é adquirida através de uma transação financeira, enfatizando a mercantilização da liberdade no contexto social descrito. O momento em que o generoso mancebo oferece dinheiro a Túlio para que esse compre sua liberdade, evidenciando que "Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes" (REIS, 2018, p.118), ilustra uma crítica incisiva à instrumentalização da dignidade humana

_Tinha-se alforriado, O generoso mancebo assim que entrou em

> convalescença dera-lhe dinheiro correspondente ao seu valor como gênero, dizendo-lhe:
> _Recebe meu amigo, este pequeno presente que te faço, e compra com ele a tua liberdade.
> Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes (REIS, 2018, p.118).

Essa representação é uma manifestação explícita do capitalismo tardio que se consolida no Brasil durante o Império, onde a vida humana é reduzida a uma mercadoria submetida às leis do capital. A condição do escravo como propriedade privada é acentuada pelo sistema capitalista, onde a liberdade do escravo é transacionada como um bem econômico, como ilustrado pela compra da alforria de Túlio.

À luz dessa análise, para Eni Orlandi (2001) a linguagem não é apenas um instrumento de representação da realidade, mas sim um espaço de produção de sentidos onde sujeitos se posicionam e as ideologias se manifestam. Compreender um texto, portanto, implica em analisar as marcas linguísticas à luz das condições de produção que o engendraram. Assim, neste trecho analisaremos algumas sequências que contribuem para a construção de seu sentido, ("Tinha-se alforriado, O generoso mancebo assim que entrou em convalescença dera-lhe dinheiro correspondente ao seu valor como gênero...") - a inversão sintática ("Tinha-se alforriado") já desloca o foco do sujeito da ação ("O generoso mancebo") para o estado do ex-escravizado. A caracterização do mancebo como "generoso" e a informação de que ele deu dinheiro "correspondente ao seu valor como gênero" revelam a perspectiva do narrador e a lógica mercantil da escravidão. A palavra "gênero" aqui reduz o ser humano a uma mercadoria, um item comercializável. O uso do pronome oblíquo "lhe" ("dera-lhe") reforça a centralidade do ex-escravizado na ação, embora sob a égide da "generosidade" do ex-senhor. Essa sequência inicial estabelece um cenário onde a liberdade é comprada, evidenciando a naturalização da escravidão como um sistema econômico. A "generosidade" do mancebo, expressa em termos financeiros, atenua a violência da escravidão, apresentando o ato como uma benevolência individual – ("Recebe meu amigo, este pequeno presente que te faço, e compra com ele a tua liberdade.") o tratamento de "meu amigo" e a nomeação do dinheiro como um "pequeno presente" são estratégias discursivas que buscam suavizar a transação. O imperativo "compra com ele a

tua liberdade" explicita a relação entre o dinheiro e a obtenção da liberdade, reforçando a lógica da compra e venda de seres humanos. Essa fala tenta criar uma atmosfera de cordialidade e benevolência, mas, paradoxalmente, explicita a mercantilização da liberdade. A ideia de "presente" minimiza a dívida histórica e a violência da escravidão, transferindo o ônus da libertação para o escravizado, que precisa "comprar" o que lhe foi injustamente retirado. Assim, para o narrador "Túlio obteve, pois, por dinheiro aquilo que Deus lhe dera, como a todos os viventes." a conjunção conclusiva "pois" liga a ação de Túlio à fala do mancebo, reforçando a ideia de que a liberdade foi obtida através do dinheiro. A afirmação de que a liberdade é algo que "Deus lhe dera, como a todos os viventes" entra em choque com a ação de compra, expondo uma contradição fundamental. A liberdade, um direito inerente à condição humana, é apresentada como algo a ser adquirido através de uma transação financeira. Essa sequência final explicita a ironia da situação. Ao afirmar que Túlio comprou o que já era seu por direito divino, o narrador, talvez implicitamente, critica o sistema escravista. Contudo, a forma como a frase é construída também pode ser lida como uma naturalização da escravidão, onde a liberdade precisaria ser mediada pela vontade e "generosidade" do senhor.

A partir da perspectiva de Eni Orlandi (2017), podemos realizar uma análise crítica das materialidades ideológicas presentes no excerto. A começar pela naturalização da escravidão expressa na frase "dinheiro correspondente ao seu valor como gênero". Essa formulação demonstra como o discurso da época coisificava o ser humano escravizado, reduzindo-o a um bem material com um valor de mercado. A aparente "generosidade" do mancebo, que oferece o dinheiro para a compra da liberdade, mascara a violência estrutural da escravidão. O ato de dar o dinheiro, embora possa parecer benevolente à primeira vista, apenas reafirma o poder do ex-senhor em definir as condições da liberdade.

A própria linguagem utilizada para descrever a situação ("alforriado", "mancebo", "liberdade") está imersa em um campo discursivo específico. A palavra "alforriado" designa a condição de um escravizado que obteve a liberdade, geralmente por concessão do senhor ou por compra. Esse termo, em si, já carrega a marca da relação de poder desigual entre senhor e escravizado. A utilização de "mancebo" para se referir ao ex-senhor, um termo que pode

conotar juventude e nobreza, contrasta com a ausência de qualquer caracterização para Túlio, o ex-escravizado, que é reduzido à sua condição anterior de "gênero".

A fala do mancebo, ao se referir ao dinheiro como um "pequeno presente", minimiza o sofrimento e a exploração vivenciados por Túlio durante o período de escravidão. A necessidade de "comprar" a própria liberdade, algo inerente à condição humana, revela a profunda injustiça do sistema escravista. A conclusão do narrador, ao mencionar que Túlio obteve por dinheiro o que Deus lhe dera, explicita a contradição entre a lei divina e a lei dos homens, expondo a ilegitimidade da escravidão.

No entanto, é importante notar que a forma como o excerto é construído pode também refletir as próprias contradições ideológicas da época. A tentativa de apresentar a alforria como um ato de "generosidade" individual pode ser interpretada como uma forma de atenuar a culpa da sociedade escravista e de naturalizar a escravidão como um sistema que poderia ser "humanizado" por atos isolados de bondade.

A análise deste excerto, revela como a forma textual, em suas escolhas lexicais e sintáticas, produz determinados efeitos de sentido que estão intrinsecamente ligados às condições históricas, sociais e ideológicas de sua produção (ORLANDI, 2017). O texto, ao mesmo tempo em que pode apresentar uma crítica velada à escravidão, também reproduz e reforça algumas das ideologias dominantes da época, evidenciando a complexidade da linguagem como um espaço de produção e disputa de sentidos.

Para Orlandi (2005), a compreensão do discurso vai além da simples decodificação de palavras e frases. Ela envolve a interpretação dos sentidos que emergem das interações entre os sujeitos, a língua e as condições de produção do discurso. Orlandi argumenta que

> Compreender o discurso é entender como os sentidos são produzidos nas relações entre os sujeitos e as condições sócio-históricas que os envolvem. Não se trata apenas de decodificar palavras, mas de interpretar os sentidos que emergem dessas interações (ORLANDI, 2005, p.45).

No trecho a seguir, a narrativa descreve Túlio como um indivíduo que, apesar da brutalidade e do sofrimento que enfrenta, mantém uma consciência

aguda de seu deslocamento e estranhamento em um país que nunca poderá chamar de seu. Em contraste com a visão predominante da época, que retratava o negro como infantilizado e bestializado, Túlio é apresentado como um jovem escravo que, embora consciente de sua condição sub-humana, demonstra uma firme rejeição à sua situação. Túlio expressa seu descontentamento e sua compreensão aguda de sua opressão

> _ A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chamais amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah, escravo é tão infeliz!... tão mesquinha, e rasteira é a sua sorte, (REIS, 2018, p.106).

Como já mencionado, Eni Orlandi (2017) nos lembra que o discurso não é um ato isolado, mas sim um evento atravessado por uma história discursiva, marcado por relações de poder e ideologias que moldam as possibilidades de dizer e de significar. As palavras e as formas como são organizadas em um texto carregam consigo essa memória discursiva e revelam os posicionamentos dos sujeitos em relação ao seu contexto. Assim, a afirmação da condição e apelo ao senhor: ("A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chamais amigo.") a exclamativa, enfatiza a identidade do enunciador como um "mísero escravo". O uso do adjetivo "mísero" explicita o sofrimento e a desvalorização inerentes a essa condição. A apóstrofe "Meu senhor" seguida da negativa "não me chamais amigo" revela uma relação hierárquica bem definida e a impossibilidade de uma relação de igualdade ou afeto entre os dois sujeitos. A ordem implícita na negativa ("não me chamais amigo") demonstra uma consciência da distância social imposta pela escravidão. Essa sequência estabelece de imediato a posição de subalternidade do enunciador. A intensidade da exclamação e a clareza do apelo ao senhor evocam a dor e a humilhação da condição escrava, ao mesmo tempo em que explicitam a barreira intransponível entre senhor e escravo.

Já no trecho ("Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa?") as perguntas retóricas dirigidas ao "meu senhor" não buscam uma resposta, mas sim enfatizam a disparidade de poder e a diferença de vivências entre os dois. Os verbos "calculastes" e "sondastes" sugerem uma análise racional e uma exploração profunda da distância que os separa, convidando o senhor a reconhecer essa desigualdade de forma consciente. O uso do pronome de

tratamento "vós" reforça a formalidade e a distância entre os sujeitos. Os efeitos produzidos nessa sequência intensificam a expressão da desigualdade. Ao questionar o senhor sobre a percepção da distância que os separa, o enunciador o confronta com a realidade da relação de poder e com a impossibilidade de equiparação. Já a afirmação da infelicidade e da sorte rasteira: ("Ah, escravo é tão infeliz!... tão mesquinha, e rasteira é a sua sorte,") a interjeição "Ah" expressa um sentimento de sofrimento profundo. A generalização "escravo é tão infeliz" universaliza a dor da condição escrava. Os adjetivos "mesquinha" e "rasteira" para qualificar a "sorte" do escravo reforçam a ideia de uma existência limitada, degradante e sem perspectivas. A repetição do advérbio "tão" intensifica a descrição da infelicidade e da miséria da sorte. Essa sequência finaliza o excerto com uma forte declaração sobre a natureza da escravidão. A ênfase na infelicidade, na mesquinhez e na condição rasteira da vida do escravo busca despertar a empatia e a reflexão sobre a desumanidade do sistema escravista.

Ao analisarmos este excerto à luz da teoria das materialidades do discurso de Eni Orlandi (2017), percebemos a força da ideologia escravista inscrita na linguagem, mesmo em um discurso que aparentemente expressa resistência e sofrimento. A própria necessidade de o escravo explicitar ao senhor que não deve ser chamado de "amigo" revela a persistência de uma tentativa de mascarar a brutalidade da escravidão através de falsas aproximações.

A linguagem utilizada pelo enunciador, embora denuncie a sua condição de "mísero escravo" e a infelicidade de sua sorte, ainda se mantém dentro dos limites do discurso permitido. Há um reconhecimento da figura do "senhor" e uma tentativa de apelo à sua consciência ("Calculastes já, sondastes vós..."). Essa forma de expressão, embora carregada de dor e indignação, demonstra as dificuldades de subverter completamente a ordem discursiva imposta pelo sistema escravista.

A insistência na descrição da infelicidade e da mesquinhez da sorte do escravo pode ser interpretada como uma estratégia discursiva para evidenciar a desumanidade da escravidão e para tentar mobilizar algum tipo de reconhecimento por parte do senhor (ou do leitor do texto). No entanto, mesmo nessa denúncia, a estrutura de poder permanece visível na forma como o discurso é construído.

Este excerto revela, através da análise de suas sequências e das lentes teóricas de Eni Orlandi (2017), a complexa relação entre a forma linguística e as condições de produção discursiva. O texto é um testemunho da dor e da resistência do escravizado, mas também carrega as marcas da ideologia escravista que buscava legitimar e perpetuar a exploração e a desigualdade. A análise nos permite perceber como a linguagem é um espaço de luta ideológica, onde sujeitos buscam expressar suas experiências e desafiar as estruturas de poder, mesmo dentro dos limites impostos pelo contexto histórico e social.

Mesmo em meio a essa inconformidade, o caráter nobre de Túlio se mantém inabalável; sua disposição para a prática do bem e sua dignidade são evidentes. A narração, ao trazer ponto de vista do narrador com o contexto histórico da narrativa, estiliza a experiência de um grupo social frequentemente invisibilizado e oprimido: os escravos negros. Esta representação enfatiza a perspectiva de Orlandi (2005) sobre a materialidade do discurso, destacando que ele é constituído pela língua e pelas condições ideológicas e históricas que o permeiam. O discurso é um espaço onde se manifestam as relações de poder e as ideologias, influenciando a produção de sentidos. Orlandi observa que

> A materialidade do discurso é constituída pela língua e pelas condições ideológicas e históricas que a permeiam. O discurso é um espaço onde se manifestam as relações de poder e as ideologias, influenciando a produção de sentidos (ORLANDI, 2005, p.78).

Em continuidade a essa concepção, para Orlandi (2005), a ideologia se materializa no discurso, moldando a forma como os sujeitos percebem e interpretam a realidade. Afirma que

> A ideologia se materializa no discurso, moldando a forma como os sujeitos percebem e interpretam a realidade. A compreensão do discurso, portanto, envolve a análise das ideologias que o atravessam e das relações de poder que ele expressa (ORLANDI, 2009, p.112).

Diante das ponderações elencadas por Orlandi (2005 e 2009) no trecho a seguir, as enunciações da personagem Susana são pungentes e dolorosas. Sua voz personifica o processo da diáspora africana, ilustrando com detalhes vívidos suas memórias da vida na África, da captura brutal, da sobrevivência às

condições inumanas nos porões do navio negreiro e das torturas infligidas pelo seu proprietário. Marcando, assim, a sua posição

> [...] O comendador P... foi o senhor que me escolheu. Coração de tigre é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos, por que passaram, doeram-me até o fundo do coração! O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! (REIS, 2018, p. 82).

Neste contexto, a frase inicial coloca o enunciador em uma posição passiva ("foi o senhor que me escolheu"), explicitando a relação de poder. A segunda frase, exclamativa e metafórica ("Coração de tigre é o seu!"), atribui ao comendador uma característica de ferocidade e crueldade. A escolha do animal "tigre" evoca imagens de selvageria, força bruta e falta de piedade. Essa sequência inicial estabelece o comendador como uma figura poderosa e implacável, marcando desde o início a assimetria da relação entre senhor e escravo e antecipando a violência que será descrita. Zoppi-Fontana (2018) nos ajudaria a pensar na posição do sujeito enunciador como alguém marcado pela escolha arbitrária de um senhor cruel. A primeira oração ("Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos, por que passaram, doeram-me até o fundo do coração!") expressa uma reação física de "horror" diante da condição de outros escravizados ("meus irmãos"), estabelecendo um laço de solidariedade e sofrimento compartilhado. O trecho ("doeram-me até o fundo do coração!") enfatiza a profundidade da dor sentida pelos maus tratos sofridos por outros. A omissão de detalhes específicos sobre os "tratos" intensifica a impressão de brutalidade, deixando a imaginação do leitor evocar cenas de violência. Nesta sequência, o enunciador se posiciona como um sujeito empático e solidário, capaz de sentir profundamente a dor de seus semelhantes. Zoppi-Fontana (2018) nos permite observar a emergência de um sujeito que, apesar da sua própria condição de subjugado, demonstra uma forte identificação e compaixão pelos outros. A crítica à crueldade injustificada é elencada neste trecho: ("O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência!") a repetição do nome "O comendador P." reforça a responsabilização do senhor pela violência descrita. A escolha do verbo

"derramava" para descrever o ato de matar evoca uma imagem de desperdício e banalização da vida humana. A expressão "sem se horrorizar" enfatiza a frieza e a crueldade do comendador. A descrição dos motivos ("leve negligência", "obrigação mais tibiamente cumprida", "falta de inteligência") para a violência revela a arbitrariedade e a desproporcionalidade dos castigos, evidenciando a desumanidade do sistema escravista. O uso do adjetivo "desgraçados" para se referir aos negros reforça a ideia de vítimas indefesas.

Os efeitos produzidos nesta sequência centralizam a crítica ao comendador e ao sistema escravista. O enunciador se posiciona como alguém que testemunha e denuncia a violência gratuita e desmedida praticada pelo senhor. Sob a ótica de Zoppi-Fontana (2018), vemos um sujeito que, através da sua enunciação, busca expor a injustiça e a crueldade, posicionando-se como uma voz que clama por reconhecimento da humanidade dos escravizados.

A análise deste excerto à luz de Eni Orlandi e Monica Zoppi nos permite aprofundar a compreensão das relações de poder e da emergência de um sujeito crítico dentro do contexto da escravidão. As materialidades do discurso, como a escolha de palavras carregadas de significado ("coração de tigre", "horror", "sangue"), revelam a violência inerente ao sistema escravista.

Ao mesmo tempo, a análise das posições do sujeito e das enunciações, proposta por Zoppi-Fontana (2018), nos mostra como o enunciador se constrói discursivamente. Inicialmente, ele se coloca como objeto da escolha do senhor, numa posição de subalternidade. No entanto, ao descrever a crueldade do comendador e sua própria reação de horror e dor pelos outros escravizados, ele emerge como um sujeito moralmente superior, capaz de empatia e de julgamento ético.

A forma como o enunciador se refere aos outros escravizados como "meus irmãos" revela um senso de comunidade e de identidade compartilhada, mesmo dentro da desumanização imposta pela escravidão. A enumeração dos motivos banais para a violência ("leve negligência", "falta de inteligência") serve para deslegitimar a autoridade do comendador e expor a injustiça do sistema.

A enunciação, neste excerto, se configura como um ato de resistência, ainda que implícito. Ao descrever e julgar as ações do senhor, o enunciador ocupa uma posição de testemunha acusadora, desafiando a narrativa que poderia tentar justificar ou minimizar a violência da escravidão. A escolha de

detalhar a falta de "horror" do comendador diante do sofrimento dos negros enfatiza a sua desumanidade e, por contraste, ressalta a humanidade daqueles que sofrem.

Neste sentido, para Zoppi-Fontana (2018), as posições de sujeito são configuradas pelas formações discursivas e pelas condições de produção do discurso. Elas representam as diferentes maneiras pelas quais os sujeitos se identificam e são identificados dentro de um determinado contexto discursivo. Segundo a autora: “As posições de sujeito são modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber, configuradas pelas formações discursivas e pelas condições de produção (ZOPPI-FONTANA, 2018, p.56).

Susana também é a figura que desvela para Túlio o verdadeiro significado da liberdade, ressaltando a impossibilidade de um negro ser verdadeiramente livre em uma sociedade intrinsecamente racista. Sua voz é contundente e expressa uma profunda melancolia e resignação

> – Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a quem me foi caro! Liberdade! Liberdade! [...] Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país. [...] Ah, Túlio, tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! oh! tudo, até a própria liberdade (REIS, 2018, p.179-180).

Este trecho se inicia com uma afirmação ("Sim") seguida de uma pergunta retórica direcionada às próprias lágrimas ("para que estas lágrimas?!..."). Essa pergunta sugere uma tentativa de racionalizar ou controlar a emoção. A concordância com uma fala anterior ("Dizes bem!") indica uma interação discursiva. A constatação da inutilidade das lágrimas ("Elas são inúteis, meu Deus") é imediatamente relativizada pela afirmação de que elas representam um "tributo de saudade" a alguém amado ("a quem me foi caro!"). A escolha da palavra "tributo" confere um caráter quase ritualístico e inevitável à expressão da saudade. Esta sequência inicial revela um conflito interno entre a razão e a emoção. O sujeito tenta conter a dor, mas a saudade se impõe como uma força incontrolável. Zoppi-Fontana (2018) nos ajuda a ver aqui um sujeito que reconhece a inutilidade prática de sua tristeza, mas que, através da enunciação, reivindica o direito de sentir e expressar a perda afetiva.

A memória da felicidade perdida: ("Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país. [...]") evoca uma imagem idílica de um passado feliz. A descrição da tranquilidade e do sol "rutilante e ardente" do "meu país" remete a um tempo de liberdade e pertencimento. A utilização de adjetivos como "tranquila", "rutilante" e "ardente" intensifica a beleza e a vivacidade da memória. Este excerto contrasta o presente de sofrimento com a lembrança de um passado de felicidade e liberdade, intensificando a sensação de perda. O lamento da perda total: ("Ah, Túlio, tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! oh! tudo, até a própria liberdade") a interjeição "Ah" expressa um lamento profundo e doloroso. O vocativo "Túlio" estabelece uma relação de intimidade e um destinatário para o desabafo. A afirmação "tudo me obrigaram os bárbaros a deixar!" generaliza a perda, atribuindo a responsabilidade a um grupo externo e desumanizador ("os bárbaros"). A repetição com ênfase ("oh! tudo") e a explicitação da perda da liberdade ("até a própria liberdade") culminam a expressão da dor. A preposição "até" sugere que a perda da liberdade é o ponto máximo da privação. O enunciador se coloca como vítima de "bárbaros" que o privaram de tudo, incluindo a liberdade. Zoppi-Fontana (2018) nos ajuda a identificar aqui um sujeito que se posiciona como alguém despojado de seus bens, de sua terra e, fundamentalmente, de sua liberdade, numa enunciação marcada pela dor e pela impotência diante da violência sofrida.

Sob a perspectiva de Zoppi-Fontana (2018), vemos um sujeito que se posiciona como alguém que perdeu não apenas a liberdade física, mas também a tranquilidade, a felicidade e os laços afetivos ("a quem me foi caro!"). A atribuição da responsabilidade da perda aos "bárbaros" é uma forma de desumanizar o opressor, de negar-lhe qualquer legitimidade moral. Essa enunciação é um ato de resistência discursiva, onde o sujeito se define em oposição àqueles que o subjugam.

A ambivalência inicial entre a tentativa de conter as lágrimas e a inevitabilidade da saudade revela a luta interna de um sujeito que busca manter a compostura diante da dor, mas que não consegue silenciar o sofrimento pela perda. A enunciação, nesse sentido, se torna um espaço de expressão dessa complexidade emocional. Como também, se manifesta como um grito de sofrimento e de esperança, enraizado nas materialidades de um contexto histórico de opressão.

As falas de Susana e Túlio representam atos de resistência contra o silenciamento imposto pela sociedade branca e constituem reivindicação de visibilidade histórica e cultural diante do discurso primacial e opressor da nacionalidade brasileira do século XIX, que promovia uma identidade universal homogênea. A resistência dessas personagens pode ser vista como uma luta contra a marginalização e a invisibilidade, ecoando a necessidade de uma revisão crítica da história que inclua as perspectivas daqueles que foram historicamente silenciados.

No trecho a seguir, a consciência e a revolta na voz de Susana ao refletir sobre seu passado, desde o exílio na África até o tratamento desumano recebido no Brasil, revelam como os fatores sociais da escravidão sustentam o desenvolvimento das personagens negras na obra. A enunciações de Susana expressam uma profunda indignação frente às crueldades sofridas. Vejamos:

> [...] É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim, e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! [...] A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade fora sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades (REIS, 2018, p.181).

Inicia-se com uma forte avaliação moral ("É horrível lembrar"), expressando a repulsa do enunciador diante das ações descritas. A generalização "criaturas humanas" para se referir aos algozes e "seus semelhantes" para as vítimas enfatiza a quebra de um princípio básico de humanidade. A descrição dos maus tratos ("levá-los à sepultura asfixiados e famintos!") explicita a brutalidade e a desumanidade dos atos, com a utilização de verbos que denotam sofrimento extremo. A afirmação de que "não lhes doa a consciência" revela a ausência de remorso ou empatia por parte dos perpetradores da violência. Este trecho estabelece um tom de indignação e condenação moral. O enunciador se posiciona como uma testemunha horrorizada diante da crueldade, buscando despertar no leitor a mesma repulsa. Sob a perspectiva de Zoppi-Fontana (2018), notamos um sujeito que se coloca como observador e avaliador de ações que considera fundamentalmente erradas, expressando um juízo ético sobre o tratamento desumano.

O silenciamento da dor pelo horror: ("A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade fora sufocada nessa viagem pelo horror constante de

tamanhas atrocidades") enumera perdas significativas ("dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade"), representando as diversas camadas do sofrimento infligido pela escravidão. O verbo "fora sufocada" indica que essa dor, apesar de sua intensidade, foi sobrepujada por algo ainda mais terrível: "o horror constante de tamanhas atrocidades". O advérbio "constantemente" e o intensificador "tamanhas" enfatizam a magnitude do sofrimento vivenciado durante a viagem. Esta sequência revela a profundidade da experiência traumática. A dor da perda, que seria naturalmente avassaladora, é apresentada como sendo eclipsada pelo horror cotidiano da violência.

A análise deste excerto através das lentes de Orlandi e Zoppi-Fontana aprofunda nossa compreensão sobre a violência da escravidão e a posição do sujeito que a experiencia ou testemunha. A própria linguagem utilizada para descrever a escravidão e seus horrores é carregada de uma história de opressão e de resistência. A expressão "levá-los à sepultura asfixiados e famintos" explicita a materialidade da violência, o sofrimento físico e a morte como resultado direto das ações dos senhores.

Sob a ótica de Zoppi-Fontana (2018), o enunciador se posiciona como uma testemunha ocular do horror, alguém que presencia e relata atrocidades indizíveis. A sua enunciação se configura como um ato de denúncia, buscando romper o silêncio sobre a violência e responsabilizar os perpetradores. A forma como ele descreve a ausência de consciência nos algozes ("e que não lhes doa a consciência") reforça a crítica à desumanização inerente ao sistema escravista. A ideia de que a dor da perda (da pátria, dos entes queridos, da liberdade) foi "sufocada" pelo horror constante das atrocidades é particularmente significativa. Ela revela o impacto psicológico devastador da violência extrema, a ponto de outras formas de sofrimento serem relativizadas ou silenciadas diante da brutalidade cotidiana. Essa constatação sublinha a natureza totalizante da opressão escravista, que atinge todas as dimensões da existência humana.

A análise, neste excerto, nos permite vislumbrar a profundidade do horror da escravidão e a forma como a linguagem é utilizada para expressar a indignação moral e o impacto traumático da violência. O sujeito enunciador se coloca como uma voz que clama por reconhecimento da desumanidade do sistema escravista, testemunhando e denunciando as atrocidades sofridas por seus semelhantes. A enunciação se torna, assim, um ato de resistência e de

preservação da memória diante da barbárie.

Para Zoppi-Fontana (2018) a formação discursiva se refere ao conjunto de enunciados que compartilham as mesmas condições de produção e que são regulados pelas mesmas formações ideológicas. As posições de sujeito são, portanto, determinadas pelas formações discursivas que moldam o que pode e o que não pode ser dito em um determinado contexto. Ela observa que

> As formações discursivas determinam as posições de sujeito, moldando o que pode e o que não pode ser dito em um determinado contexto. Elas influenciam a produção de sentido e a identificação dos sujeitos no discurso (ZOPPI-FONTANA, 2018, p.78).

Pela primeira vez na literatura brasileira, a voz dos escravizados é ouvida com uma clareza política que denuncia a brutalidade dos colonizadores europeus. Um aspecto fundamental da narrativa é como o narrador aborda a questão de gênero. A personagem Susana, em sua voz feminina, recusa a exploração e a humilhação, manifestando-se como um eu enunciador consciente de sua identidade através de marcas textuais.

Zoppi-Fontana (2018) também discute a relação entre identificação e subjetivação, sugerindo que as posições de sujeito são formas de subjetivação que resultam da identificação dos sujeitos com determinadas formações discursivas. Ela afirma que: As posições de sujeito são formas de subjetivação que resultam da identificação dos sujeitos com determinadas formações discursivas. Elas refletem as relações de poder e as ideologias que permeiam o discurso (ZOPPI-FONTANA, 2018, p.89).

A obra de Maria Firmina dos Reis, ao desafiar as convenções e explorar as complexidades das experiências humanas e sociais, demonstra a importância de considerar tanto as influências externas quanto as escolhas internas na interpretação literária.

3.1.d Constituição de autoria na obra

A autoria literária, enquanto conceito e prática, constitui um dos pilares fundamentais na construção da narrativa e na formação da identidade literária. Em uma análise aprofundada, é importante é entender como a autoria molda e é moldada pelos contextos históricos, sociais e culturais em que se insere.

Orlandi (2005) argumenta que o autor é uma função interna ao texto, mas que se relaciona com a exterioridade, ou seja, com o contexto sócio-histórico e ideológico em que o texto é produzido e interpretado. Essa relação com a exterioridade exige que se atribua unidade, identidade e propriedade ao texto, uma exigência que Orlandi (2005) associa ao contexto capitalista.

Para Orlandi (2005), o autor não é simplesmente o indivíduo que escreve o texto, mas uma função discursiva que organiza as enunciações de uma determinada maneira. Orlandi afirma que

> O autor é uma função interna ao texto, que se relaciona com a exterioridade, exigindo que se atribua unidade, identidade e propriedade ao texto. Essa exigência está ligada ao contexto capitalista, que valoriza a propriedade intelectual e a originalidade (ORLANDI, 2009, p. 112).

A exterioridade, no pensamento de Orlandi, refere-se ao contexto sócio-histórico e ideológico em que o texto é produzido e interpretado. Esse contexto influencia a maneira como a função autoral é construída e como o texto é organizado. A autoria, portanto, não é uma característica intrínseca do indivíduo que escreve, mas uma construção discursiva que responde às demandas e expectativas do contexto externo. Orlandi observa que

> A autoria funciona organizando as enunciações de forma X e não Y em uma obra, atuando na relação com o leitor e com a produção de efeitos de sentido da obra como um todo. Essa organização é influenciada pelas condições sócio-históricas e ideológicas que constituem a exterioridade do texto (ORLANDI, 2009, p. 78).

A escolha estilística de dar voz aos marginalizados e de expor a crueldade do sistema escravocrata é uma decisão literária e política que redefine o papel como autora, oferecendo uma perspectiva crítica que confronta diretamente a estrutura racista de sua sociedade. Notemos:

> Esfaimados, seminus, espancados cruelmente, suspiravam pelas duas ou três horas de sono fatigado, que lhes concedia a dureza de seu senhor. Desgraçados! Que até a hora das trevas e do repouso, à hora em que a brisa geme apaixonada [...] um momento de sossego e amor lhes é vedado! Não há descanso para o seu corpo, nem tranquilidade para seu espírito desvairado pelo terror de tantos e tão contínuos sofrimentos! Mísero

> escravo!!!... Tantas dores há em seu coração; e nós as não compreendemos! (Reis, 2018, p.98).

A descrição da miséria e a marca da autoria: ("Esfaimados, seminus, espancados cruelmente, suspiravam pelas duas ou três horas de sono fatigado, que lhes concedia a dureza de seu senhor.") aqui são elencadas na escolha dos adjetivos ("Esfaimados, seminus, espancados cruelmente") e a descrição da brevidade do sono ("duas ou três horas de sono fatigado") revelam um olhar atento e detalhado sobre a condição dos escravizados. A atribuição da concessão do sono à "dureza de seu senhor" demonstra uma interpretação da realidade, um posicionamento crítico diante da exploração. Essa descrição não é neutra; ela carrega a marca de um sujeito que observa e avalia a situação.

Diante disso, a autoria se manifesta na capacidade de selecionar detalhes relevantes para descrever a situação, na escolha de palavras que expressam sofrimento e na atribuição de causalidade ("dureza de seu senhor"). Já a exclamação "Desgraçados!" revela um forte envolvimento emocional do enunciador com a sorte dos escravizados. A construção da frase sobre a impossibilidade de descanso e tranquilidade, contrastando com a imagem da "brisa que geme apaixonada", demonstra uma sensibilidade poética e uma capacidade de estabelecer contrastes significativos. A descrição do "espírito desvairado elo terror de tantos e tão contínuos sofrimentos" sugere uma compreensão das consequências psicológicas da escravidão.

A autoria se evidencia aqui na expressividade da linguagem, na capacidade de evocar emoções no leitor através da exclamação e da descrição da angústia dos escravizados. A autora se posiciona como alguém que não apenas observa, mas também sente e se indigna com a situação. No excerto ("Mísero escravo!!!... Tantas dores há em seu coração; e nós as não compreendemos!") a repetição da exclamação "Mísero escravo!!!" intensifica a expressão de compaixão. A afirmação sobre as "tantas dores" no coração do escravo revela uma tentativa de acessar a profundidade do sofrimento. A confissão de incompreensão ("e nós as não compreendemos!") demonstra uma postura de humildade e um reconhecimento da distância entre a experiência do autor e a do escravizado. Assim, a autoria se manifesta na capacidade de reconhecer a complexidade da experiência do outro e de expressar uma limitação na própria compreensão. A autora se coloca em relação ao leitor

("nós"), buscando gerar uma reflexão sobre a incomensurabilidade do sofrimento do escravo.

Ao analisarmos este excerto sob a perspectiva de Eni Orlandi (2009), percebemos como a figura da autora se constrói através de suas escolhas discursivas. A voz que se manifesta no texto não é a de um observador neutro, mas a de um sujeito engajado emocionalmente com a situação dos escravizados. Através da descrição detalhada, das exclamações, dos contrastes poéticos e da confissão de incompreensão, a autora se posiciona como alguém que busca dar visibilidade ao sofrimento e despertar a consciência do leitor.

A autoridade da autora não reside em uma experiência direta da escravidão (pelo menos não explicitamente no trecho), mas sim na sua capacidade de observar, interpretar e expressar a realidade de forma a gerar impacto no leitor. As escolhas lexicais e sintáticas, a organização das sequências e a tonalidade emocional do texto são marcas da intervenção autoral, que se constitui nesse próprio ato de dizer.

A admissão de não compreender plenamente a dor do escravizado não diminui a autoridade da autora, mas pode até reforçá-la, ao demonstrar uma sensibilidade e uma humildade diante da magnitude do sofrimento. Essa confissão também cria uma ponte com o leitor, convidando-o a compartilhar dessa perplexidade e a refletir sobre a desumanidade da escravidão.

Em suma, a análise deste excerto revela como a autoria, na perspectiva de Eni Orlandi (2009), se constitui no próprio ato discursivo. Através de suas escolhas linguísticas e de seu posicionamento diante do tema, a autora se inscreve no texto, buscando dar sentido e visibilidade a uma realidade social marcada pela exploração e pelo sofrimento.

A descrição das condições dos escravizados nos mostra a existência de um sistema que não apenas explora, mas também nega a esses indivíduos a dignidade básica e os direitos humanos fundamentais. A condição deplorável de existência, a falta de tempo para zelar por suas próprias necessidades e a exaustão extrema são manifestações claras de como o racismo estrutural[8] opera na prática. Vejamos na análise a seguir:

---

[8] Na obra *Racismo Estrutural*, Silvio Almeida argumenta que o racismo estrutural se manifesta através de normas, práticas e instituições que perpetuam a desigualdade racial e institucionalizam a discriminação (ALMEIDA, 2019, p.30). Esse tipo de racismo não é apenas

> Ainda as casas dos escravos, que outrora tinham sido de um aspecto agradável, tapadas de barro e cobertas de telha, hoje mal representavam esse singelo asseio de outras eras. Já arruinadas, desmoronavam-se aqui e ali; porque os desgraçados escravos do comendador, espectros ambulantes, não dispunham de uma só hora no dia, que pudessem dedicar em benefício de suas moradas; à noite trabalhavam ordinariamente até o primeiro cantar do galo (REIS, 2016, p.98).

O trecho se inicia com um advérbio de tempo ("Ainda") que sugere uma comparação com uma situação anterior. A descrição das casas como tendo sido "de um aspecto agradável, tapadas de barro e cobertas de telha" evoca uma imagem de simplicidade e certo cuidado. A contraposição com o presente ("hoje mal representavam esse singelo asseio de outras eras") estabelece uma mudança negativa, marcada pela perda. A expressão "singelo asseio de outras eras" carrega uma nostalgia e um juízo de valor sobre o passado. A autoria se manifesta aqui na escolha de palavras que contrastam o passado e o presente, revelando um olhar que lamenta a deterioração. A expressão "singelo asseio" demonstra uma perspectiva que valoriza um modo de vida anterior, sugerindo uma voz que se recorda de um tempo diferente e estabelece um contraste com a realidade atual. A descrição das casas como "arruinadas" e "desmoronavam-se aqui e ali" enfatiza o estado de abandono e decadência. A conjunção explicativa "porque" introduz a razão para essa deterioração, atribuindo a causa à condição dos escravizados. As expressões "desgraçados escravos do comendador" e "espectros ambulantes" carregam uma forte carga emocional e uma avaliação da sua situação. A afirmação de que não dispunham de "uma só hora no dia" para cuidar de suas casas ressalta a total exploração do seu tempo.

A autoria se configura na capacidade de estabelecer uma relação de causa e efeito entre a condição dos escravizados e a ruína das suas moradias. A escolha de termos como "desgraçados" e "espectros ambulantes" revela um posicionamento de compaixão e crítica em relação à situação dos escravos e ao comendador. A autora demonstra um olhar que interpreta a realidade social e a apresenta ao leitor com uma determinada perspectiva.

---

resultado de ações individuais, mas de um sistema amplo e estruturado que limita as oportunidades e direitos de grupos marginalizados.

A análise revela como a voz autoral se constrói através da observação atenta, da interpretação da realidade e da escolha de recursos linguísticos que expressam um determinado ponto de vista. A autora não apenas descreve a situação das casas dos escravizados, mas também avalia a transformação ocorrida, expressa compaixão pelos escravos e critica implicitamente o sistema de exploração.

A autoria se manifesta na capacidade de estabelecer conexões causais entre a exploração do trabalho escravo e a deterioração das moradias. A escolha de palavras carregadas de emoção, como "desgraçados" e "espectros ambulantes", demonstra um posicionamento claro diante da situação. A autora se coloca como alguém que tem conhecimento da realidade, que a interpreta e que busca transmitir essa interpretação ao leitor, gerando um efeito de compreensão e, possivelmente, de indignação.

A forma como o tempo é marcado ("outrora", "hoje") e como a descrição é organizada revela uma intencionalidade autoral de contrastar um passado possivelmente menos penoso com um presente de total abandono. A menção específica ao horário de trabalho noturno serve para fundamentar a explicação para a falta de cuidado com as casas, reforçando a imagem da exaustão e da completa ausência de autonomia dos escravizados.

Ao descrever os escravizados como "espectros ambulantes", o trabalho de autoria funciona, criticando a desumanização extrema imposta pelo sistema escravagista. A alusão ao trabalho incessante até o "primeiro cantar do galo" ressoa com a ausência de repouso sabático, revelando a contradição entre os princípios cristãos e a prática desumana da escravidão, enfatizando a hipocrisia moral da sociedade escravocrata.

Outros elementos que são possíveis de serem notados incorporados à obra são oriundos da cultura popular e oral afro-brasileira, enriquecendo sua narrativa e afirmando a identidade cultural dos personagens negros, como se nota na passagem a seguir:

> O vento sussurrava pela folhagem espessa das árvores, e seu murmúrio parecia o canto plangente de algum ente misterioso, que, errante na solidão, ali viesse chorar as desventuras do exílio e da escravidão (REIS, 2018, p.64).

A personificação da natureza e a evocação do "canto plangente de algum ente misterioso" refletem as tradições orais afro-brasileiras, sugerindo uma conexão espiritual entre os personagens e a natureza. Firmina dos Reis (2018) utiliza essa intertextualidade para reforçar a humanidade e a resistência cultural dos escravizados, contrastando com a desumanização imposta pela escravidão e destacando a continuidade e resiliência das tradições culturais afro-brasileiras.

Sob a ótica de Orlandi (2005), nas análises ora aqui pretendidas, podemos entender que a unidade na enunciação é construída através de processos discursivos que atribuem coerência e continuidade ao funcionamento do dizer, como se o sujeito, aparentemente, também fosse constituído como uma unidade. Esses processos envolvem a repetição de certos temas, a utilização de determinadas formas linguísticas e a mobilização de ideologias que conferem ao sujeito uma identidade estável e reconhecível. Segundo Orlandi (2005)

> A unidade identitária é construída através de processos discursivos que atribuem coerência e continuidade ao sujeito, mobilizando ideologias que conferem uma identidade estável e reconhecível (ORLANDI, 2005, p.112).

A autoria de Firmina, ao estruturar as enunciações, revela, portanto, uma habilidade notável em utilizar suas decisões estilísticas para afirma-la e criticar os tecidos sociais de seu tempo. A escolha da narrativa em terceira pessoa, por exemplo, oferece uma visão ampla e crítica dos eventos e das experiências das personagens. Assim, a prosa densa e sugestiva de Firmina dos Reis (2018) proporciona uma exploração incisiva das desigualdades e paradoxos da sociedade escravocrata.

O efeito de unidade identitária na enunciação envolve a construção de uma aparente identidade coerente e estável através da repetição de temas e formas linguísticas, da mobilização de ideologias e da resposta às condições sócio-históricas e ideológicas. Esse processo é fundamental para a constituição dos sujeitos e para a produção de sentidos no discurso (Orlandi, 2005).

A enunciação utiliza a repetição de certos temas e formas linguísticas para reforçar a identidade do sujeito. Por exemplo, em Úrsula (2018), a repetição de palavras como “liberdade” e “escravo” ajuda a construir uma identidade coletiva em torno desses conceitos. Essa repetição cria uma sensação de familiaridade e continuidade, essencial para a unidade identitária. As ideologias

desempenham um papel central na construção da unidade identitária. Elas fornecem os quadros de referência que orientam a interpretação dos discursos e a identificação dos sujeitos. Assim, a enunciação mobiliza essas ideologias para conferir sentido e coerência ao discurso, posicionando os sujeitos dentro de determinadas formações discursivas. Orlandi observa que: As ideologias fornecem os quadros de referência que orientam a interpretação dos discursos e a identificação dos sujeitos, conferindo sentido e coerência ao discurso (ORLANDI, 2005, p.78).

O estilo literário de Firmina dos Reis é caracterizado por uma prosa evocativa que desempenha um papel crucial na construção de sua crítica social. Suas descrições detalhadas e metáforas sutis revelam as contradições e crueldades do sistema em que ela está inclusa. Nesse sentido, a riqueza do estilo de Firmina dos Reis permite que sua crítica vá além da representação das condições de seu tempo, oferecendo uma análise poderosa e persuasiva.

3.2 Quarto de Despejo: Constituição de Autoria em Perspectiva Discursiva

Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada de Carolina Maria de Jesus apresenta a vida de uma mulher negra, pobre e favelada na periferia de São Paulo, transcende sua função inicial de diário pessoal para se transformar em um documento histórico e literário de grande relevância. Segundo Durão "[...] a voz de Carolina Maria de Jesus não é apenas uma narrativa autobiográfica, mas um testemunho vivo das condições de vida na favela", transformando a autora em uma cronista de realidades marginalizadas (2017, p.45).

Carolina Maria de Jesus emerge como uma figura literária única ao usar sua própria experiência de vida como material para uma crítica contundente das desigualdades sociais. Como Durão (2017) ainda destaca, essa narrativa oferece ao leitor uma perspectiva até então largamente ignorada pela literatura canônica. A autenticidade e a crueza de suas descrições revelam a vida cotidiana na favela, desmistificando e desnudando a dura realidade dos excluídos. Nesse sentido, sua obra assume uma função, dependendo do gesto de leitura que lhe é dado de que, ao mesmo tempo em que é um documento pessoal, serve também como denúncia social e crítica política.

A construção discursiva de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo* é permeada por uma linguagem direta e despretensiosa, refletindo sua

condição de autodidata e seu cotidiano de luta. Segundo Zilberman, "O texto de Carolina Maria de Jesus é um marco na literatura brasileira por sua capacidade de articular uma crítica social profunda a partir de uma perspectiva interna à realidade descrita" (1989, p.3). A obra, além de se apresentar como um diário, assume características de múltiplas denúncias, posicionando a autora como uma voz ativa na exposição das injustiças e das desigualdades.

O diário de Carolina Maria de Jesus destaca-se também por sua estrutura narrativa, que foge às convenções literárias tradicionais. A fragmentação do texto, composta por entradas diárias que relatam eventos aparentemente triviais, reflete a precariedade e a inconstância da vida na favela. Segundo Castro (2008)

> A fragmentação do diário de Carolina é um reflexo da própria fragmentação social que ela vivencia, tornando a forma e o conteúdo da obra inseparáveis. As entradas diárias, muitas vezes curtas e aparentemente desconexas, acumulam-se para formar um mosaico de experiências que espelha a realidade fragmentada de uma vida marcada pela pobreza e pela luta constante pela sobrevivência. Cada fragmento do diário carrega em si um pedaço da complexa rede de relações sociais, econômicas e emocionais que constituem o cotidiano na favela. Essa forma de narrativa, longe de enfraquecer a coesão da obra, reforça a autenticidade e a veracidade do testemunho de Carolina, oferecendo ao leitor uma visão íntima e multifacetada da marginalização e da resistência (2008, p.78).

Essa estrutura não diminui a coesão da obra, pelo contrário, contribui para a construção de uma narrativa que espelha a descontinuidade e a incerteza da existência daqueles que vivem à margem.

A constituição de autoria em *Quarto de Despejo* (2014) é também marcada pela relação imaginária entre a obra e seu suposto público. Inicialmente, o diário de Carolina Maria de Jesus não foi escrito com a intenção de ser publicado. Contudo, ao ser descoberto e publicado pelo jornalista Audálio Dantas, o texto ganhou uma nova dimensão. Dalcastagnè observa que "[...] a mediação de Audálio Dantas na publicação de *Quarto de Despejo* levanta questões sobre a autoria e a representação, ressaltando as dinâmicas de poder envolvidas na legitimação de uma voz marginalizada" (2007, p.121). No prefácio da edição utilizada para esta pesquisa, escrito pelo próprio Dantas, ele assegura quais foram suas interferências no texto original produzido por Jesus

> A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos. A fome aparece no texto com uma frequência irritante. Personagem trágica, inarredável. Tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa tragicamente poética de Carolina. Em sua rotineira busca da sobrevivência no lixo da cidade, ela descobriu que as coisas todas do mundo - o céu, as árvores, as pessoas, os bichos – ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável. Carolina viu a cor da fome – a Amarela. No tratamento que dei ao original, muitas vezes, por excessiva presença, a Amarela saiu de cena, mas não de modo a diminuir a sua importância na tragédia favelada. Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha. (DANTAS, 1993 apud JESUS, 2014)

A relação entre Carolina Maria de Jesus e Audálio Dantas é um ponto crucial na análise da constituição de autoria. Dantas desempenhou um papel fundamental na edição e na promoção do diário, o que levou alguns críticos a questionarem a integridade do texto original. No entanto, como Teixeira afirma, "[...] a intervenção editorial em *Quarto de Despejo* não diminui a autenticidade da voz de Carolina, mas sim a amplifica, permitindo que sua narrativa alcance um público mais amplo" (2004, p.47). É importante reconhecer que, apesar da mediação de Dantas, a voz de Carolina permanece inconfundível e autêntica.

A constituição de autoria em *Quarto de Despejo* (2014) também envolve a questão de enunciar a si e ao outro, tomado como objeto do dizer. Ao narrar sua própria vida e as vidas de seus vizinhos, Carolina Maria de Jesus assume um papel duplo de sujeito e objeto da narrativa. Maria Ribeiro (2019) argumenta que

> A autorrepresentação em Quarto de Despejo é um ato de agência que permite a Carolina Maria de Jesus controlar sua própria narrativa e desafiar as representações estereotipadas de sua realidade. Ao escrever sobre suas experiências, ela não apenas documenta sua vida, mas também reivindica a autoridade sobre sua história e as histórias daqueles ao seu redor. Este ato de escrever torna-se uma forma de resistência, na qual a autora desafia as narrativas hegemônicas e oferece uma perspectiva autêntica e crítica sobre a vida na favela. Assim, Carolina se coloca como uma voz ativa que denuncia as condições de opressão e marginalização, ao mesmo tempo em que afirma sua própria identidade e subjetividade (2019, p.63).

A constituição de enunciação em *Quarto de Despejo* (2014) envolve a representatividade e a autorrepresentação, onde Carolina Maria de Jesus

assume um papel duplo de sujeito e objeto da narrativa, controlando sua própria história e desafiando as representações estereotipadas de sua realidade. Nesse sentido, Ribeiro (2019) argumenta que a autorrepresentação é um ato de agência que permite a Carolina documentar sua vida e as vidas ao seu redor, reivindicando autoridade sobre essas histórias e oferecendo uma perspectiva autêntica e crítica sobre a vida na favela. Ao escrever, Carolina não apenas enuncia suas experiências, mas também exerce resistência contra as narrativas hegemônicas, posicionando-se como uma voz ativa que denuncia as condições de opressão e marginalização, enquanto afirma sua identidade e subjetividade. Esse ato de autoria redefine o espaço de fala no campo literário, questiona as estruturas sociais que perpetuam a marginalização e transforma sua história pessoal em um testemunho coletivo, amplificando as vozes dos marginalizados e fortalecendo a luta por reconhecimento e dignidade.

A construção da autoria em *Quarto de Despejo* (2014) é também um ato de reivindicação de espaço na esfera pública. Jesus (2014), ao publicar seu diário, insere-se no debate público sobre a desigualdade social e a pobreza urbana, utilizando sua própria experiência como evidência da urgência dessas questões. Desse modo, é possível assumir que, ao transformar algo de uma experiência pessoal em narrativa pública, já que toda experiência pessoal é atravessada pelo outro/Estado, a autora não só denuncia as condições de vida na favela onde mora, mas também exige uma resposta da sociedade e do Estado acerca dessa realidade, sua obra não é, portanto, apenas um relato pessoal, mas um chamado à ação e à conscientização.

A perspectiva discursiva que manejamos como trabalho de leitura sobre o texto de Carolina Maria de Jesus é marcada por uma crítica incisiva e uma visão aguda das dinâmicas sociais. As enunciações apresentadas expõem as contradições e injustiças do sistema socioeconômico, questionando as estruturas de poder. Candido (2010) observa que "[...] a crítica social presente em *Quarto de Despejo* (2014) é um testemunho da capacidade de Carolina Maria de Jesus de articular uma visão crítica e informada sobre sua própria realidade" (p.132), ou seja, seu ato e iniciativa da escrita, transcende a mera descrição de suas condições de vida e de seus semelhantes, construindo e compartilhando uma reflexão profunda sobre as causas e as consequências da pobreza. Notemos o excerto a seguir:

> A comida no estômago é como o combustível nas maquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei a andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida (JESUS, 2014, p. 44-45).

A autoria de Carolina Maria de Jesus não reside apenas no fato de ser ela a escrever o diário, mas se constrói discursivamente através de uma série de escolhas linguísticas que conferem autenticidade e autoridade à sua voz como favelada. Essa constituição de autoria se manifesta na metáfora ("A comida no estômago é como o combustível nas máquinas"), um exemplo de uma linguagem direta e funcional, típica de quem vivencia a necessidade básica de sobrevivência de forma imediata. Essa metáfora, ancorada em um conhecimento prático do mundo do trabalho, estabelece a autoridade de Carolina como alguém que fala a partir de uma realidade concreta e material. A autoria aqui se constrói através de uma linguagem despojada, que reflete a urgência da fome em sua vida. A sequência que descreve as reações físicas à alimentação ("Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei a andar mais depressa") valida a experiência da fome e do alívio. A autoria se manifesta na descrição sensorial precisa do impacto da comida no corpo, como se a própria fisiologia de Carolina testemunhasse a importância daquele momento. Essa descrição confere autenticidade à sua voz, pois ela fala de algo que sente e vivencia diretamente. A frase "Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço" revela uma subjetividade marcada pela experiência da privação. A comparação do simples ato de comer com um "lindo espetáculo" ("Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo") demonstra uma inversão de valores, onde o que seria trivial para muitos assume uma beleza extraordinária para quem vive na escassez. A autoria se constrói aqui através desse olhar singular e dessa capacidade de encontrar beleza e significado em algo tão básico, revelando uma perspectiva de mundo moldada pela vida na favela. A pergunta retórica "E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?" desafia o senso comum e coloca a experiência da fome como um ponto de referência central. Essa interrogação, dirigida implicitamente ao leitor, busca validar a perspectiva de Carolina e afirmar a sua verdade sobre o que é realmente importante. A autoria se manifesta na ousadia de questionar normas

e valores a partir de sua própria vivência. A frase final, "Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida", intensifica a experiência e sugere a profundidade da privação anterior. Essa afirmação, carregada de emoção, marca a memória daquele momento como algo singular e significativo. A autoria se constrói através dessa capacidade de evocar a intensidade da experiência e de compartilhar um momento tão íntimo com o leitor.

Além disso, a obra de Carolina Maria de Jesus deve ser entendida no contexto mais amplo. Sua autoria é meio de resistência, afirmando seus direitos e reivindicando um lugar de fala na narrativa histórica e social. Não apenas expõe a brutalidade da vida na favela, mas também desafia a sociedade a reconhecer e responder à realidade crua e inegável das desigualdades estruturais, elevando sua voz como uma forma poderosa de emancipação.

A análise da constituição de autoria em *Quarto de Despejo* deve também considerar a influência do contexto histórico e cultural sobre a obra. A década de 1960 no Brasil foi um período de intensa transformação social e política, marcado por movimentos de luta por direitos civis e justiça social. Nesse sentido, o contexto histórico da obra é fundamental para compreender a profundidade e a urgência da crítica social da autora. O diário de Jesus reflete e se insere nesse contexto, oferecendo uma perspectiva única sobre as lutas e desafios enfrentados pelos moradores das favelas.

3.2.a Condições de Produção da Obra

A análise das condições de produção de *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2014) exige uma compreensão detalhada do contexto socioeconômico e cultural que moldou a obra de Carolina Maria de Jesus. Nos anos 1950 e 1960, o Brasil vivenciava um processo acelerado de urbanização, caracterizado pela expansão desordenada das cidades e o surgimento de áreas habitacionais precárias. O Canindé, onde Carolina residia, exemplifica essa transformação, sendo um reflexo das dificuldades enfrentadas pelos moradores de favelas. Assim, a realidade descrita por Carolina é um produto direto das condições adversas de seu ambiente.

A falta de infraestrutura básica, como água potável e saneamento, era uma característica comum das favelas durante as décadas de 1950 e 1960. Em *Quarto de Despejo,* Jesus (2014) oferece um relato detalhado e vívido dessas

condições adversas. A ausência de água encanada e o saneamento precário eram problemas cotidianos que afetavam diretamente a qualidade de vida dos moradores. Em seu diário, Carolina descreve as dificuldades enfrentadas para obter água, uma necessidade básica que, na falta de um sistema adequado de abastecimento, muitas vezes resultava em soluções improvisadas e insalubres. Veja-se a passagem a seguir

> 19 DE JULHO Despertei as 7 horas com a conversa dos meus filhos. Deixei o leito, fui buscar agua. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila. Assim que cheguei a Florenciana perguntou-me: — De que partido é aquela faixa? Li P.S.B. e respondi Partido Social Brasileiro. [...] Chegou a minha vez, puis a minha lata para encher. A Florenciana prosseguiu elogiando o Janio. A agua começou diminuir na torneira. Começaram a falar da Rosa. Que ela carregava agua desde as 4 horas da madrugada, que ela lavava toda roupa em casa. Que ela precisa pagar 20 cruzeiros por mês. Minha lata encheu, eu vim embora. ... Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias (...) Suporto as contingências da vida resoluta. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência. (JESUS, 2014, p.14-15).

O início deste excerto ("Despertei as 7 horas com a conversa dos meus filhos. Deixei o leito, fui buscar agua. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila.") retrata a realidade da falta de acesso a serviços básicos como água encanada, comum em favelas. A disputa pela água na torneira, com as mulheres já na fila cedo pela manhã, ilustra a dura condição de vida e a necessidade de organização para obter recursos essenciais. Já as interações sociais e a política cotidiana notamos na conversa com Florenciana sobre a faixa partidária ("De que partido é aquela faixa? Li P.S.B. e respondi Partido Social Brasileiro.") revela a presença da política no cotidiano da favela, mesmo em situações corriqueiras como a busca por água. A menção ao elogio de Jânio Quadros por Florenciana demonstra que os moradores da favela estão atentos e têm opiniões sobre o cenário político. Agora, na conversa sobre Rosa ("Que ela carregava agua desde as 4 horas da madrugada, que ela lavava toda roupa em casa. Que ela precisa pagar 20 cruzeiros por mês.") evidencia a rede de solidariedade e o compartilhamento das dificuldades entre as mulheres da favela. A informação sobre Rosa carregar água tão cedo e ainda ter que pagar por isso ressalta a precariedade da situação. O final do excerto ("Estive revendo

os aborrecimentos que tive esses dias (...) Suporto as contingências da vida resoluta. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência.") revela a reflexão pessoal de Carolina sobre os desafios enfrentados e a sua postura resiliente diante das dificuldades. A metáfora de "armazenar paciência" em vez de bens materiais demonstra uma estratégia de sobrevivência emocional em um contexto de escassez. Essas condições de produção moldam sua autoria e os temas enunciados em seu diário, conferem autenticidade e força ao seu testemunho.

Na perspectiva de Orlandi (2001), a autoria de Carolina se manifesta na sua capacidade de narrar o cotidiano com detalhes que revelam a complexidade da vida na favela. Ela não apenas descreve os fatos, mas também compartilha suas reflexões e emoções ("Estive revendo os aborrecimentos", "Suporto as contingências da vida resoluta"). A sua voz se afirma como a de uma mulher forte e resiliente, capaz de analisar a sua própria realidade e a do seu entorno. A decisão de "armazenar paciência" é uma demonstração de sua sabedoria e de sua capacidade de encontrar força em meio à adversidade. As condições de produção da vida na favela permeiam o discurso de Carolina Maria de Jesus, construindo uma autoria marcada pela autenticidade, pela resistência e pela lucidez diante das dificuldades.

Além da questão da água, a falta de saneamento básico também era um problema significativo. As favelas, frequentemente localizadas em áreas periféricas e com pouca regulamentação urbana, sofriam com a ausência de sistemas de esgoto adequados. Carolina detalha em seu diário como os resíduos sólidos e as águas residuais se acumulavam nas ruas e nas áreas comuns, criando condições insalubres que contribuíam para a propagação de doenças. Essa descrição detalhada é fundamental para compreender a profundidade das dificuldades enfrentadas pelos moradores das favelas e a maneira como essas condições moldavam suas experiências diárias. Tais condições são apresentadas em várias passagens da narrativa, como esta

> [...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou

> um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p.31).

As condições materiais e sociais em ("As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre,") são reveladas de imediato. O retorno à favela é marcado pela percepção sensorial imediata do ambiente insalubre. Essa realidade concreta é a base da experiência vivida e, portanto, dá autoridade para falar sobre ela. A autoria de Carolina emerge diretamente dessa vivência marginalizada. A comparação entre a cidade e a favela ("Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita [...] E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo") explicita o posicionamento de Carolina em relação a diferentes espaços sociais. Na cidade, ela se sente como alguém que pertence a um lugar de prestígio, ainda que seja apenas uma "impressão". Já na favela, a sensação é de desvalorização e exclusão. Essa dualidade revela a consciência da sua marginalização e a sua capacidade de analisar criticamente a hierarquia social. Sua autoria se fortalece nessa percepção da desigualdade e na sua disposição de expô-la. Ao escrever sobre suas impressões e sentimentos em relação a esses espaços, Carolina reivindica uma voz e uma perspectiva que são frequentemente silenciadas. Sua autoria é um ato de resistência contra a invisibilidade imposta pela sua condição social. Ela se coloca como sujeito de sua própria narrativa, desafiando as narrativas hegemônicas sobre a favela. A linguagem utilizada por Carolina é direta e marcada pela sua experiência cotidiana. As descrições sensoriais ("odor dos excrementos", "barro podre", "lustres de cristais", "tapetes de viludos") ancoram o discurso na sua vivência concreta, conferindo autenticidade à sua autoria.

Além disso, a autoria se manifesta na sua capacidade de articular essa experiência da marginalidade através de uma linguagem expressiva e de comparações impactantes. A metáfora da sala de visitas e do quarto de despejo é particularmente eficaz para ilustrar a sua percepção da distância social e da sua própria desvalorização. A sua voz se afirma ao nomear e analisar essa realidade, rompendo com o silêncio imposto pela sua condição.

A construção improvisada das residências nas favelas é outro aspecto importante abordado por Carolina Maria de Jesus. Em *Quarto de Despejo*, a autora descreve a construção das casas com materiais reciclados e de baixa

qualidade, como madeira e papelão, que eram comuns em sua comunidade. Essas construções improvisadas eram frequentemente sujeitas a alagamentos e desabamentos, refletindo a precariedade das condições habitacionais. A falta de iluminação adequada nas residências também é um tema recorrente no diário, evidenciando como a ausência de recursos básicos impactava diretamente a vida cotidiana dos moradores. Notemos a análise a seguir:

> 25 DE JUNHO ...Voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tabuas negras e podres. Pensei: está igual a minha vida!
> Quando eu preparava para escrever, o tal Orlando surgiu e disse que queria o dinheiro. Dei-lhe 100 cruzeiros. —Eu quero 250. Quero o deposito. —Eu não pago deposito porque já foi abolido pela Light. —Então eu corto a luz. E desligou-a (JESUS, 2014, p.42).

Neste excerto, datado de "25 DE JUNHO", reforça a característica do gênero diário, marcado pela imediaticidade e pela perspectiva pessoal. A entrada direta no relato de suas impressões sobre o barraco ("Voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tabuas negras e podres.") estabelece a voz autoral de Carolina como alguém íntima e conhecedora dessa realidade. A comparação imediata ("Pensei: está igual a minha vida!") revela uma subjetividade que se projeta no objeto, marcando a autoria com uma profunda identificação entre a autora e seu contexto material. Segundo Orlandi (2004), a autoria se constitui nessa relação do sujeito com o seu discurso e com as condições que o produzem.

Assim, as condições materiais da vida de Carolina na favela são escancaradas na descrição do barraco: "imundo", "envelhecido", "tabuas negras e podres". Essa materialidade tangível é a base da sua experiência e influencia diretamente a sua linguagem. A comparação com a própria vida revela uma consciência da precariedade e da deterioração, tanto do espaço físico quanto da sua existência. Essa metáfora pungente é uma escolha discursiva que evidencia a dura realidade da autora.

A segunda parte do excerto narra um conflito direto com "o tal Orlando" sobre o pagamento da luz. Esse diálogo conciso e tenso ilustra as relações de poder presentes na vida da favela e a constante luta pela sobrevivência. A exigência de pagamento ("Eu quero 250. Quero o deposito.") e a ameaça de

corte ("Então eu corto a luz. E desligou-a") expõem a vulnerabilidade de Carolina diante de figuras de autoridade (mesmo que informais, como Orlando).

A forma como Carolina relata o diálogo demonstra sua capacidade de observar e registrar as dinâmicas de poder. A descrição de Orlando como "o tal Orlando" sugere um tom de ressentimento e uma tomada de distância em relação a ele. A reprodução do diálogo em estilo direto confere vivacidade à narrativa e permite que a voz de Carolina se manifeste de forma clara e assertiva, mesmo diante da ameaça. Essa escolha discursiva é um ato de resistência, pois ela se recusa a ser apenas uma vítima passiva, registrando e narrando o seu lado da história. Para Orlandi (2004), a autoria também se manifesta na capacidade de o sujeito se inscrever no discurso e marcar sua posição.

A autoria de Carolina Maria de Jesus se constitui em meio às duras condições materiais de sua vida na favela. A sua linguagem direta e expressiva, a escolha de metáforas impactantes e a narração de conflitos cotidianos constroem uma voz autêntica e autorizada para falar sobre a realidade da marginalidade e da luta pela sobrevivência. A materialidade discursiva está intrinsecamente ligada às condições de produção e à forma como Carolina se posiciona como autora diante dessa realidade.

Nesse sentido, a descrição das condições de vida no diário de Carolina não se limita apenas a relatar as dificuldades materiais. Ela também evidencia a exclusão social enfrentada pelos moradores das favelas. A ausência de infraestrutura básica e a construção improvisada das residências são indicadores claros da negligência estatal e da marginalização desses grupos. Carolina utiliza sua escrita para expor a realidade de uma população que, apesar de viver em condições extremas, lutava diariamente pela dignidade e pela sobrevivência. A visão íntima das dificuldades diárias fornecida por Carolina é essencial para entender o impacto e a relevância de sua obra. A profundidade desse relato contribui significativamente para a construção de um retrato mais completo e realista das condições de vida nas favelas, desafiando preconceitos e oferecendo uma perspectiva crítica sobre a exclusão social e a negligência enfrentadas pelos moradores.

A análise dessas condições precárias e da forma como Carolina as retrata em seu diário é fundamental para compreender o impacto e a relevância de *Quarto de Despejo* (2014). O diário de Carolina não apenas documenta a

realidade brutal de sua vida, mas também serve como uma crítica contundente às falhas estruturais que fomentam as desigualdades e reforçam a permanência dessas pessoas às margens dos extratos sociais vigentes. A forma como Jesus descreve e partilha sua experiência com o externo, oferece um testemunho autêntico e impactante da luta pela sobrevivência, mas sobretudo, por uma condição de vida minimamente digna, jogando, desse modo, luz sobre a importância de sua obra na literatura brasileira.

Apesar de tratar-se de um período em que o Brasil passava por um momento de crescimento econômico significativo, impulsionado pela industrialização e pelas políticas desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek, esse crescimento, apenas acentuava as desigualdades sociais, com uma disparidade cada vez maior entre ricos e pobres. As políticas públicas, frequentemente voltadas para a modernização e urbanização, não alcançavam os mais desfavorecidos, deixando uma vasta parcela da população à margem do progresso econômico. Jesus também exerce uma crítica incisiva às políticas públicas inadequadas e à ausência de medidas eficazes para melhorar as condições de vida nas favelas. Vejamos

> Despertei. Não adormeci mais.
> Comecei sentir fome. E quem está com fome não dorme.
> Quando Jesus disse para as mulheres de Jerusalem: — “Não Chores por mim. Chorae por vós” — suas palavras profetisava o inverno do Senhor Juscelino. Penado de agruras para o povo brasileiro. Penado que o pobre há de comer o que encontrar no lixo ou então dormir com fome.
> Você já viu um cão quando quer segurar a cauda com a boca e fica rodando sem pegá-la?
> E igual o governo do Juscelino (JESUS, 2014, p.113-114).

A brevidade das primeiras frases ("Despertei. Não adormeci mais. Comecei sentir fome. E quem está com fome não dorme.") é característica do gênero diário, marcado pela concisão e pela imediaticidade da experiência. A voz autoral de Carolina se apresenta de forma direta e pessoal, expondo sua condição de fome como um fato inegável que governa seu corpo e sua mente. Segundo Orlandi (2005), a autoria se manifesta na forma como o sujeito se inscreve no discurso, e aqui Carolina o faz com uma franqueza que estabelece uma relação de intimidade com o leitor. A referência a Jesus e a profecia sobre o "inverno do Senhor Juscelino" ancoram o discurso nas condições sociopolíticas

da época (governo de Juscelino Kubitschek). A fome não é apresentada como um problema individual, mas como uma consequência de políticas governamentais ("Penado de agruras para o povo brasileiro. Penado que o pobre há de comer o que encontrar no lixo ou então dormir com fome."). Essa politização da experiência da fome revela uma consciência social aguda e uma crítica contundente ao governo, marcando a autoria de Carolina como engajada e denunciadora. Para Orlandi (2017), o discurso está sempre atravessado por relações de poder e ideologias, e Carolina utiliza seu diário como um espaço para expressar sua visão sobre essas questões.

Além do mais, a comparação com o cão que tenta pegar a própria cauda ("Você já viu um cão quando quer segurar a cauda com a boca e fica rodando sem pegá-la? E igual o governo do Juscelino") é uma escolha discursiva poderosa. A analogia, retirada do cotidiano e de fácil compreensão, ridiculariza a ineficácia do governo de Juscelino em solucionar os problemas da fome. Essa ironia e a capacidade de estabelecer relações entre o macro (política) e o micro (a vida na favela) são marcas da autoria de Carolina. A materialidade da linguagem aqui se concretiza na força imagética da comparação, que torna a crítica mais acessível e impactante.

Como também, a referência bíblica, mesmo que com uma interpretação própria e contextualizada ("Quando Jesus disse para as mulheres de Jerusalem: — “Não Chores por mim. Chorae por vós” — suas palavras profetisava o inverno do Senhor Juscelino."), demonstra um repertório cultural e uma forma de interpretar a realidade a partir de sua própria vivência e conhecimento. Essa apropriação de referências culturais diversas contribui para a complexidade e a riqueza da sua autoria.

A autoria de Carolina Maria de Jesus como uma voz que emerge das duras condições de produção da vida na favela, capaz de conectar a experiência pessoal da fome com a crítica política e de utilizar uma linguagem expressiva e carregada de ironia para denunciar a desigualdade social se configura como um ato de resistência e de afirmação de uma perspectiva marginalizada sobre a realidade brasileira.

A marginalização das mulheres negras é outro aspecto crucial abordado por Carolina em seu diário. No contexto das favelas, essas mulheres

enfrentavam uma dupla opressão, tanto por sua raça quanto por seu gênero. Maria Ribeiro argumenta que

> [...] a representação das mulheres negras em 'Quarto de Despejo' é essencial para compreender a interseccionalidade das opressões, evidenciando uma resistência que é simultaneamente individual e coletiva. Carolina Maria de Jesus não só narra as dificuldades cotidianas dessas mulheres, mas também destaca sua resiliência e capacidade de organização comunitária, revelando um panorama de luta constante contra a marginalização sistêmica. Ao documentar as experiências de mulheres que cuidam de suas famílias, trabalham em condições precárias e enfrentam a violência de um sistema que as invisibiliza, Carolina constrói uma narrativa que desvela as camadas complexas da opressão vivida por essas mulheres (2019, p.98).

A autoria de Carolina oferece, portanto, um retrato vívido das adversidades enfrentadas por essas mulheres, contribuindo para uma discussão mais ampla sobre justiça social e a necessidade de políticas que reconheçam e combatam a interseccionalidade das opressões, como se pode notar no trecho a seguir

> 26 DE JULHO ...Era 19 horas quando o senhor Alexandre começou a brigar com a sua esposa. Dizia que ela havia deixado seu relogio cair no chão e quebrar-se. Foi alterando a voz e começou a espancá-la. Ela pedia socorro. Eu não imprecionei, porque já estou acostumada com os espetáculos que ele representa. A Dona Rosa correu para socorrer. Em um minuto, a noticia circulou que um homem estava matando a mulher. Ele deu-lhe com um ferro na cabeça. O sangue jorrava. Fiquei nervosa. O meu coração parecia a mola de um trem em movimento. Deu-me dor de cabeça.
> Os homens pularam a cerca para impedi-lo de bater na pobre mulher. Abriram a porta da frente e as mulheres e as crianças invadiram. O Alexandre saiu lá de dentro enfurecido e disse:
> —Vão embora, cambada! Estão pensando que isso aqui é a casa da sogra? Todos correram. Era uns 20 querendo passar na porta. As crianças, ele chutou. A Vera recebeu um chute e caiu de quatro. Os filhos da Juana foram chutados.
> Os favelados começaram a rir.
> A cena não era para rir. Não era comedia. Era drama.
> (JESUS, 2014, p.160).

Novamente a marca temporal "26 DE JULHO" situa o texto no gênero diário, conferindo à voz de Carolina a autoridade de quem registra eventos cotidianos. A autora se apresenta como uma testemunha dos acontecimentos na

favela, e sua autoria se constrói nessa observação atenta e na subsequente narração dos fatos. Este excerto mergulha nas condições de produção da vida na favela, onde a violência doméstica parece ser uma ocorrência comum ("Eu não imprecionei, porque já estou acostumada com os espetáculos que ele representa."). Essa naturalização da violência é uma marca discursiva das duras condições de vida. A rapidez com que a notícia se espalha ("Em um minuto, a noticia circulou que um homem estava matando a mulher") também ilustra a dinâmica social da comunidade.

A materialidade discursiva se manifesta de forma intensa neste excerto, contribuindo para a construção da autoria e a representação das condições de produção. A descrição da violência é marcada por detalhes sensoriais fortes: ("Ele deu-lhe com um ferro na cabeça. O sangue jorrava.") Essa materialidade da violência é apresentada de forma crua e direta, impactando o leitor e evidenciando a brutalidade da cena. A reação de Carolina ("Fiquei nervosa. O meu coração parecia a mola de um trem em movimento.") revela sua experiência emocional diante do ocorrido, humanizando a autoria e aproximando o leitor de sua perspectiva. Essa comparação ("coração parecia a mola de um trem em movimento") é uma escolha linguística que traduz a agitação interna de forma vívida. A reprodução da fala de Alexandre ("—Vão embora, cambada! Estão pensando que isso aqui é a casa da sogra?") traz a voz do agressor para o texto, expondo sua violência verbal e a forma como ele se relaciona com a comunidade. A escolha dessas palavras específicas ("cambada", a referência pejorativa à casa da sogra) revela traços da sua personalidade e da sua tentativa de reafirmar seu poder. A materialidade da língua aqui funciona para dar voz aos diferentes atores da cena. A descrição das reações da multidão ("Todos correram. Era uns 20 querendo passar na porta. As crianças, ele chutou. A Vera recebeu um chute e caiu de quatro. Os filhos da Juana foram chutados.") é marcada pela concretude das ações físicas. A materialidade do corpo ("caiu de quatro", "foram chutados") e a descrição do movimento ("correram", "querendo passar na porta") criam uma imagem nítida da confusão e do pânico. A frase final ("A cena não era para rir. Não era comedia. Era drama.") é um comentário direto de Carolina sobre o que ela presenciou. Essa intervenção autoral explicita a sua leitura da situação, enfatizando a gravidade da violência e desmentindo a reação inicial dos favelados ("Os favelados começaram a rir."). A materialidade

discursiva aqui funciona para guiar a interpretação do leitor e reforçar a seriedade do evento.

A autoria de Carolina se estabelece na sua capacidade de narrar esses eventos com detalhes sensoriais, de reproduzir a fala dos personagens e de oferecer sua própria avaliação da situação. Sua voz se torna um testemunho da violência e das complexas dinâmicas sociais presentes na favela.

Ao dar visibilidade a essas experiências, a obra atua como um instrumento poderoso para a conscientização e mobilização em prol dos direitos das mulheres negras e de uma sociedade mais equitativa.

O ambiente cultural e educacional, no qual Carolina Maria de Jesus se situava desempenha também um papel basilar para a compreensão de sua obra. Como autodidata, Carolina desenvolveu uma linguagem e uma forma de expressão que refletem profundamente sua realidade e visão de mundo. Sua experiência de vida e as condições adversas das favelas são espelhadas em uma escrita que é ao mesmo tempo direta e penetrante. Dessa forma, o uso de uma linguagem que se liberta dos "contratos de fala" hegemônicos adquire uma dimensão política, conforme Evaristo (2007)

> Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que se pode evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere as “normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada (Evaristo, 2007, p. 21).

A escrita de Jesus é a marca distintiva que confere profundidade e impacto à obra, permitindo uma conexão autêntica com os leitores e uma compreensão mais rica de sua experiência e visão de mundo.

A estrutura do diário é marcada por uma fragmentação que reflete a descontinuidade e a precariedade da vida nas favelas, este é um aspecto fundamental da obra. De acordo com Castro, "A fragmentação do diário de Carolina é um reflexo da própria fragmentação social que ela vivencia, tornando a forma e o conteúdo da obra inseparáveis" (2008, p.78). Essa estrutura não apenas espelha a realidade instável da vida dos moradores das favelas, mas

também contribui para a construção de uma narrativa que é ao mesmo tempo fragmentada e coesa.

Sobre a recepção crítica da obra, pode-se dizer que foi marcada por uma variação significativa, refletindo amplamente os preconceitos e estereótipos presentes na crítica literária da época. A obra de Carolina Maria de Jesus foi recebida de maneira divergente: enquanto alguns críticos reconheceram a autenticidade e o impacto social do diário, outros questionaram a sofisticação literária do texto. Silva (2016) observa que a avaliação de *Quarto de Despejo* revela os preconceitos enraizados na crítica literária, a qual muitas vezes marginaliza autores que não se ajustam aos padrões tradicionais de sofisticação e estética literária. Essa divisão crítica não apenas destaca as tensões na forma como a literatura de autores marginalizados é avaliada, mas também expõe as barreiras estruturais que limitam a valorização de narrativas que desafiam as normas estabelecidas.

O impacto social e político de *Quarto de Despejo* é notável pela maneira como a obra influenciou debates sobre políticas públicas e direitos humanos, servindo como uma referência crucial para compreender a desigualdade social no Brasil. A descrição detalhada das adversidades enfrentadas pelos moradores das favelas não apenas documenta a dura realidade dessas condições, mas também articula uma crítica social profunda a partir de uma perspectiva interna. Segundo Zilberman (1989), a importância de *Quarto de Despejo* reside precisamente em sua capacidade de oferecer uma visão crítica e interna da realidade descrita. Além de seu impacto imediato, o legado de Carolina Maria de Jesus transcende sua contribuição literária, estendendo-se à influência sobre a compreensão e a abordagem da pobreza e da marginalização. Assim, a relevância da obra é sustentada por seu impacto duradouro tanto na literatura quanto na sociedade.

3.2.b Posicionamento da obra nas histórias da literatura brasileira

Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada (2014), de Carolina Maria de Jesus, é indiscutivelmente uma obra que marca um ponto de inflexão significativo na literatura brasileira, tanto por sua singularidade quanto pelo impacto que teve na narrativa literária nacional e internacional. Conforme postulado anteriormente e apenas relembrando, o escrito foi publicado em 1960, e se destaca por oferecer

uma visão extremamente íntima e crua da vida nas favelas de São Paulo durante a época, desafiando as convenções literárias do tempo com seu estilo direto e despretensioso. Ao posicionar Carolina Maria de Jesus como uma autora cuja experiência de vida foi marcada pela pobreza e pela marginalização, o livro introduz uma perspectiva nova e profundamente relevante para a literatura brasileira.

A recepção crítica inicial de *Quarto de Despejo* (2014) foi um reflexo marcante da surpresa e do impacto que a obra causou no cenário literário brasileiro. Quando o livro foi publicado, Carolina tornou público aspectos inexplorados sobre a vida nas favelas, um tema que estava praticamente ausente da literatura brasileira convencional da época. As normas literárias estabelecidas e vigentes, foram desafiadas e postas em questionamento pela narrativa direta e despretensiosa de Jesus.

Em sua análise, Zilberman (1989) oferece uma descrição detalhada da recepção do livro, ressaltando a forma como a obra desestabilizou as expectativas da literatura brasileira ao revelar a realidade de uma maneira que nunca tinha sido feita antes. Segundo Zilberman

> A recepção de 'Quarto de Despejo' foi marcada por uma surpreendente combinação de curiosidade e ceticismo. O livro de Carolina Maria de Jesus revelou, com uma sinceridade brutal e uma clareza inusitada, o cotidiano das favelas de São Paulo. A capacidade do livro de expor a vida nas favelas – uma realidade que estava virtualmente fora do radar da literatura brasileira convencional – gerou um impacto significativo. A escrita de Carolina não apenas forneceu um testemunho pessoal, mas também colocou em evidência uma realidade social muitas vezes negligenciada pelos escritores e críticos da época. Sua abordagem direta e sem adornos criou um contraste forte com as representações idealizadas e distantes da pobreza que eram comuns na literatura da época (ZILBERMAN, 1989, p.103).

A abordagem inovadora de Carolina Maria de Jesus foi particularmente notável por sua capacidade de apresentar uma narrativa que desafiava as convenções literárias tradicionais e acadêmicas. Em vez de seguir os moldes estabelecidos pela literatura da época que, frequentemente, apresentava a pobreza de maneira romântica ou estereotipada, Jesus (2014) forneceu uma representação autêntica e não filtrada da vida nas favelas. Essa autenticidade

foi o que provocou tanto a surpresa quanto o ceticismo da crítica literária, que estava acostumada a uma forma mais polida e distante de retratar a pobreza. Esse impacto inicial ajudou a pavimentar o caminho para uma reavaliação da literatura brasileira e das suas tradições. Nesse contexto, pode-se afirmar que obra de Carolina abriu novas possibilidades para a inclusão de vozes marginalizadas no discurso literário e cultural, estabelecendo precedente para futuras autoras e autores que buscavam explorar e expressar realidades semelhantes.

Além de seu impacto na literatura brasileira, *Quarto de Despejo* (2014) também foi recebido com interesse no exterior. A obra foi traduzida para vários idiomas e elogiada por sua capacidade de oferecer uma visão autêntica das realidades das favelas brasileiras. Essa recepção internacional não apenas ampliou a visibilidade da obra, mas também destacou a relevância universal das questões abordadas pela autora. Ao tratar visceralmente de realidades marginalizadas. A recepção crítica da obra no Brasil e no exterior também reflete uma mudança nas percepções sobre a literatura marginal. A obra ajudou a abrir espaço para outras vozes e experiências anteriormente marginalizadas no cenário e no mercado literário.

O papel de Quarto de Despejo (2014) na literatura de testemunho e na literatura marginal é um aspecto crucial para entender seu impacto e sua importância. A obra oferece um exemplo claro de como a literatura pode ser usada como uma ferramenta de resistência e de afirmação da identidade, desafiando as narrativas dominantes e oferecendo uma visão crítica das estruturas de poder e opressão.

3.2.c Posições de sujeito: narrador e personagens

A narrativa em primeira pessoa de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de Despejo* (2014) estabelece um ponto de vista íntimo e direto sobre a vida na favela:

> Deixei de meditar quando ouvi a voz do padeiro:
> – Olha o pão doce, que está na hora do café!
> Mal sabe ele que na favela é a minoria quem toma café (JESUS, 2014, p.36).

Neste excerto, Carolina se coloca como o sujeito que narra, apresentando seus sentimentos e reflexões em primeira pessoa ("Deixei de meditar quando

ouvi a voz do padeiro:"). Sua posição de sujeito narrador é central, pois é através de seu olhar e sua voz que a realidade da favela é filtrada e apresentada ao leitor. Segundo Orlandi (2001), o narrador é um sujeito que se constitui no discurso, mediando a informação e construindo uma perspectiva sobre os eventos. Já o padeiro surge como um sujeito personagem através de sua fala direta: "– Olha o pão doce, que está na hora do café!". Sua fala representa um discurso que parte de um lugar social diferente, onde o consumo de "pão doce" no café da manhã pode ser considerado algo comum. Sua posição de sujeito personagem é marcada por essa visão de mundo que não condiz com a realidade da favela. A frase seguinte, "Mal sabe ele que na favela é a minoria quem toma café," revela a posição de um sujeito implícito: os moradores da favela. Por meio destas enunciações, somos confrontados com a discrepância entre o discurso do padeiro e a realidade da maioria na favela. A narradora assume a voz para representar essa coletividade marginalizada, expondo a falta de acesso a um alimento básico como o café da manhã para a maioria. Essa oposição discursiva é crucial para a construção do sentido neste excerto.

A autoria de Carolina se manifesta de forma evidente na sua capacidade de articular essas diferentes posições de sujeito. Ao apresentar a fala do padeiro e, imediatamente, confrontá-la com a realidade da favela através de seu comentário, ela constrói uma perspectiva crítica sobre a desigualdade social. Sua autoria não se limita a narrar, mas também a analisar e a denunciar as disparidades existentes.

Para Biziak (2021), essa capacidade de Carolina de expor a realidade a partir de seu ponto de vista marginalizado é um elemento central de sua autoria. O excerto reflete as condições de produção da vida na favela, marcada pela pobreza e pela falta de acesso a recursos básicos. A materialidade discursiva se evidencia na linguagem simples e direta, na contraposição entre o "pão doce" e a ausência de café para a maioria, e na forma como a narradora utiliza sua voz para dar visibilidade a essa realidade. A concisão da frase final enfatiza a distância entre os mundos sociais representados no excerto.

Essa escolha narrativa permite que os leitores tenham acesso não apenas aos eventos descritos, mas também aos sentimentos e pensamentos mais profundos da narradora. A autenticidade e a imediata proximidade oferecidas por essa perspectiva são básicas para a compreensão da realidade marginalizada

descrita na obra. Como afirma Zilberman, “A escolha de Carolina de narrar sua própria experiência em primeira pessoa é fundamental para a construção da autenticidade e da subjetividade de seu relato, conferindo uma voz direta e pessoal às suas observações” (1989, p.101). A narrativa em primeira pessoa serve, assim, como um meio poderoso para revelar a verdade nua e crua de sua vida, desafiando as percepções externas e frequentemente estereotipadas dos moradores das favelas.

A autoria ora estabelecida oferece um tom profundamente pessoal e descritivo, oferecendo uma visão direta e crua de vida cotidiana na favela. A primeira entrada do diário estabelece um padrão de imediata autenticidade e revelação atroz. Em um trecho significativo, Carolina descreve a realidade de sua existência com uma sinceridade que é ao mesmo tempo triste e reveladora

> 15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se. (Jesus, 2014, p.10).

Esta passagem do diário de Jesus (2014), oferece um vislumbre preciso acerca das agruras enfrentadas para suprir as necessidades básicas de sua família, revelando a extrema escassez de recursos e a luta diária contra a pobreza. A dificuldade em comprar um par de sapatos novo para a filha, a troca de garrafas por pão e a contabilidade minuciosa dos gastos refletem a dura realidade da vida nas favelas. A primeira frase ("Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela.") já revela a intenção da autora e o afeto materno como motivadores da escrita. Essa materialidade discursiva da declaração de intenção é fundamental para compreendermos o contexto do restante do excerto.

A materialidade da dificuldade econômica é expressa através do vocabulário: ("Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida.") as palavras "impede", "escravos do custo de vida" explicitam a opressão econômica e a

impossibilidade de satisfazer desejos básicos, como comprar sapatos para a filha. Essa linguagem direta e sem rodeios é uma marca da autoria de Carolina, que não suaviza a dureza da sua realidade.

Essa materialidade se aprofunda quando se intensifica na descrição das soluções encontradas para suprir as necessidades: ("Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo.") a escolha de verbos como "achei no lixo", "lavei", "remendei" e "troquei" revela a realidade da pobreza e a capacidade de Carolina de encontrar alternativas para sobreviver e cuidar da filha. Essa descrição concreta das ações cotidianas é uma materialização da luta pela vida na favela. Da mesma forma, a materialidade da sobrevivência também se manifesta no registro minucioso das finanças: "Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se." A precisão nos valores e nos itens comprados demonstra a atenção de Carolina aos detalhes da gestão da escassa renda familiar. Essa listagem crua e direta materializa a fragilidade da sua situação econômica e a constante preocupação com o sustento.

A materialidade discursiva retorna à intenção inicial com a constatação final: "E o dinheiro acabou-se." A ausência da menção à compra dos sapatos, contrastando com a expectativa inicial, evidencia a frustração de Carolina em não poder realizar seu desejo para a filha devido às prioridades impostas pela sobrevivência. Essa omissão final, em contraposição à primeira frase, é uma poderosa forma de materializar a dureza da realidade da favela.

Este testemunho, narrado em primeira pessoa, não só oferece uma visão íntima das adversidades, mas também denuncia a negligência social e a inadequação das políticas públicas, transformando a experiência pessoal em uma crítica social contundente e um apelo por justiça.

O uso da primeira pessoa permite enunciações complexidades de experiência, proporcionando um relato que é simultaneamente uma documentação e um grito de resistência. Em outra entrada, observamos

> 15 DE JUNHO ...Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por

> encontrar dificuldade de viver. (...) A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: —Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome! o (Jesus, 2014, p.53).

Nesse trecho, Carolina denuncia incisivamente a crueldade da pobreza, ao relatar o suicídio de uma mulher e seus filhos devido à fome. Sua observação de que a mulher não possuía "alma de favelado", que recorre a métodos de sobrevivência extremos, como garimpar alimentos nos lixos ou pedir esmolas, expõe a desigualdade estrutural e a falta de apoio social. A materialidade discursiva neste excerto funciona através da justaposição da realidade da pobreza na favela com a notícia do suicídio, da definição do "ser favelado" por suas práticas de sobrevivência, da expressão da empatia materna e, principalmente, da representação da fome através da linguagem direta e pungente da voz infantil. Carolina utiliza essas diversas materialidades para construir uma crítica social contundente e para afirmar sua autoria como uma voz que experiencia e denuncia a dura realidade da vida na favela.

A abertura do excerto ("Fui comprar carne, pão e sabão.") ancora a narrativa na materialidade da vida cotidiana na favela, onde a busca por itens básicos de sobrevivência é uma constante. A leitura da notícia no jornal ("Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldade de viver.") introduz uma outra materialidade discursiva: a da mídia impressa. A partir dessa notícia, a autoria estabelece um contraste fundamental.

Assim, a materialidade discursiva se manifesta na definição do "ser favelado" através de suas ações concretas para lidar com a fome: (“A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo.") a enumeração dessas atividades representa a materialidade da luta pela sobrevivência na favela, onde o desespero da fome é enfrentado de maneiras diversas.

A materialidade da emoção e da compreensão surge na reflexão sobre a mãe que se suicidou: ("Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos.") a palavra "dó" e a consideração pelos sentimentos maternos revelam uma conexão

humana profunda. A materialidade discursiva aqui se encontra na expressão da empatia e na tentativa de compreender a motivação por trás do ato extremo.

Ao mesmo tempo, a materialidade da crítica social é expressa na constatação: ("Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome.") a palavra "vergonha" explicita o julgamento moral em relação à situação da pobreza no país. A materialidade mais impactante do excerto reside na representação da fome através da fala direta das crianças: ("E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: —Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!"). A palavra "sinfonia", usada ironicamente para descrever o lamento constante da fome infantil, e a reprodução da fala das crianças materializam de forma visceral a dor e o sofrimento causados pela falta de alimento.

Zilberman (1989) argumenta que “A escolha de Carolina de narrar sua própria experiência em primeira pessoa é fundamental para a construção da autenticidade e da subjetividade de seu relato, conferindo uma voz direta e pessoal às suas observações” (p.101). A perspectiva em primeira pessoa permite, portanto, a Carolina explorar suas emoções e pensamentos mais íntimos, criando uma conexão profunda com o leitor. Essa autoria torna possível uma imersão completa nas experiências descritas, revelando a luta diária e a resiliência frente às adversidades.

No âmbito do discurso, compreender o seu funcionamento é confrontar-se tanto com a memória que se cristaliza quanto com a memória silenciada, com seus significados, movimentos, lugares e sujeitos. Cada traço deixado ou esquecido constitui a palavra, mesmo aquela não dita. A obra *Quarto de Despejo* (2014), quando analisada sob uma perspectiva discursiva, permite uma reflexão sobre a autoria construída em um contexto anterior ao próprio texto, constituindo um processo enunciativo histórico que traz a percepção de um grupo social marginalizado e oprimido.

Neste sentido, Miranda (2014) destaca que, no fazer literário, o periférico é um conceito relacionado a um modelo de representação que coloca em cena modos de significar o mundo e de produzir identidades. Segundo a autora

> Dentro do fazer literário, o periférico constitui um conceito diretamente relacionado a um modelo de representação que

> coloca em cena modos de significar o mundo e de produzir identidades. A literatura periférica, a partir do modo como esta se inscreve no contexto sociocultural e político em que se situa; das experiências por ela traduzidas e das identidades que engendra constitui um ethos novo diante da produção literária hegemônica, configurando outra via frente aos discursos dos que falam em nome dos marginalizados sociais (MIRANDA, 2014, p.335).

A literatura periférica, através do contexto sociocultural e político em que se insere, das experiências que traduz e das identidades que engendra, constitui um novo ethos frente à produção literária hegemônica, configurando uma alternativa aos discursos que falam em nome dos marginalizados sociais.

Ao se expressar, associa-se e sujeita-se a redes de significados, determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, permeada pela ideologia. A Análise do Discurso visa construir escutas que permitam considerar esses efeitos e explorar a relação com esse “saber” que não se aprende nem se ensina, mas que gera seus próprios efeitos. A leitura discursiva leva em conta o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, como é dito de um modo e de outro, buscando ouvir o não-dito presente no dito, como uma presença da ausência necessária. Isso porque apenas uma parte do dizível é acessível ao sujeito, e mesmo o que ele não diz (e muitas vezes desconhece) significa em suas palavras (ORLANDI, 2005).

Diante das afirmações de Orlandi, podemos notar no romance *Quarto de despejo* (2014) esta prática discursiva onde o narrador acredita fundir sua opinião ao fundo histórico da narrativa, pois estiliza a percepção de um grupo social considerado como “invisível’ e “oprimido”, os pobres favelados. Como assim nota-se no excerto a seguir

> [...] eu não tinha um tostão para comprar pão. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha (JESUS, 2014, p.12).

A materialidade da escassez é central neste excerto e se manifesta de forma direta na frase: "eu não tinha um tostão para comprar pão." A palavra "tostão" reforça a extrema pobreza, indicando a falta da menor quantia para adquirir o alimento básico. Assim como, a materialidade da comunicação familiar também se destaca em "Avisei as crianças que não tinha pão." Esse ato de

informar os filhos sobre a ausência de pão revela a relação direta e a necessidade de compartilhar a realidade da fome. A sugestão de uma refeição alternativa ("Que tomassem café simples e comesse carne com farinha") materializa a busca por soluções diante da falta, evidenciando a criatividade e a resiliência em um contexto de privação.

A autoria se constrói na voz direta e pragmática. A maneira como informa as crianças sobre a falta de pão, sem rodeios ou sentimentalismo excessivo no relato, estabelece uma imagem de uma mãe forte e realista, que lida com a escassez de forma objetiva. A autoria reside também na escolha de registrar esses momentos cotidianos de dificuldade, elevando a experiência da fome e da busca por soluções à categoria de acontecimento digno de nota em um diário. Essa decisão de narrar o trivial revela a intenção de dar visibilidade à realidade da vida na favela.

Sob a luz de Zoppi-Fontana (2018), os efeitos de enunciação revelam Carolina na posição de enunciadora que informa seus filhos (enunciatários imediatos) sobre a falta de pão. Ao registrar esse diálogo (mesmo que indiretamente) em seu diário, ela também se dirige a um enunciatário mais amplo, o leitor do diário. A escolha do verbo "avisei" indica uma ação direta e comunicativa. A sugestão de "café simples e carne com farinha" demonstra a sua tentativa de suprir a falta do pão, revelando um sujeito ativo na busca por alternativas dentro de suas limitadas condições. A posição de sujeito de Carolina é marcada pela responsabilidade materna e pela necessidade de tomar decisões em um contexto de escassez.

Nesse mesmo movimento, a autoria ora se afirma na voz engajada e na habilidade de conectar a vivência pessoal da fome com questões sociais e históricas mais amplas, de uma forma crítica, confere à abolição uma nova roupagem: os negros que antes se encontravam presos às amarras do sistema escravocrata, hoje se encontram presos aos grilhões da miséria e do descaso social. Ao anotar suas impressões sobre o 70º aniversário da Lei Áurea, conclui: “e assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (JESUS, 2014, p.32). A frase, precedida pela data "13 de maio de 1958", típica do gênero diário, ganha um peso simbólico. A escolha da data, remetendo à abolição da escravidão no Brasil, transforma essa entrada em um conciso manifesto da autoria de Carolina. Ela se coloca como uma voz que estabelece

um paralelo direto entre a escravidão histórica e a sua realidade presente, onde a fome é a nova forma de opressão.

O ano de 1958, contexto de desenvolvimento e desigualdade no Brasil, é a condição de produção deste discurso. Carolina explicita a persistência da miséria e da fome, mesmo após a abolição da escravidão formal. A sua autoria, portanto, emerge de uma realidade de luta e privação, onde a questão social da fome se apresenta como uma forma contemporânea de escravidão. Carolina se posiciona como um sujeito ativo, que "luta" contra a fome. Ela não se coloca como uma vítima passiva, mas como alguém que enfrenta ativamente essa "escravatura atual". A escolha do verbo "lutar" denota resistência e agência. Sua posição de sujeito narrador se identifica com a experiência da fome e a eleva à categoria de uma batalha contínua.

Sob a ótica de Orlandi (2017), podemos notar que a materialidade da linguagem é extremamente concisa e impactante. A metáfora da "escravatura atual – a fome!" é a figura central. A fome, uma necessidade básica não atendida, é equiparada à escravidão, revelando a profundidade da opressão e da perda de liberdade que ela causa. A utilização do travessão para isolar a explicação enfatiza a força dessa analogia. A escolha das palavras "luta" e "escravatura" carregam consigo um peso histórico e político significativo, condensando a experiência de Carolina em uma imagem poderosa.

Nesse contexto, percebe-se a constituição contraditória exercida pelo meio social sobre a obra, destarte, Orlandi (2005) afirma que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as produzem; ou seja, “tiram” o sentido dessas posições, em relação às ideologias que essas posições se inscrevem. Portanto, a noção de formação discursiva, ainda que controversa, é basal na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção de sentido e a sua relação com o processo ideológico (ORLANDI, 2005).

Biziak (2021) propõe, a partir de uma perspectiva discursiva, reflexão sobre a construção da autoria que não pode ser entendida como anterior ao próprio texto. Ele questiona como se define uma "autoria favelada" e uma "autora favelada" dentro dessa perspectiva, especialmente quando se considera uma escritora que rompe com os pré-conceitos sobre as vidas precárias da favela.

Biziak indaga: “O que seria uma autoria favelada, uma autora favelada na perspectiva discursiva?” (Biziak, 2021, p.7). Notemos a passagem

> 19 de maio
> Deixei o leito as 5 horas. Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal. As aves deve ser mais feliz que nós. Talvez entre elas reina amizade e igualdade. [...] O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer. (JESUS, 2014, p.35).

A autoria de Carolina se afirma na sua capacidade de observar, comparar e expressar a crítica social através de uma linguagem simples, mas carregada de significado. Sua voz autoral se apresenta como a de uma observadora atenta do seu entorno, desde os sons da natureza até a condição humana na favela. Diante disso, a materialidade discursiva se manifesta inicialmente na descrição sensorial do amanhecer: ("Deixei o leito as 5 horas. Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal.") a palavra "sinfonia", geralmente associada a uma composição musical elaborada, eleva o canto dos pardais, conferindo uma beleza poética ao despertar da natureza. Essa idealização contrasta fortemente com a realidade da favela que será apresentada a seguir.

A materialidade do contraste se intensifica na comparação direta: ("As aves deve ser mais feliz que nós."). O uso do verbo "deve ser" expressa uma suposição baseada na observação da aparente liberdade e despreocupação das aves, contrapondo-as à experiência humana na favela. A primeira pessoa do plural "nós" inclui Carolina e seus semelhantes, estabelecendo uma identidade coletiva marcada pela infelicidade.

A reflexão que se segue aprofunda esse contraste: ("Talvez entre elas reina amizade e igualdade."). Os conceitos de "amizade e igualdade" são projetados no mundo animal, idealizando as relações entre as aves como um modelo ausente na sociedade humana, especialmente na desigualdade da favela. Essa projeção revela um desejo por um mundo mais justo e solidário.

A materialidade discursiva culmina na declaração explícita da privação: ("O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer."). A repetição da estrutura comparativa reforça a ideia de um contraste radical. A descrição da insônia causada pela fome ("deitam e não dormem porque deitam-se sem comer") – é uma representação

crua e direta da condição material dos favelados. A materialidade aqui se encontra na concretude da falta de alimento como um fator que impede o descanso, uma necessidade básica.

A autoria de Carolina se manifesta na sua capacidade de estabelecer essas conexões e comparações, revelando um olhar crítico sobre a sua própria realidade social. Ela utiliza a observação da natureza como ponto de partida para uma reflexão profunda sobre a desigualdade e o sofrimento na favela. A sua voz se constrói como a de alguém que, apesar das dificuldades, mantém a sensibilidade para perceber a beleza do mundo natural e a lucidez para analisar as injustiças sociais.

Miranda (2014) reafirma que esta prática literária é articulada à própria experiência do espaço periférico, tornando esta produção, antes de repertório de técnicas literárias, ferramenta que levará ao entendimento e à organização social, seria uma estratégia de ação que romperia a compreensão da literatura como *bem espiritual, fonte de ilustração e prazer desinteressado*, ultrapassando o *campo do estético*, mas apresentando a literatura significada como uma forma de experimentar/habitar a periferia.

Carolina, em sua autoria, deflagrou a realidade em seus cadernos dando um caráter documental. Escrever era um ato iluminado e, ao mesmo tempo, um processo de reflexão sobre a vida dos marginalizados:

> [...] eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (JESUS, 2014, p.32).

A autoria do seu diário, enquanto relato da experiência, está fortemente marcada pela angústia, pela dor, pela inconformidade, pela fome, seus relatos exigem algo que foge aos limites da compreensão humana e que precisa ser documentado. Nesse sentido, a excepcionalidade de sua obra é o relato da fome. É por meio desta autoria que se formula e reformula a realidade marginal, processa e reprocessa dores e angústias, denuncia e traz à tona o subalterno, notemos

> Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas

> a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrivel ter só ar dentro do estomago (JESUS, 2014, p.44).

Este excerto revela a autoria de Carolina Maria de Jesus como uma voz que emerge da experiência direta da fome, reflete as condições de produção da vida na favela, onde a falta de alimento é uma realidade persistente. A descrição da tontura como resultado da fome explicita a dimensão física da pobreza. A comparação com a tontura causada pelo álcool ("A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer.") não apenas intensifica a sensação da fome, mas também estabelece uma distinção crucial: enquanto a tontura do álcool pode levar à euforia, a da fome paralisa e causa sofrimento físico ("nos faz tremer"). Essa comparação, enraizada na experiência cotidiana, oferece uma perspectiva visceral sobre a natureza debilitante da fome. Carolina se posiciona como um sujeito que experiencia a fome em seu corpo e reflete sobre seus efeitos. A utilização da primeira pessoa ("Não tomei café", "ia andando", "Percebi") coloca a narradora no centro da experiência. A percepção de ter "só ar dentro do estomago" é uma constatação angustiante que revela a profundidade da privação. Essa imagem sensorial forte materializa a ausência de alimento e a sensação de vazio no corpo.

A materialidade da linguagem se manifesta na escolha de palavras simples e diretas para descrever sensações físicas extremas: "tonta", "tremer", "ar dentro do estomago". A comparação com o álcool é uma figura de linguagem poderosa que permite ao leitor, mesmo sem vivenciar a fome extrema, ter uma compreensão mais concreta de seus efeitos. A brevidade das frases contribui para a sensação de urgência e desconforto. A frase final, ("Percebi que é horrivel ter só ar dentro do estomago"), formaliza uma constatação visceral, transformando a experiência física em uma reflexão sobre a natureza da fome.

A autoria de Carolina Maria de Jesus como uma voz coletiva que denuncia as condições de marginalização e a falta de oportunidades enfrentadas pelos favelados, também problematiza a visão social comum que imperava entre os habitantes da cidade de São Paulo sobre a vida na favela, que consideravam seus habitantes marginais

> [...] Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (JESUS, 2014, p.55).

Neste trecho, a abertura com o pronome pessoal "Nós" ("Nós somos pobres, viemos para as margens do rio.") estabelece imediatamente uma voz autoral coletiva. Carolina se inclui na experiência da pobreza e da marginalização, falando em nome de sua comunidade. Essa escolha reforça a ideia de que seu diário é também um testemunho da vida de outros favelados, ampliando a sua autoria para além da experiência individual.

A referência às "margens do rio" como o lugar destinado aos pobres e associado ao "lixo e aos marginais" revela a exclusão social e a desvalorização dessa população. A afirmação de que "Gente da favela é considerado marginais" explicita o estigma e o preconceito enfrentados por esses indivíduos, evidenciando as relações de poder e as representações sociais da época.

A materialidade da linguagem se manifesta de forma poderosa na metáfora final: ("Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos"). Essa imagem impactante estabelece uma comparação entre os corvos, tradicionalmente associados à carniça e aos restos, e os homens desempregados, que também são atraídos para as margens do rio em busca de meios de sobrevivência. Essa substituição simbólica revela a profundidade da crise social e da falta de oportunidades, onde seres humanos são relegados a ocupar o lugar de animais em busca de subsistência. A escolha das palavras "substituíram" e a precisão da imagem visual ("homens desempregados" no lugar dos "corvos" perto do "lixo") conferem grande força expressiva à crítica social presente no excerto.

Miranda (2014) afirma que a favela não constituía uma comunidade de pertença para a autora e por meio da sua escrita ela conquista as condições materiais necessárias para sair de lá, pela própria escrita ela ultrapassa lugares de subalternidade ao constituir na linguagem sua subjetividade, a denominação de “escritora favelada” não condiz com a construção literária de Carolina Maria de Jesus, pois restringe seu campo discursivo ao universo do qual ela própria buscou afastar-se (MIRANDA, 2014, p.338).

Quarto de despejo (2014) portanto, apresenta a consequência social do processo de abolição da escravatura. Para Hall, os traços negros, "africanos", escravizados e colonizados, [...] sempre foram não-ditos, subterrâneos e subversivos, governados por uma "logica" diferente, sempre posicionados em termos de subordinação e marginalização (HALL, 2003, p.41). Carolina Maria de Jesus é precursora da Literatura Periférica no sentido de que ela é a primeira autora brasileira de fôlego a constituir a sua escrita a partir das experiências no espaço da favela, sua narrativa traz o cotidiano periférico não somente como tema, mas como maneira de olhar a si e a cidade. Todavia, o cenário de ilusões que a sociedade paulistana projetava com sua falsa imagem de lugar com oportunidades para todos, não foi o suficiente para apagar Carolina e a sua obra na época.

3.2.d Constituição de autoria na obra

A identidade autoral é construída de forma singular e impactante em *Quarto de Despejo* (2014), um ato de insurgência contra a invisibilidade social e literária imposta às mulheres negras, desafia a norma estabelecida ao utilizar uma voz autêntica e pessoal para relatar a realidade de um substrato muito específico social, o favelado. O diário de Carolina é mais do que um simples registro de eventos diários; é uma arma de denúncias e, também, uma estratégia para cuidar das próprias dores. Em suas palavras

> 12 DE JUNHO Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. [...] Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades [...] E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS, 2014, p.50).

A data "12 DE JUNHO" e a menção ao despertar na madrugada ("Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia.") inserem o texto no gênero diário, marcado pela introspecção e pelo registro de pensamentos íntimos. A insônia causada pela preocupação com as "misérias" é o gatilho para o ato de escrever, que se revela como uma forma de refúgio e uma estratégia de enfrentamento da dura

realidade. A autoria, aqui, se apresenta como uma necessidade vital para a narradora.

A materialidade discursiva, sob a ótica de Orlandi (2001) deste excerto reside fundamentalmente na construção de um contraste entre a realidade concreta da favela e a fantasia imaginada através da escrita: a frase inicial sobre as "misérias que nos rodeia" evoca, de forma implícita, as condições precárias da favela, a fome, a pobreza e as dificuldades cotidianas já tematizadas em outros excertos. Essa realidade, embora não detalhada aqui, é o ponto de partida e a motivação para a criação da fantasia. A descrição do "castelo cor de ouro que reluz na luz do sol", com "janelas de prata e as luzes de brilhantes", e o jardim com "flores de todas as qualidades" é rica em detalhes sensoriais e visuais. A escolha de cores vibrantes ("cor de ouro", "prata", "brilhantes") e a menção a elementos de riqueza e beleza (castelo, janelas de prata, flores de todas as qualidades) contrastam radicalmente com a pobreza material da favela. A materialidade discursiva se manifesta nessa linguagem elaborada e na criação de um cenário opulento e idealizado.

A constituição de autoria se revela na capacidade de usar a escrita como uma forma de transcender a realidade opressora. A frase final, ("E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela"), explicita a função da escrita como um mecanismo de defesa psíquica e uma forma de resistência simbólica. Ao criar esse "castelo" através das palavras, Carolina exerce sua agência como autora, moldando um espaço onde ela pode escapar mentalmente da dureza da vida na favela. A autoria, nesse sentido, é um ato de empoderamento individual diante de condições adversas.

A obra *Quarto de Despejo* (2014), levanta questões significativas sobre a natureza da autoridade literária e as implicações de gênero e raça na interpretação da autoria. Ao longo do período da modernidade tardia, as narrativas em torno da autoria feminina evoluíram, particularmente em como elas se cruzam com contextos sociopolíticos mais amplos. Estudiosos notaram que os escritos de Jesus servem como uma forma de resistência simbólica contra os processos diaspóricos enfrentados pelas comunidades afrodescendentes, desafiando noções tradicionais de pertencimento e identidade nacional (VIEIRA & JOHANSON, 2020).

O sentido das palavras é moldado pelas posições ideológicas e históricas de quem as enuncia; o discurso de Carolina reflete diretamente o contexto opressivo de sua vida na favela, onde cada palavra é carregada com o peso de suas experiências. O diário de Carolina, portanto, não é apenas uma narrativa pessoal, mas um espaço onde ela reivindica sua identidade e autonomia, como evidenciado na passagem

> 23 DE MAIO Levantei de manhã triste porque estava chovendo. (...) O barraco está numa desordem horrível. E que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito. Mas é as latas. Se tivesse sabão eu ia lavar as roupas. Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido à reviravolta da vida de um favelado. Cheguei à conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar para cima. E igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela (JESUS, 2014, p.36).

Este trecho demonstra uma autoria não só como uma voz que, apesar das dificuldades materiais evidentes na descrição do barraco e da falta de recursos básicos, busca afirmar a dignidade e compartilha as reflexões sobre a vida na favela com honestidade e sabedoria singulares, mas também sua habilidade de criar um espaço mental alternativo (“quem não tem de ir pro céu”), onde ela pode temporariamente escapar das duras condições que a circundam. Essa fuga demonstra tanto sua resistência às adversidades quanto a construção de uma identidade autoral que se afirma mesmo em meio à miséria.

A materialidade da pobreza e da precariedade é palpável nas descrições: ("O barraco está numa desordem horrível. E que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito. Mas é as latas."), a palavra "horrível" para descrever a desordem do barraco, a falta de sabão, e a correção ("Digo louça por hábito. Mas é as latas.") revelam as condições materiais da sua existência de forma crua e direta. Essa honestidade e a descrição da realidade sem filtros são marcas da autoria de Carolina. A afirmação ("Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido à reviravolta da vida de um favelado.") é um ponto crucial na constituição da autoria de Carolina. Ela se defende de um possível julgamento negativo, reivindicando sua dignidade apesar das condições adversas. A expressão "reviravolta da vida de um favelado" generaliza sua experiência, mostrando que a sujeira não é uma escolha pessoal, mas uma consequência da vida na favela. As conclusões de Carolina expressam uma sabedoria popular e

uma resignação diante da sua realidade: ("Cheguei à conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar para cima. E igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela."), a primeira analogia sugere uma aceitação das limitações e a inutilidade de aspirar a algo inatingível. A segunda comparação explicita o sentimento de não pertencimento e a falta de escolha em relação ao lugar de moradia. Essa materialidade discursiva revela a perspectiva de um sujeito que vive na margem e desenvolve estratégias de compreensão e aceitação da sua condição, revelando a força de sua subjetividade e a potência transformadora de sua escrita. Expressa a dura realidade de seu cotidiano, ao mesmo tempo em que revela uma profunda reflexão sobre a inevitabilidade de sua condição, uma dualidade entre a resignação e a resistência que permeia toda sua obra.

Ao analisar a passagem a seguir, pode-se observar que a autora constrói sua identidade literária de forma que sua própria vida se torna o material bruto da escrita, onde a realidade de Carolina não é apenas descrita, mas vivenciada no ato de escrever

> 14 DE JUNHO ...Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A Vera não vai sair comigo porque está chovendo. (...) Arrumei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. Quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Porque quem não é forte desanima (JESUS, 2014, p.60).

A data "14 DE JUNHO" e a imediata constatação sobre a chuva ("Está chovendo. Eu não posso ir catar papel.") inserem o texto no gênero diário, expondo a vulnerabilidade da autora diante das condições climáticas que impactam diretamente sua fonte de renda. A autoria se manifesta na honestidade com que Carolina compartilha sua dependência do trabalho informal e as consequências da chuva em sua vida. Já a materialidade da pobreza é explicitada na descrição da sua condição em dias de chuva: ("O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes."), as palavras "mendiga", "trapuda" e "suja", assim como a expressão

"uniforme dos indigentes", revelam a dura realidade da sua identidade social nesses momentos de impossibilidade de trabalho. Essa autodefinição, ainda que dolorosa, demonstra a consciência de Carolina sobre o seu lugar social e a forma como é percebida. A menção à chuva como fator determinante da sua condição material é uma marca das condições de produção da sua vida. A decisão de "aproveitar a deixa" e sair para mendigar, mesmo com a filha, revela a sua agência na busca por soluções para a falta de papel. A descrição da busca por ossos no frigorífico ("Arrumei um guarda-chuva velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa.") materializa a sua capacidade de transformar restos em sustento. Essa resiliência e a descrição das suas estratégias de sobrevivência são elementos importantes na construção da sua autoria como uma voz ativa e engenhosa diante da adversidade. A reflexão sobre a desistência e o suicídio ("Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. Quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio.") é um momento crucial. A materialidade da sensação física do desmaio ("Comecei desmaiar") é o limite que a impulsiona à ação. A sua resolução de trabalhar e a rejeição da ideia de suicídio ("Eu não quero desistir da vida. Quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio.") demonstram uma forte afirmação da vida e uma recusa em sucumbir ao desespero. A conclusão final sobre a heroicidade de viver ("Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Porque quem não é forte desanima") generaliza a sua experiência, elevando a luta pela sobrevivência na pobreza a um ato de heroísmo cotidiano.

Em suma, este excerto demonstra a autoria de Carolina Maria de Jesus como uma voz que, mesmo diante da vulnerabilidade e da dura realidade da mendicância, reafirma a sua vontade de viver e a sua capacidade de encontrar soluções para a sobrevivência.

A autoria, para Carolina, não é apenas uma questão de registrar o que é; é uma forma de construir o que poderia ser, uma maneira de resistir às narrativas dominantes e reivindicar sua própria voz em um mundo que tenta apagá-la.

Assim, a análise dessa passagem demonstra como Carolina Maria de Jesus utiliza sua escrita para constituir uma identidade autoral que desafia tanto as limitações impostas pela sociedade quanto as restrições internas que a

pobreza e o desespero tentam impor. Cada palavra se torna um tijolo na construção de sua existência, um ato de resistência que transforma a fragilidade em força e a marginalidade em um espaço de poder.

Diante disso, os estudos de Roger Chartier sobre autoria e a materialidade dos textos desempenham papel significativo na análise da obra de Jesus (2014). Chartier (2021) argumenta que a unidade do autor está inerentemente ligada às condições materiais da produção textual, o que desafia as noções tradicionais de autoria que se concentram apenas no indivíduo. Essa perspectiva permite um reexame de Jesus (2014) como um produto de seu contexto social e uma participante ativa na formação de sua narrativa, enfatizando sua identidade como mulher negra influencia sua voz literária

> Acredito que a melhor maneira para avançarmos uma resposta é introduzir, no quadro de uma reflexão propriamente filosófica, intelectual ou estética sobre a autoria, a dimensão da própria materialidade dos textos, [...] sociologia dos textos, entendendo com isto o estudo do texto tal como ele é, inscrito em suas materialidades. [...] a construção do autor é uma função não apenas do discurso, mas também de uma materialidade, materialidade e discurso que na minha perspectiva de análise são indissociáveis (CHARTIER, 2021,p.62-63).

A contribuição de Chartier (2021) sobre as práticas de leitura fortalece ainda mais a análise de *Quarto de Despejo*. Sua hipótese sobre a relação entre autores, textos, livros e leitores é crucial para entender como a apropriação cultural ocorre na história literária

> [...] o trabalho de reconstrução, mais fino, das significações históricas dadas pelas comunidades de leitores ou de leitores singulares em tal ou tal obra, não pode, de modo algum, construir a economia desta interrogação sobre os efeitos de sentido produzidos pelas formas, ou seja, pelas modalidades sucessivas ou concorrentes de sua inscrição em formas específicas [...] mas, isso pode ser também, nessa perspectiva da materialidade do texto, relativo às próprias formas de sua divisão, de sua organização, de sua pontuação, de seus títulos. Então, tudo o que para nós parece insignificante quando se pensa a obra em uma identidade semântica suficientemente estável para que ela seja claramente designável, torna-se carregado de fortes significações quando a localizamos na série sucessiva ou simultânea de suas leituras, apropriações ou interpretações (CHARTIER, 2021, p.80-81).

Essa dinâmica é essencial para reconhecer como as experiências de Jesus (2014) e a recepção de sua obra desafiam e enriquecem as narrativas culturais do Brasil. A interação entre suas experiências vividas e as interpretações do público pode fornecer *insights* sobre as maneiras pelas quais a literatura serve como um local de resistência e empoderamento.

Carolina Maria de Jesus, com sua obra *Quarto de Despejo* (2014), atraiu significativa atenção crítica tanto no Brasil quanto internacionalmente. Enquanto a mídia brasileira frequentemente abordava sua narrativa com ceticismo, os críticos estrangeiros reconheciam as profundas qualidades humanísticas de sua escrita. O *New York Herald Tribune* descreveu sua obra como "uma crônica assombrosa da fome", destacando sua capacidade de evocar choque e empatia dos leitores. Da mesma forma, um crítico do *Horizon* enfatizou a “verdade raramente contada” em seu trabalho que inspira reações variadas que vão da compaixão à revolução. Em contraste com a aclamação que recebeu no exterior, no Brasil os críticos frequentemente focavam em sua origem socioeconômica, classificando-a como um "produto de uma casta de párias" que espelhava as lutas dos intocáveis na Índia, como observado pelo romancista Alberto Moravia em sua introdução à tradução italiana de sua obra. Essa justaposição de classe e raça dentro do tecido social brasileiro foi fundamental para entender as implicações mais amplas de sua obra. Os críticos argumentaram que as barreiras impostas pela classe eram mais substanciais do que as da raça; no entanto, as críticas que ela enfrentou em relação à sua identidade como mulher negra ilustraram uma expectativa social de que os indivíduos negros no Brasil se conformassem às normas brancas, uma exigência à qual Carolina resistiu notavelmente[9]. O discurso literário e social em torno de seu trabalho evoluiu,

[9] “Diário da Fome,” Manchete, 1960, p.0. Arquivo O Globo. “Da Favela para a Fama,” O Globo, 14 fev. 1977, Arquivo O Globo. Tribuna de Imprensa (Rio de Janeiro), 10 mar. 1961, Arquivo O Globo. Críticos estrangeiros concederam a Carolina mais respeito do que a mídia brasileira, tratando sua história em termos humanos e elogiando a autora por expor misérias sociais e ter a coragem de falar. O New York Herald Tribune caracterizou seu diário como “uma crônica assombrosa da fome..., um documento dramático dos despossuídos que choca e comove o leitor”. O crítico da Horizon observou que o livro continha "a verdade raramente contada que inspira compaixão em alguns, repulsa em alguns e revolução em outros". A revista Life dedicou uma página a ela e a Paris Match publicou uma história mais longa. O romancista Alberto Moravia, em sua introdução à tradução italiana de Quarto de Despejo, contrastou a beleza natural do Brasil com a feiura revelada no diário de Carolina, chamando-a de produto de uma "casta de párias" tão condenada quanto os intocáveis na Índia. A história de Carolina ilustra vários temas que percorrem a sociedade brasileira: o abismo que separa os muito pobres de todos os outros, o desconforto do contato entre membros das classes mais baixas e outros, e o constrangimento

com exposições e estudos contemporâneos enfatizando a importância de suas contribuições para as discussões sobre raça e classe na sociedade brasileira. Conforme observado por curadores refletindo sobre o significado de sua escrita, a prosa de Carolina serve como uma base epistêmica para abordar desigualdades socioeconômicas duradouras e racismo que persistem no século XXI. Por meio de sua narrativa sem remorso, Carolina não apenas documentou suas lutas, mas também deu voz aos marginalizados, desafiando as normas e expectativas sociais dominantes[10]

---

de ter que lidar com uma mulher negra rude que insistia em falar abertamente. Neste caso, as linhas de classe podem ter representado um obstáculo maior à interação do que as linhas raciais, mas as maneiras pelas quais a negritude de Carolina foi martelada por muitos de seus críticos lançam luz sobre a expectativa social no Brasil de que, para uma pessoa negra ser aceita, ela deve se conformar às normas brancas. Carolina não sabia como ou não queria se conformar a tais normas e, portanto, foi descartada como um constrangimento. Fonte: Robert Levine, “O conto preventivo de Carolina Maria De Jesus”. Disponível em**:** https://sites.nd.edu/world-politics-fall-2023/robert-levine-the-cautionary-tale-of-carolina-maria-de-jesus/

[10] No texto curatorial da exposição, elaborado a partir de reflexões registradas em um longo diálogo entre Camila Fontenele e Tiago Gualberto, uma inquietação norteou o processo desenvolvido por eles a partir de setembro de 2023: a complexidade de selecionar uma seleção dentre um número significativo de artistas aspirantes a expor seus trabalhos no 31º MAJ. “Ao observar os 722 inscritos — que passaram por três fases de seleção, inicialmente 114, depois 72, até chegarmos aos 46 selecionados —, percebo a forma fluida e coerente com que essas obras se fortalecem mutuamente, ao mesmo tempo em que geram tensões e contrastes”, diz Camila. Subvertendo cânones brancos, a prosa e a poesia de Carolina são fundamento epistêmico para pensar a sociedade brasileira e perceber que as desigualdades socioeconômicas e o racismo, por exemplo, que a escritora apontava no século XX, continuam presentes no século XXI. E, dada essa estrutura sociocultural brasileira, ainda não construímos estratégias concretas para erradicar essas mazelas do nosso tecido social. “Tão importante quanto reconhecer o mérito da pesquisa destacada desse grupo de 722 artistas aos quais nos dedicamos é entender o papel formativo e educativo construído ao longo das dezenas de edições do MAJ. Ou seja, o gesto de premiar um grupo representativo dessa jovem arte não deve ser separado do gesto de ouvir e oferecer condições de aprimoramento aos demais artistas não selecionados. Em termos curatoriais, as centenas de projetos de pesquisa não selecionados serviram como um grande coro de vozes para nos guiar na identificação de temas, pautas, demandas sociais, políticas e estéticas”, conclui Gualberto. Fonte: Carolina Maria de Jesus: um Brasil para brasileiros - ARTE! Brasileiros. Disponível em: https://pt.artebrasileiros.com.br/arte/artigo/carolina-maria-de-jesus/

4 ELABORAÇÕES LITERÁRIAS NOS LIVROS DIDÁTICOS

Os materiais didáticos, de certo modo, conduzem como a literatura é abordada, uma prática que deverá despertar nos estudantes o prazer pela leitura e abrir portas para mundos imaginários e reflexões profundas sobre a condição humana. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) evidencia que

> Em relação à literatura, a leitura do texto literário, [...], deve permanecer nuclear também no Ensino Médio. Por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs, têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino. Assim, é importante não só (re)colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes (Brasil, 2018, p.491).

Já nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) o objetivo proposto é fornecer uma base sólida para a reflexão sobre as práticas pedagógicas.

> Embora concordemos com o fato de que a Literatura seja um modo discursivo entre vários (o jornalístico, o científico, o coloquial etc.), o discurso literário decorre, diferentemente dos outros, de um modo de construção que vai além das elaborações linguísticas usuais, porque de todos os modos discursivos é o menos pragmático, o que menos visa a aplicações práticas. Uma de suas marcas é sua condição limítrofe, que outros denominam transgressão, que garante ao participante do jogo da leitura literária o exercício da liberdade, e que pode levar a limites extremos as possibilidades da língua (Brasil, 2006, p.49).

Considerando a perspectiva de Louis Althusser (1999b), a BNCC, enquanto diretriz estabelecida pelo Estado, pode ser entendida como uma manifestação do Aparelho Ideológico da Educação (AIE), buscando orientar a formação dos estudantes através da literatura. À vista disto, as OCEM também podem ser compreendidas, na teoria althusseriana, como parte do Aparelho Ideológico da Educação, influenciando as práticas pedagógicas e, por conseguinte, a internalização de certas ideologias relacionadas ao ensino da literatura.

Nesse cenário, torna-se importante examinar como os livros didáticos, muitas vezes o principal recurso utilizado em sala de aula, estão conduzindo o ensino de literatura. Esse exame não é apenas um exercício teórico, mas uma

necessidade prática para os professores, que podem se beneficiar desse tipo de pesquisa ao escolher os materiais mais adequados para suas aulas.

> A lacuna no contato direto com a Literatura percebida no ensino médio leva a considerações sobre as escolhas, já que os três anos da escolaridade e a carga horária da disciplina demandam uma seleção que permita uma formação o mais significativa possível para os alunos. O livro didático [...] pode constituir elemento de apoio para que se proceda ao processo de escolha das obras que serão lidas, mas de forma alguma poderá ser o único (Brasil, 2006, p.64).

A análise dos livros didáticos à luz das OCEM revela uma tendência histórica de se conduzir o ensino de literatura de forma predominantemente cronológica, focada em dados históricos, periodizações e caracterizações de escolas literárias (Zilberman, 2008). Embora essas informações sejam importantes, elas não podem ser o foco exclusivo do ensino literário. A literatura deve ser vivenciada, lida em sua inteireza e compreendida em suas múltiplas camadas de significado, permitindo aos estudantes um contato genuíno com os textos, que os convide à reflexão e à crítica (Candido, 2023).

Para que a literatura exerça plenamente seu papel transformador, é essencial que seu ensino seja conduzido de maneira que vá além da mera transmissão de conhecimentos teóricos. A literatura é uma arte que, quando bem ensinada, contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual e emocional dos estudantes. Contudo, muitos teóricos, bem como as OCEM, têm apontado falhas na maneira como esses conteúdos são abordados nas escolas, sugerindo que os próprios livros didáticos ainda careçam de ajustes para melhor cumprir sua função (Zilberman, 2008; Soares, 2001).

> Esse quadro geral de deslocamentos só será revertido se se recuperar a dimensão formativa do leitor, em processo iniciado no ensino fundamental que, no ensino médio, se perde em objetivos pragmáticos, formulados, sobretudo, nos manuais didáticos que, mais para o mal que para o bem, vêm tradicionalmente cumprindo o papel de referência curricular para esse nível da escolaridade. Acreditamos que os manuais didáticos poderão, a médio prazo, apoiar mais satisfatoriamente a formação do leitor da Literatura rumo à sua autonomia. Se isso ocorrer, os livros didáticos deverão manifestar sua própria insuficiência como material propício para a formação plena de leitores autônomos da Literatura, ao incluir, nas suas propostas didáticas, a insubstituível leitura de livros (Brasil, 2006, p.64).

A literatura, com sua riqueza de significados e capacidade de provocar reflexão, só pode cumprir seu papel formador se for acompanhada pela prática da leitura. Sem leitura, sem a interpretação profunda das obras, a literatura perde seu poder de transformar, de tocar a alma do leitor e de abrir-lhe novas perspectivas.

A leitura literária, portanto, é um processo que vai além da simples decodificação de palavras; ela estabelece relação íntima entre o texto e as experiências pessoais do leitor (Eco, 2003). Dessa forma, a literatura oferece a oportunidade de diálogo entre o indivíduo e o mundo, possibilitando que ele se reconheça nas histórias e nas emoções retratadas nos textos. Esse diálogo é fundamental para a constituição da leitura como uma prática cotidiana. Nesse contexto, a escola, especialmente através das aulas de literatura, desempenha papel fundamental ao guiar os alunos nessa jornada de descoberta e reflexão (Candido, 2023). As aulas devem ser um espaço onde a leitura é incentivada não apenas como uma habilidade técnica, mas como uma prática de liberdade e autonomia, onde o estudante é encorajado a pensar criticamente sobre o que lê, a relacionar o texto com suas próprias vivências e, assim, construir seu entendimento de mundo.

A popularização da cultura literária, contudo, não se dá pela mera apresentação dos clássicos como modelos de valores ideais e inquestionáveis. É preciso que os estudantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos menos favorecidos, vejam a si mesmos como participantes ativos da criação cultural (Zilberman, 2008). Quando a literatura consegue representar o real de maneira que o leitor se reconheça nas narrativas, o texto deixa de ser apenas um objeto de estudo e passa a ser uma ferramenta poderosa de diálogo e contemplação. Esse reconhecimento, essa interação entre o leitor e o texto, permite que a literatura cumpra seu papel formador, preparando o indivíduo para se posicionar nas mais variadas situações da vida cotidiana, contribuindo para sua formação como cidadão crítico e consciente (Freire, 1988).

No entanto, ao se observar o ensino de literatura, a forma como os conteúdos literários são apresentados nos livros didáticos, nota-se forte tendência ao ensino baseado em períodos históricos e escolas literárias (Zilberman, 2008). Essa abordagem, embora tenha seu valor, pode muitas vezes frustrar o encantamento dos alunos com a literatura, especialmente no início do

ensino médio. Os textos da primeira escola literária, por exemplo, podem parecer distantes e difíceis de compreender para estudantes que ainda não desenvolveram plenamente suas habilidades de leitura e assimilação de conceitos (Soares, 2001). Nesse sentido, há o risco de que as aulas de literatura se tornem meros exercícios de memorização de datas e estilos, em vez de momentos de imersão no mundo das ideias e emoções que a literatura tem a oferecer.

Quando os alunos não desenvolvem o gosto pela leitura, isso compromete não apenas sua capacidade de verbalizar o que leram, mas também sua atuação na escola e, em última análise, na sociedade (Candido, 2023). Nesse sentido, podemos interpretar, sob a ótica althusseriana, como uma falha na interpelação ideológica. Pois, se os estudantes não desenvolvem o hábito e o prazer pela leitura, sua internalização dos valores e das normas sociais veiculados pela literatura e pelo sistema educacional como um todo pode ser incompleta ou superficial. A leitura, dentro desse contexto, não é apenas uma habilidade técnica, mas também um meio fundamental de acesso e internalização da ideologia. Um leitor engajado e crítico, idealmente, seria mais suscetível a ser interpelado como um sujeito funcional dentro da estrutura social existente.

Desse modo, o livro didático, que muitas vezes é o único recurso disponível para o aluno, precisa ser usado com critério e consciência. Embora seja um material de apoio valioso, ele não pode substituir a leitura integral de obras literárias (Zilberman, 2008). A preocupação de Zilberman, também mencionada, com o livro didático como recurso único e a necessidade da leitura integral de obras literárias, dialoga com a ideia de que os AIE podem apresentar conteúdos de maneira limitada ou direcionada, moldando a percepção da realidade dos indivíduos. Se o contato com a literatura se restringe a fragmentos ou à mediação excessiva dos manuais didáticos, a experiência ideológica proporcionada pela leitura pode ser empobrecida, limitando a capacidade dos alunos de desenvolverem um pensamento mais autônomo e crítico. A leitura integral de obras literárias, por outro lado, proporcionaria um contato mais direto e complexo com as diversas nuances ideológicas presentes nos textos, permitindo uma internalização mais completa e, potencialmente, mais crítica da ideologia dominante. Portanto, a passagem ressalta como o sucesso do AIE da

educação em sua função ideológica está intrinsecamente ligado ao fomento do gosto pela leitura e ao contato direto com a literatura em sua integralidade.

Mesmo que os livros didáticos estejam repletos de textos literários, isso por si só não garante que os alunos desenvolverão uma verdadeira empatia pela literatura. Para que isso aconteça, é essencial que as leituras feitas em sala de aula sejam significativas, que mobilizem princípios interpretativos verdadeiramente literários, e que a abordagem pedagógica consiga revelar as especificidades linguísticas e culturais dos textos. Muitas vezes, as aulas de literatura se limitam ao estudo de fragmentos ou misturam as obras com outras informações, o que pode diluir a experiência de leitura e afastar os alunos da literatura (Soares, 2001).

É fundamental, portanto, que o projeto educacional destinado a preparar os indivíduos para o exercício competente da cidadania inclua a experiência completa da leitura literária. A leitura de um livro deve ser uma experiência total, que permita ao aluno entrar em contato com a obra em sua integridade, sem fragmentações que possam sacralizar ou diluir seu conteúdo (Eco, 2003). Em muitos casos, o livro didático é o único acesso que o estudante tem à literatura, e por isso ele deve ser utilizado de maneira a aprimorar a leitura e a formar concepções e experiências que realmente contribuam para o desenvolvimento do leitor (Zilberman, 2008). Contudo, é preciso cuidado para que o livro didático não reduza a literatura a um mero pretexto para o ensino da língua, da gramática ou da ortografia, pois isso esvazia todo o sentido da leitura literária.

Abordagens equivocadas no ensino de literatura, como o uso do texto literário apenas como um pretexto ou o foco exclusivo em sua contextualização histórica ou teórica, têm o potencial de causar estragos irreparáveis. Quando o encanto da literatura se perde em meio a dados de menor relevância, os alunos acabam se distanciando da leitura, deixando de experimentar o prazer e a riqueza que os textos literários têm a oferecer (Zilberman, 2008). Sob a lente de Pêcheux (1994), o "arquivo"[11] representa o conjunto de discursos preexistentes que moldam as possibilidades de sentido e as formas de dizer em uma dada sociedade. No contexto do ensino de literatura, o livro didático, como um artefato cultural e pedagógico, seleciona e organiza uma parcela desse "arquivo" literário,

[11] O conceito de arquivo, empregado por Michel Pêcheux será melhor explorado no próximo subtópico.

apresentando às alunas e aos alunos determinados autores, obras e interpretações. As "abordagens equivocadas" – o uso do texto literário como mero pretexto ou o foco excessivo na contextualização – podem ser vistas como formas de restringir o acesso das e dos estudantes à riqueza e à polissemia desse "arquivo" literário. Ao priorizar aspectos periféricos em detrimento da experiência direta com a obra, o ensino corre o risco de apresentar uma versão limitada e desvitalizada do "arquivo", dificultando a apreensão da sua complexidade e do seu potencial para gerar diferentes sentidos.

Por melhor que seja um livro didático, ele é, em última análise, apenas um recurso auxiliar, e sua eficácia depende fundamentalmente da maneira como o professor o utiliza em sala de aula. A postura do docente é decisiva para transformar o livro didático em uma ferramenta eficaz de ensino ou, ao contrário, para torná-lo um obstáculo à verdadeira experiência literária (Candido, 2023). A observação de Candido (2023) sobre o papel crucial do professor ganha relevância nesse cenário. O professor, atuando dentro do AIE e utilizando o livro didático como ferramenta (uma seleção específica do "arquivo"), tem o poder de mediar a relação das alunas e dos alunos com o universo literário, podendo tanto reproduzir abordagens limitadas quanto abrir espaço para uma experiência mais rica e significativa com o "arquivo". A postura do docente, portanto, é um fator determinante na eficácia do AIE em relação ao ensino de literatura e na formação de leitores que consigam interagir de maneira crítica e prazerosa com o vasto "arquivo" da literatura.

4.1 O material didático e a construção de arquivos literários

O livro didático é mais do que um mero repositório de informações; ele é um escultor invisível que molda o imaginário literário dos estudantes, atuando como um mediador cultural essencial que define o que é considerado "literatura". Regina Zilberman (2010) aponta que, ao transmitir não apenas informações, mas também atitudes e valores, o livro didático se transforma em um veículo vital na construção de uma memória literária coletiva. Nesse contexto, ele se assemelha a um aparelho ideológico, na acepção althusseriana, que perpetua certas narrativas e reforça hierarquias sociais e culturais, enquanto marginaliza outras. O livro didático, portanto, não é um instrumento neutro, mas um agente ativo na

formação do campo literário e social. Devemos recordar que a manutenção das condições existenciais vinculadas ao sistema capitalista e às ideologias dominantes ocorre mediante a elaboração de mecanismos específicos, como a propagação de conceitos e a implementação de táticas para preservação do poder estatal, seja por intermédio dos Aparelhos Ideológicos ou dos Aparelhos Repressivos, conforme a teoria de Althusser (1985). Dentro dessa perspectiva, o Estado emprega instrumentos disseminadores de ideologia com o propósito de conservar sua autoridade sobre os grupos sociais marginalizados.

Historicamente, o livro didático tem sido o pilar pedagógico nas escolas, muitas vezes visto como o principal, senão o único, recurso para o trabalho docente. Essa dependência suscita questionamentos sobre a profundidade e criticidade do ensino literário, visto que, como Zilberman critica, a leitura e o conhecimento da tradição literária nacional são predominantemente mediados por esses livros. Frequentemente, os textos são abordados de forma fragmentada, distantes do contato integral com as obras. A crítica de Zilberman evidencia uma limitação inerente ao uso do livro didático, que reduz a literatura a fragmentos e não permite a construção de uma visão crítica e integrada das obras (2012, p.89-90).

Nas aulas de língua e literatura, a dependência do livro didático se traduz em um ensino que pode se tornar superficial e descontextualizado. A distância entre o leitor e o livro, como observado por Zilberman, tende a se ampliar, apesar do aumento no número de estudantes e publicações (2012, p.90). Essa hegemonia do livro didático limita uma abordagem mais rica e diversificada, criando lacunas significativas na formação integral dos alunos.

A seleção e organização dos conteúdos literários nos livros didáticos muitas vezes seguem um processo de canonização que favorece determinadas autorias e exclui outras, especialmente as de vozes marginalizadas, como as de mulheres negras. Cida Bento (2022) observa que as narrativas e vozes dos subalternizados são frequentemente silenciadas ou distorcidas, refletindo as estruturas de poder presentes nos espaços educacionais.

> É na organização da instituição, ao longa da história, que se constrói a estrutura racista. É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena,

> quando presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados. (BENTO, 2022, p. 78).

No Brasil, a literatura de mulheres negras, historicamente negligenciada, sofre um processo de exclusão que perpetua uma visão limitada do campo literário.

Diante disso, Michel Pêcheux (1994) contribui para esclarecer esse processo de canonização estabelecido na organização dos conteúdos literários nos livros didáticos, trazendo luz sobre a questão do arquivo, essa noção, entendida no sentido amplo de "campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão". Não se pode, no entanto, evitar de ler tal noção, a partir de um certo recorte que seria "campo de documentos pertinentes e disponíveis nos livros didáticos, sobre o processo de canonização". Pêcheux (1994) refere-se ao interesse pela "questão da leitura" e evoca a expressão "clivagens subterrâneas" que, sendo contraditórias, resultam em diferentes maneiras de se ler o arquivo

> [...] *a questão da leitura* permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina à clivagem subterrânea entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de *ler o arquivo* [...] reconstruir a história deste sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura "espontânea" reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura [...]. Assim, começaria a se construir *um espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do "trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória históricas em perpétuo confronto consigo mesma".
> A outra vertente da leitura de arquivo [...] tem aderências históricas [...] através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva (Pêcheux, 1994, p.56-57).

Nos livros didáticos, isso resulta na legitimação de certos discursos literários e no segregamento de outros, impactando diretamente a formação da identidade cultural dos estudantes.

A razão disso está justamente situada na questão dos "arquivos literários" constituídos nos livros didáticos. São eles que hoje estão disponibilizando, ou não, dados que permitem uma interpretação do processo de canonização, por exemplo. A ordem que faz a "clivagem subterrânea" que vai recortar o arquivo de determinada maneira. E, finalmente, é o material resultante dessa clivagem que

estará disponível para ser interpretado, e que constituirá, cada vez mais, o arquivo de maior prestígio. Nos livros didáticos, essa construção frequentemente reflete as relações de poder vigentes, marginalizando autorias que não se encaixam nos moldes hegemônicos da produção literária.

O processo de significação das autorias femininas negras nos livros didáticos é um campo de disputa que revela tensões entre inclusão e exclusão, visibilidade e silenciamento. Bhabha (2018) destaca que as identidades culturais e autorais são continuamente negociadas nas interações de poder e resistência, especialmente em contextos pós-coloniais. Portanto, a análise dessas autorias deve considerar as condições históricas e sociais que influenciam sua inserção ou ausência nos materiais educativos.

A inclusão das obras de mulheres negras nos livros didáticos transcende o mero reconhecimento dessas autoras e reflete uma reconfiguração dos cânones literários, promovendo uma revalorização das tradições culturais historicamente marginalizadas. Adorno (1995) afirma que a educação deve ser um espaço de emancipação, onde vozes subalternizadas podem emergir e desafiar as estruturas de dominação. Para Adorno, a educação é não apenas uma ferramenta para a mudança social, mas um motor essencial para a transformação. “A educação deve mudar a sociedade, e a sociedade não pode mudar sem a educação” (Adorno, 1995, p.38).

Nesse sentido, a escola contemporânea deve se engajar na tarefa de revelar e desafiar os mecanismos de dominação e injustiça social que operam dentro de suas paredes. Em vez de perpetuar a superficialidade do conhecimento, a escola precisa promover uma reflexão crítica sobre suas práticas pedagógicas e superar o autoritarismo e o fracasso escolar. A inclusão de autorias femininas negras nos livros didáticos é um avanço fulcral para a democratização do conhecimento literário e para a construção de uma educação mais justa e inclusiva, transformando a escola em um espaço de autonomia e equidade, onde a diversidade de vozes enriquece a experiência educacional e combate injustiças sistemáticas.

A organização e apresentação do conteúdo literário nos livros didáticos são fundamentais para entender como o conhecimento literário é mediado e estruturado no contexto educacional. A seleção, organização e contextualização das obras não são meros processos mecânicos, mas práticas carregadas de

escolhas culturais e pedagógicas. A predominância de autores canônicos em detrimento de perspectivas alternativas, como a literatura de mulheres negras, revela um sistema que reforça a visão dominante sobre a literatura. Segundo Durão (2010), a escolha dos textos muitas vezes privilegia uma tradição literária tradicional, em detrimento de autores que oferecem perspectivas inovadoras, não validadas pelo mercado editorial e normas educacionais.

Roger Chartier (1999) contribui quando esclarece que

> Compreender os princípios que governam a “ordem do discurso” pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculem o escrito). Mais do que nunca, historiadores de obras literárias e historiadores das práticas e partilhas culturais têm consciência dos efeitos produzidos pelas formas materiais. No caso do livro, elas constituem uma ordem singular, totalmente distinta de outros registros de transmissão tanto de obras canônicas quanto de textos vulgares (Chartier, 1999, p.8).

A fragmentação dos textos e a falta de contextualização nos livros didáticos, como observa Nunes (2018), podem limitar a capacidade dos alunos de desenvolver uma compreensão crítica e abrangente das obras literárias. A apresentação fragmentada pode distorcer o contexto original e reduzir a complexidade dos textos, dificultando a formação de uma visão crítica e integrada da literatura. Castro (2014) acrescenta que a falta de uma contextualização adequada impede uma análise mais profunda das questões literárias e culturais envolvidas (Castro, 2014, p.85).

O conceito de arquivos literários nos livros didáticos envolve a criação de um sistema que define e limita o que é considerado relevante e digno de estudo. Essa construção reflete as escolhas editoriais e políticas educacionais predominantes, moldando a percepção dos estudantes sobre o cânone literário (Zilberman, 2012, p.42). Durão (2010) observa que a organização dos textos pode reforçar ou desafiar hierarquias literárias estabelecidas, enquanto a contextualização superficial pode afetar a compreensão crítica dos alunos.

Além disso, as políticas educacionais e práticas pedagógicas influenciam diretamente o conteúdo dos livros didáticos, moldando a forma como a literatura é apresentada e percebida pelos alunos (Lima, 2016, p.101). A inclusão de vozes marginalizadas é essencial para construir uma narrativa literária mais

diversificada e inclusiva, enriquecendo a formação da memória literária coletiva dos estudantes. A reflexão crítica sobre essas influências é fundamental para promover uma educação literária mais inclusiva e representativa.

Em síntese, a construção de arquivos literários nos livros didáticos é um processo complexo que envolve a seleção, organização e contextualização das obras literárias. Os livros didáticos desempenham um papel crucial na formação do conhecimento literário dos estudantes e na percepção do cânone literário. A análise crítica desses materiais deve considerar as escolhas editoriais, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas que moldam a apresentação da literatura, assim como o impacto dessas escolhas na formação da memória literária coletiva. A reflexão sobre esses aspectos é vital para garantir que a educação literária cumpra seu papel transformador e inclusivo.

4.2 A discursividade histórica no material didático

Lajolo e Zilberman (2019) afirmam que o livro didático possivelmente seja uma das modalidades mais antigas de expressão escrita, visto que é uma das condições para o funcionamento da escola (p.159). Ainda afirmam que sua história é das mais esquecidas, por outro lado, a “vendabilidade do didático é certa, conta com o apoio do sistema de ensino e o abrigo do Estado, é aceita por pais e educadores”. Contudo, sua existência depende da “formulação de uma política educacional”, pois, “se a sociedade supõe que a educação dos indivíduos passa pela escola”, então a produção de livros para os estudantes e professores se faz necessária (p.160). E, para isso, tipografias e editoras serão imprescindíveis, mas esse desenvolvimento também decorrerá de política e economia gerenciada pela classe dominante, ou seja, outra vez no governo, e com ele no Estado (p.161). As relações entre políticas educacionais, mercado editorial e práticas docentes, revelam as tensões e negociações que permearam a produção e circulação dos livros didáticos. Dessa forma, o livro didático se estabeleceu como gênero específico no Brasil, desde os primeiros manuais escolares do período imperial até sua transformação em produto cultural e comercial no século XX. Lajolo e Zilberman (2019) demonstram que esses materiais não apenas disseminaram conteúdos educacionais, mas também

promoveram concepções ideológicas sobre nacionalidade, cânone literário e valores sociais.

Nesse pano de fundo, o desenvolvimento histórico dos materiais didáticos no Brasil, iniciou-se com os primeiros compêndios no período imperial, geralmente importados ou adaptados de modelos europeus, que privilegiavam a literatura portuguesa e clássica. Durante o Segundo Reinado, com o surgimento do Colégio Pedro II e a sistematização dos estudos literários, começaram a aparecer manuais que incorporavam timidamente autores brasileiros, ainda sob forte influência da retórica e poética tradicionais (Lajolo; Zilberman, 2019).

Após a Proclamação da República, os livros didáticos passaram a enfatizar cada vez mais a literatura nacional como expressão da identidade brasileira, destacando os movimentos do Romantismo e sua ligação com o projeto de nação. No início do século XX, com as reformas educacionais modernizadoras, esses materiais adotaram abordagens mais historicistas, consolidando a periodização e categorização das escolas literárias que se tornariam canônicas nas décadas seguintes (Lajolo; Zilberman, 2019).

Lajolo e Zilberman (2019) demonstram que, durante o Estado Novo e o período desenvolvimentista, os livros didáticos de literatura refletiram ideologias nacionalistas, reforçando narrativas de progresso cultural e exaltação de certos autores como representantes máximos da brasilidade. Na ditadura militar, com a expansão do sistema educacional e a massificação do ensino, esses materiais sofreram padronização e simplificação crescentes, privilegiando esquemas e sínteses em detrimento da leitura integral das obras. Esse percurso histórico foi fundamental para institucionalizar certas práticas de ensino e legitimação cultural, estabelecendo hierarquias estéticas e critérios de valoração que determinaram quais autores e obras constituiriam o cânone literário brasileiro ensinado nas escolas, perpetuando exclusões de vozes marginalizadas e consolidando uma visão frequentemente eurocêntrica, masculina e elitista da tradição literária nacional (Lajolo; Zilberman, 2019).

A discursividade histórica não é apenas uma forma de relatar o passado, mas uma prática que molda a forma como o passado é compreendido e lembrado. Nos livros didáticos, a forma como os contextos históricos são apresentados contribui para a formação de uma memória histórica nos alunos, influenciando na compreensão dos períodos literários e nas percepções

culturais. A escolha de quais eventos e figuras são destacados e quais são omitidos reflete uma construção discursiva imbuída de valores e interesses sociais específicos. No entanto, essa organização raramente é neutra; ela carrega em si um conjunto de escolhas editoriais que refletem preferências culturais, políticas e ideológicas. O tratamento dos períodos literários pode, muitas vezes, acentuar certos autores e movimentos, enquanto outros são omitidos ou até mesmo sequer conhecidos pelos responsáveis pela curadoria das obras. Através dessas escolhas, o que emerge é uma representação parcial e, em muitos casos, distorcida da história literária, como se observasse um vasto e complexo panorama por meio de uma lente estreita e turva.

Discursos convergem para uma construção de sentido comum onde encontros e confrontos coexistem. No entanto, não existe universalidade, apenas os confrontos em si. Esses confrontos e interações são considerados elementos fundamentais e regulares que constituem a base do processo discursivo.

> A memória não poderia ser concebida como uma esfera plena cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria sentido homogêneo, acumulado ao modo reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos (Pêcheux, 1999, p.56).

À vista disso, a memória desempenha papel crucial na historicidade discursiva, pois constitui uma forma de interdiscurso que dá suporte à produção de significado. Orlandi (2005) aponta que a memória discursiva informa como os indivíduos acessam e empregam conhecimentos pré-existentes em suas declarações, o que, por sua vez, afetam as compreensões de novas informações. Essa dependência da memória discursiva ressalta a importância do contexto histórico na formação das práticas discursivas atuais.

Edward Said, em sua obra seminal *Orientalismo* (2014), discute como as representações culturais são construídas e distorcidas, na maioria das vezes refletindo as relações de poder e dominação. Embora Said se concentre em seu estudo principalmente na construção de *Oriente* pela ótica do Ocidente, sua análise pode ser amplamente aplicada à forma como os períodos literários são representados no material didático. Assim como o *Oriente* foi moldado por

narrativas que serviam a interesses imperialistas, os períodos literários podem ser organizados de maneira a privilegiar certas tradições culturais em detrimento de outras, reforçando uma visão eurocêntrica ou nacionalista da história literária. Essa prática não apenas obscurece a diversidade das tradições literárias mundiais, mas também reforça a ideia de que certas culturas e períodos históricos são mais "centrais" ou "relevantes" do que outros. Como resultado, os estudantes podem internalizar uma visão limitada e empobrecida da literatura, onde o cânone é visto como algo fixo e imutável, em vez de uma construção fluida e contestada. Sobre isso, Orlandi (2007) esclarece que

> Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos, é da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre locutores. Sem esquecer que os próprios locutores (posição do sujeito) não são anteriores à constituição desses efeitos, mas se produzem com eles. Importa ainda lembrar que o limite de uma formação discursiva é o que a distingue de outra (logo, é o mesmo limite da outra), o que permite pensar [...] que a formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma, pois já evoca por si o “outro” sentido que ela não significa (Orlandi, 2007, p.21).

De forma ilustrativa, pode-se imaginar uma biblioteca infinita, onde alguns livros são iluminados por um foco de luz intensa enquanto outros permanecem nas sombras, esse exemplo é particularmente útil para ilustrar esse processo. Nos livros didáticos, essa luz seletiva pode criar a ilusão de que apenas certos textos merecem atenção, ignorando as contribuições literárias de culturas menos representadas. Pode-se dizer que a organização dos períodos literários é uma prática discursiva que molda e regula o que é considerado conhecimento legítimo, mantendo certas narrativas no centro do discurso enquanto outras são silenciadas, ou seja, deslegitimadas. Contudo, os livros didáticos frequentemente simplificam ou omitem as complexas relações entre a literatura e o contexto em que foi criada, oferecendo uma visão descontextualizada que pode obscurecer as dinâmicas sociais subjacentes às obras.

Nesse aspecto, Chartier (1997) salienta que para o entendimento dessa historicização do literário, ou seja, a análise de como acontecem as alterações,

no tempo e espaço, entre o que é tido como literário ou não, faz-se necessário o estudo de algumas construções sobre literariedade

> [...] a variação dos critérios que definiram a literariedade em diferentes períodos, os dispositivos que constituíram os repertórios das obras canônicas, as marcas deixadas nas próprias obras pela economia da escrita em que foram produzidas (segundo as épocas e as possíveis coerções exercidas pela instituição, pelo patrocínio ou pelo mercado), ou ainda, as categorias que construíram a instituição literária (como as noções de autor de obra, de livro, de escrita, de copyright etc.) (Chartier, 1997, p.68-69, grifo do autor).

Desse modo, a ausência de uma análise crítica das influências históricas, culturais e sociais não apenas empobrece a compreensão da literatura, mas também perpetua uma visão estática e apolítica, que ignora seu potencial como forma de resistência e transformação social. Como resultado, os estudantes podem desenvolver uma compreensão distorcida da história literária, onde a criatividade e a inovação são vistas como prerrogativas de certas culturas, enquanto outras são relegadas à periferia.

Essa simplificação cria uma percepção histórica linear, onde os eventos são desconectados de suas causas e consequências mais amplas, impedindo os alunos de desenvolverem uma compreensão mais profunda e dialética da história cultural e literária. Como resultado, a literatura deixa de ser um campo fértil para a indagação e análise, transformando-se em uma coleção de fatos consumidos passivamente.

Se a literatura é apresentada como uma série de movimentos e estilos que evoluem de maneira progressiva e linear, os alunos podem internalizar a ideia de que o desenvolvimento cultural é inevitável e unidimensional, negligenciando as rupturas, regressões e contradições que caracterizam a história real. Em contrapartida, uma abordagem que enfatize a complexidade, a diversidade e a polifonia dos contextos históricos pode promover uma percepção mais crítica e dinâmica da literatura, onde o passado é visto como um campo de disputa e negociação, em vez de uma sequência de eventos fixos e inquestionáveis.

Os silenciamentos de outra perspectiva histórica nos livros didáticos são frequentemente sutis, mas suas implicações para a formação dos estudantes são profundas. Chimamanda Ngozi Adichie, em sua obra *O perigo de uma*

história única (2019), enfatiza que a prevalência de histórias únicas na literatura pode distorcer a realidade e limitar a compreensão dos leitores sobre diferentes culturas e identidades. Por exemplo, ela relata suas próprias experiências de ser vista por uma lente singular como uma africana, onde as pessoas frequentemente fazem suposições baseadas somente em estereótipos, como a crença de que os africanos vivem na pobreza sem acesso a conveniências modernas (Adichie, 2019). Esse fenômeno destaca como a literatura pode refletir e moldar atitudes sociais, perpetuando uma narrativa limitada que negligencia a natureza multifacetada da vida das pessoas. Adichie (2019) aponta

> É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer "ser maior do que outro". Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder.
> O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, p.22-23).

Isso posto, para neutralizar o impacto de histórias únicas, há um apelo crescente por vozes e narrativas diversas dentro da literatura. Isso implica promover histórias que capturem a complexidade de identidades e experiências em vez de reforçar retratos simplistas. A responsabilidade dos materiais didáticos de literatura é primordial para dissipar histórias únicas. Autores, particularmente aqueles de origens marginalizadas, são instados a reivindicar e compartilhar suas narrativas, oferecendo contranarrativas que desafiam as perspectivas dominantes. Ao fazer isso, eles não apenas enriquecem o cânone literário, mas também promovem efeitos de sentidos entre os leitores. A insistência de Adichie na importância da narrativa diversificada ressalta a ideia de que a literatura não deve apenas refletir uma experiência singular, mas, em vez disso, celebrar a pluralidade das vidas humanas.

Diante disso, adotar uma postura crítica em relação ao ensino de literatura estabelecido nos materiais didáticos, que incite uma leitura que não apenas aceite as narrativas impostas, mas que as desafie e desconstrua, revelando as tramas ideológicas subjacentes.

4.3 Apresentação dos corpora dos livros didáticos e sua historicização no IFSP Sertãozinho

Esta seção se abre para uma reflexão profunda sobre o papel do material didático como um veículo de transmissão de conhecimentos, valores e perspectivas históricas. Ao abordar o conceito de "*corpus*" de um livro didático, adentra-se na ideia de que cada obra destinada ao ensino não é apenas uma coleção de textos organizados em capítulos. O *corpus* aqui se refere ao conjunto orgânico de elementos que compõem a obra, incluindo textos, atividades, orientações pedagógicas e, sobretudo, as intenções e ideologias subjacentes que perpassam sua elaboração.

Diante dessa perspectiva, o livro *Veredas da Palavra*, utilizado no Instituto Federal de São Paulo – Campus Sertãozinho, merece uma análise que vá além de sua simples descrição técnica. Editado pela editora Ática e escrito por Roberta Hernandes Alves e Vima Lia Martin, o material didático apresenta-se como uma ferramenta projetada para guiar os estudantes através dos vastos caminhos da Língua Portuguesa, com enfoque especial nas literaturas brasileira, portuguesa e africana de língua portuguesa. As autoras, ambas doutoras em Letras pela Universidade de São Paulo, trazem para o livro não apenas seu conhecimento acadêmico, mas também uma proposta pedagógica que busca sensibilizar os alunos para a diversidade cultural e literária que compõe a lusofonia (Alves; Martins, 2016).

As pretensões das autoras, explicitadas na apresentação do livro, são ambiciosas: desejam não apenas fornecer subsídios para a compreensão dos textos literários, mas também transformar a leitura em uma experiência capaz de moldar sujeitos mais sensíveis, éticos e criativos. Ao propor que os estudantes conheçam de forma sistematizada as diferentes literaturas em língua portuguesa, as autoras sublinham a importância da leitura como um meio de descoberta do "outro" e, consequentemente, da própria identidade (Alves; Martins, 2016).

A estrutura da coleção *Veredas da Palavra* é cuidadosamente planejada para oferecer uma ampla gama de atividades e recursos que buscam facilitar o aprendizado e a reflexão nos alunos. Esta coleção é composta por três volumes, sua primeira edição ocorreu em 2016. Cada volume é composto por cinco unidades e cada unidade possui quatro capítulos que abordam aspectos

específicos da língua e da literatura, sempre com um olhar interdisciplinar que conecta os conteúdos literários com outros campos do saber. A seção introdutória "Para começar” visa situar os alunos dentro dos contextos culturais e históricos dos textos, permitindo uma imersão mais profunda no universo literário (Alves; Martins,2016).

Compõe o material destinado aos docentes o “Manual do Professor” que está estruturado em três seções para apoiar o trabalho dos professores. A primeira seção apresenta as bases teóricas que fundamentam o ensino e aprendizagem de língua portuguesa na coleção, incluindo reflexões sobre leitura literária e o ensino das literaturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Esta obra adota uma visão sociointeracionista[12] e discursiva no trabalho linguístico, rejeitando métodos puramente expositivos em favor de uma abordagem que estimula a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento incentivando-os a expressarem-se, fazer conexões, realizar deduções, utilizar conhecimentos anteriores, engajarem-se em debates e formar opiniões próprias. Na perspectiva sociointeracionista, entende-se que o conhecimento é construído por meio de interações entre os próprios estudantes e entre estudantes e professores, sempre considerando o contexto histórico. O educador, atuando como mediador, evita oferecer soluções definitivas, preferindo responder às indagações com novos questionamentos, apresentar comparações e alternativas, sugerir possibilidades e negociar significados, desafiando os alunos a utilizarem seus conhecimentos prévios e a confrontá-los com as devolutivas do professor. A interação por meio da linguagem requer do educador uma prática fundamentada na mediação, no diálogo e na negociação constantes. O resultado desse esforço é a formação de estudantes criativos, capazes de estabelecer analogias, comparar informações e analisar dados, desenvolvendo assim suas próprias redes de conexões cognitivas durante o processo de aprendizagem.

A segunda seção detalha a organização da coleção, descrevendo suas seções didáticas, boxes e ícones criados para facilitar o aprendizado, além dos conteúdos de cada volume. A terceira seção oferece sugestões de leituras complementares para que os professores sugerirem aos alunos, orientações

[12] Teoria sociointeracionista, cujo precursor é L.S. Vygotsky, o qual propõe que a unidade do conhecimento se encontra na relação entre o homem e meio, sujeito e objeto, num movimento dialético. Fonte: https://www.scielo.br/j/pe/a/GBtR5zxdGdB3hmJpmRcT9mx/?format=pdf

didáticas e referências bibliográficas específicas para enriquecer o conhecimento sobre os temas de cada capítulo. O Manual também proporciona diversas atividades extras, como pesquisas, apresentações orais, debates, análise de textos verbais e não verbais, apreciação de filmes e questões avaliativas. As autoras evidenciam que as características de cada turma e as condições específicas de cada escola devem guiar as escolhas do professor, pois o objetivo da obra é fornecer possibilidades que auxiliem no planejamento e na condução de aulas dinâmicas, capazes de promover o protagonismo dos alunos em seu processo de formação (Alves; Martins,2016).

À luz de entendimento para a historicização deste material didático no contexto do IFSP – Campus Sertãozinho, faz-se importante elucidar, mesmo que de maneira suscinta o Projeto Político Pedagógico (PPP) desta instituição de ensino, pois este documento define a identidade e os caminhos a serem trilhados para um ensino de excelência. Na concepção de seu PPP o IFSP – Campus Sertãozinho contou com a colaboração do seu público interno e externo, visando uma concepção pedagógica que dialogue com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), sua identidade é a interação entre os objetivos a partir de reflexões e construções para que seja possível defender a educação pública de qualidade. O documento foi formulado de forma democrática de acordo com as políticas públicas educacionais, pensado na organização do trabalho pedagógico do instituto, no desenvolvimento dos estudantes e nas formas para que estes possam contribuir para a sociedade.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFSP - Câmpus Sertãozinho encontra-se em domínio público em seu website institucional. Traz uma linguagem clara e objetiva, facilitando, assim, o acesso a este documento informativo, busca em sua concepção pedagógica refletir um projeto de identidade institucional apoiada nas dimensões conceituais histórica, ética, política, científica, tecnológicas presentes em seus princípios e diretrizes de atuação, dialogando com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) (PORTAL SRT – Transparência Documentos, 2025).

Isto posto, o livro didático utilizado no Ensino Médio do Instituto Federal de São Paulo – Campus Sertãozinho, objeto desta análise, foi constituído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Sua análise permitirá desvendar as camadas que compõem a apresentação das autoras Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus.

Maria Firmina dos Reis, uma das pioneiras na literatura brasileira e uma voz fundamental para a compreensão das lutas e representações das mulheres negras no século XIX é apresentada no volume 2, capítulo 14, página 250 da coleção *Veredas da Palavra*, sob a seção “Atividades” que objetiva apresentar aos estudantes questões inéditas ou retiradas dos vestibulares, possibilitando roteirizar a leitura e desenvolver a capacidade leitora (Alves; Martin, 2016, p.4).

Reprodução/Editora Presença



Outra autora fundamental no período foi a maranhense **Maria Firmina dos Reis** (1825-1917), considerada hoje a primeira romancista do Brasil. Sua origem negra levou-a à militância contra a escravização e ela fundou, em 1880, numa atitude ousada para a época, uma escola mista e gratuita para crianças em sua cidade natal, São Luís. Ao longo da vida, atuou como professora, folclorista (na recolha e preservação de textos da literatura oral) e compositora. Como escritora, produziu *Gupeva* (1861), romance de temática indígena, e *Úrsula* (1859), romance folhetinesco que aborda a escravização a partir de um ponto de vista completamente inovador, se comparado a outros romances abolicionistas do século XIX. De fato, foi como mulher e afrodescendente que a autora narrou o drama da jovem Úrsula, expressando, por meio da ficção, seu pertencimento ao universo feminino e afro-brasileiro. O pesquisador Eduardo de Assis Duarte, ao se referir ao trabalho de Maria Firmina dos Reis, afirma:

> Com seu gesto – sob muitos aspectos inaugural – Maria Firmina aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia de injustiças há séculos arraigadas na sociedade patriarcal brasileira e que tinham no escravo e na mulher suas principais vítimas
>
> DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: *Úrsula*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

Finalizando esta seção apresenta-se o texto: "Um pouco da história das mulheres escritoras no Brasil", nele Maria Firmina dos Reis emerge como uma figura de resistência em um cenário literário e social que relegava as mulheres, e particularmente as mulheres negras, à invisibilidade. Ao lado de outras precursoras como Nísia Floresta, Firmina é destacada não apenas por sua produção literária, mas por sua militância e inovação em um período em que a voz feminina era sistematicamente silenciada. Em consonância com Orlandi (2001) em primeiro lugar, o texto em si apresenta Maria Firmina dos Reis como uma figura "fundamental" e a "primeira romancista do Brasil", o que já estabelece uma posição de relevância e pioneirismo. A menção à sua "origem negra" é imediatamente conectada à sua "militância contra a escravização", indicando uma leitura onde a identidade da autora é intrínseca à sua produção e engajamento social. A descrição de suas ações, como fundar uma escola mista

e gratuita em 1880, ressalta uma atitude "ousada para a época", o que convida o leitor a considerar o contexto histórico e social da autora e a reconhecer sua atuação para além da escrita. Em segundo lugar, as condições do leitor também influenciam a produção de sentido. Um leitor com algum conhecimento sobre a história da literatura brasileira do século XIX pode reconhecer a importância de Maria Firmina dos Reis e a relativa invisibilidade de autoras negras nesse período. Para um leitor menos familiarizado, o excerto serve como uma introdução que busca resgatar e valorizar essa figura. A menção à sua origem e militância pode despertar diferentes reações e interesses nos leitores, dependendo de suas próprias experiências e conhecimentos prévios sobre questões raciais e de gênero na história do Brasil. Em terceiro lugar, as condições sócio-históricas de produção do próprio excerto também são relevantes. Este texto está em um material didático com o objetivo de apresentar e valorizar a obra de Maria Firmina dos Reis. A escolha de palavras e a ênfase em sua identidade e pioneirismo sugerem um contexto contemporâneo onde há uma crescente preocupação em reconhecer e dar visibilidade a vozes que foram historicamente marginalizadas na literatura brasileira. Dessa forma, a materialidade discursiva do excerto, marcada pela valorização da autora, pelo destaque de sua identidade e militância, e pela caracterização inovadora de sua obra, direciona a produção de leitura para o reconhecimento da importância de Maria Firmina dos Reis como uma figura singular na história da literatura brasileira, cuja voz ecoa as experiências do universo feminino e afro-brasileiro do século XIX.

Já a apresentação de suas obras, "Gupeva" e "Úrsula", oferece pistas sobre o conteúdo de sua escrita. "Úrsula" é caracterizado como um "romance folhetinesco" que aborda a escravização de um ponto de vista "completamente inovador", especialmente quando comparado a outros romances abolicionistas do século XIX. Essa informação direciona a leitura para a busca dessa inovação, possivelmente relacionada à perspectiva de gênero e raça. A frase final explicita essa relação: "De fato, foi como mulher e afrodescendente que a autora narrou o drama da jovem Úrsula, expressando, por meio da ficção, seu pertencimento ao universo feminino e afro-brasileiro".

Complementarmente, sob a luz de Eni Orlandi (2001), a leitura parafrástica, que busca o reconhecimento do sentido dado pelas autoras (do

excerto, neste caso), é facilitada pelos elementos determinados que identificamos. O excerto apresenta fatos sobre Maria Firmina dos Reis: seu período de vida, sua origem maranhense, o reconhecimento como primeira romancista do Brasil, sua militância contra a escravidão e os títulos de suas obras principais. O tipo de discurso, predominantemente informativo e biográfico introdutório, direciona o leitor a apreender essas informações de maneira objetiva. O sujeito da enunciação, ao apresentar a autora com termos valorativos e destacar fatos relevantes de sua biografia e obra, busca transmitir um sentido claro sobre sua importância e pioneirismo. Assim, o leitor pode facilmente parafrasear o excerto, reproduzindo as informações básicas sobre quem foi Maria Firmina dos Reis e qual sua relevância.

No entanto, a leitura polissêmica, que se abre para a atribuição de múltiplos sentidos ao texto, também é fortemente convocada pelo excerto, especialmente ao considerarmos os elementos indeterminados e a atuação do sujeito textual. A afirmação de que sua abordagem da escravidão em "Úrsula" foi "completamente inovadora" abre espaço para diferentes interpretações sobre a natureza dessa inovação. O pertencimento ao "universo feminino e afro-brasileiro" evocado no excerto pode gerar diversas reflexões sobre as experiências e perspectivas que essa identidade traz para a sua escrita. O fato de ser "considerada hoje" a primeira romancista do Brasil sugere um processo histórico de reconhecimento que pode ser interpretado sob diferentes ângulos, considerando as questões de cânone literário e representatividade. O sujeito textual, o "nós" implícito que reconhece a importância da autora, também convida o leitor a se posicionar e a construir seus próprios sentidos em relação à figura de Maria Firmina dos Reis e ao seu legado.

Dessa forma, a leitura deste excerto opera em uma tensão produtiva entre o determinado e o indeterminado (Orlandi, 2001), entre a busca pela apreensão do sentido pretendido pelas autoras do excerto e a possibilidade de o leitor construir múltiplos significados a partir das informações fornecidas e de suas próprias condições de leitura.

Ainda assim, Firmina é reconhecida como a primeira romancista do Brasil, uma mulher que, por meio de sua obra *Úrsula* (1859), trouxe à tona questões cruciais sobre a escravidão e a condição feminina, ao mesmo tempo em que desafiava as convenções do Romantismo brasileiro. Como, pode-se notar na

citação em destaque de Eduardo de Assis Duarte, Firmina coloca o romance romântico como uma importante ferramenta política ao denunciar as injustiças profundamente enraizadas na sociedade patriarcal brasileira, expondo as opressões que vitimavam principalmente escravos e mulheres ao longo dos séculos (Alves; Martin, 2016, p.250).

No entanto, ao mesmo tempo em que as autoras cumprem o papel de introduzir Maria Firmina dos Reis e suas contribuições literárias, a análise discursiva revela que essa apresentação é apenas um passo inicial, deixando de lado uma discussão mais aprofundada sobre a extensão e o impacto de sua obra. A biografia e a análise da obra de Firmina são apresentadas de forma resumida, o que, embora necessário para a formatação de um livro didático, corre o risco de diluir a complexidade e a profundidade de sua contribuição. A literatura de Firmina, que aborda não apenas a escravidão, mas também a resistência cultural e a construção de uma identidade, poderiam ser exploradas com mais ênfase nas atividades e discussões propostas ao longo do capítulo. Zolin (2019) aponta que diversos estudiosos da literatura têm se dedicado a recuperar e analisar sob novas perspectivas a produção literária de autoria feminina, estabelecendo um movimento de historicização que funciona como contraponto à ideologia dominante que tradicionalmente controlou o saber sobre a literatura,

> passemos a perscrutar algumas obras representativas da trajetória da literatura de autoria feminina no Brasil, buscando salientar como se processa, no âmbito da história narrada, cada uma das fases referidas[13]. Podemos tomar como representantes genuínos da fase 'feminina", de internalização dos valores vigentes, cujas obras são marcadas pela reduplicação da tradição, tanto no que se refere às questões éticas e ideológicas, como no que tange às estéticas, os romances *Úrsula* (1958), de Maria Firmina dos Reis; [,,,] reduplica os valores patriarcais, através de seu estilo gótico-sentimental, enquadrado nos padrões românticos. [,,,] Neste típico romance da fase feminina, tudo é construído de acordo com a mais estrita ideologia patriarcal, em que a mulher não tem voz, nem vez; a maior arma de que dispõe para atingir seus objetivos é o pranto (Zolin, 2019, p.323).

[13] De acordo com Zolin (2019), Showalter (1985) estabelece as fases da tradição literária de autoria feminina em: fase feminina, fase feminista e fase fêmea (ou mulher).

A escolha de obras como *Úrsula* (2018) para exemplificar a literatura romântica brasileira é significativa, mas o livro didático poderia ir além, oferecendo uma análise comparativa entre as obras de Firmina e de outros autores canônicos do Romantismo, como José de Alencar e Gonçalves Dias, para mostrar como Firmina dialoga com e ao mesmo tempo subverte as narrativas predominantes de sua época. A obra *Gupeva* (1861), por exemplo, que lida com a temática indígena, poderia ser usada para discutir a construção da identidade nacional e as representações do outro na literatura brasileira, temas centrais no Romantismo, mas que Firmina aborda a partir de uma perspectiva marginalizada.

A forma como a obra de Maria Firmina dos Reis é abordada no livro didático também reflete uma questão mais ampla sobre a inclusão de vozes subalternizadas nos estudos literários. Como discutido por Regina Zilberman (2010) (2012) a seleção de textos nos livros didáticos tende a seguir um cânone que privilegia autores e obras que já foram validados pela tradição literária, muitas vezes em detrimento de outras vozes que desafiam essa tradição. A inclusão de Firmina na coleção *Veredas da Palavra* deve ser acompanhada por uma abordagem pedagógica que realmente permita aos estudantes se engajarem criticamente com suas obras, compreendendo não apenas seu contexto histórico, mas também seu potencial disruptivo.

Além disso, a presença de Maria Firmina dos Reis na coleção *Veredas da Palavra* poderia ser usada para fomentar uma discussão sobre a importância da literatura de autoria feminina e negra no desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã. O reconhecimento de Firmina como uma pioneira na literatura brasileira é um passo importante, mas é crucial que esse reconhecimento se traduza em práticas pedagógicas que incentivem os alunos a explorar e valorizarem as diversas vozes que compõem o tecido literário brasileiro.

Em resumo, a apresentação de Maria Firmina dos Reis na coleção *Veredas da Palavra* representa um avanço contraditório na inclusão de autoras negras e suas contribuições no ensino da literatura brasileira. Nossa análise sugere que há espaço para uma abordagem mais profunda e integrada, que não apenas apresente Firmina como uma figura histórica importante, mas que também explore as nuances de sua obra e sua relevância contínua no debate sobre raça, gênero e literatura no Brasil. Ao fazer isso, o livro didático poderia

não apenas cumprir seu papel educativo, mas também inspirar os alunos a se engajar mais profundamente com a literatura e com as questões sociais que ela levanta.

A análise da apresentação do capítulo 18 sobre "Realismo e Naturalismo" na coleção *Veredas da Palavra* revela um esforço em contextualizar historicamente o surgimento e a consolidação desses movimentos literários no Brasil, especialmente à luz das profundas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no final do século XIX.

> As últimas décadas do século XIX foram bastante agitadas no Brasil. A abolição da escravatura em 1888, o fim da Monarquia e o início da República em 1889 são fatos indicativos das mudanças que ocorreram no país como consequência de uma crise social profunda que se arrastava desde os tempos coloniais e que alguns escritores românticos, como José de Alencar e Castro Alves, já haviam apontado. Essa crise, decorrente da nossa condição colonial, estava ligada ao atraso do país em relação aos países mais desenvolvidos e ao descompasso existente entre o modo de vida das elites nacionais e o modo de vida da maioria da população trabalhadora (Alves; Martin, 2016, p.309).

A narrativa destaca a tensão entre a modernização econômica e a persistência de profundas desigualdades sociais, refletidas na vida urbana crescente e na crise social que culminou na abolição da escravatura e no advento da República. As autoras acertam ao situar a produção literária realista e naturalista como uma resposta a esse contexto de crise e transformação, sublinhando a importância de uma literatura que se volta para a análise crítica e objetiva da realidade social, distante do idealismo romântico que a precedeu.

Machado de Assis e Aluísio Azevedo são corretamente identificados como os principais expoentes dessas correntes literárias, cujas obras oferecem uma janela para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas da época.

> No âmbito literário, os princípios realistas e naturalistas, assimilados por nossos escritores, abriram espaço para a produção de uma literatura de caráter analítico, voltada para a representação mais objetiva e crítica da nossa realidade social. Entre os escritores realistas brasileiros, destacam-se Machado de Assis e Raul Pompeia, autor de um romance intitulado *O Ateneu*. Na vertente naturalista, o escritor Aluísio Azevedo é o principal escritor do período (Alves; Martin, 2016, p.309).

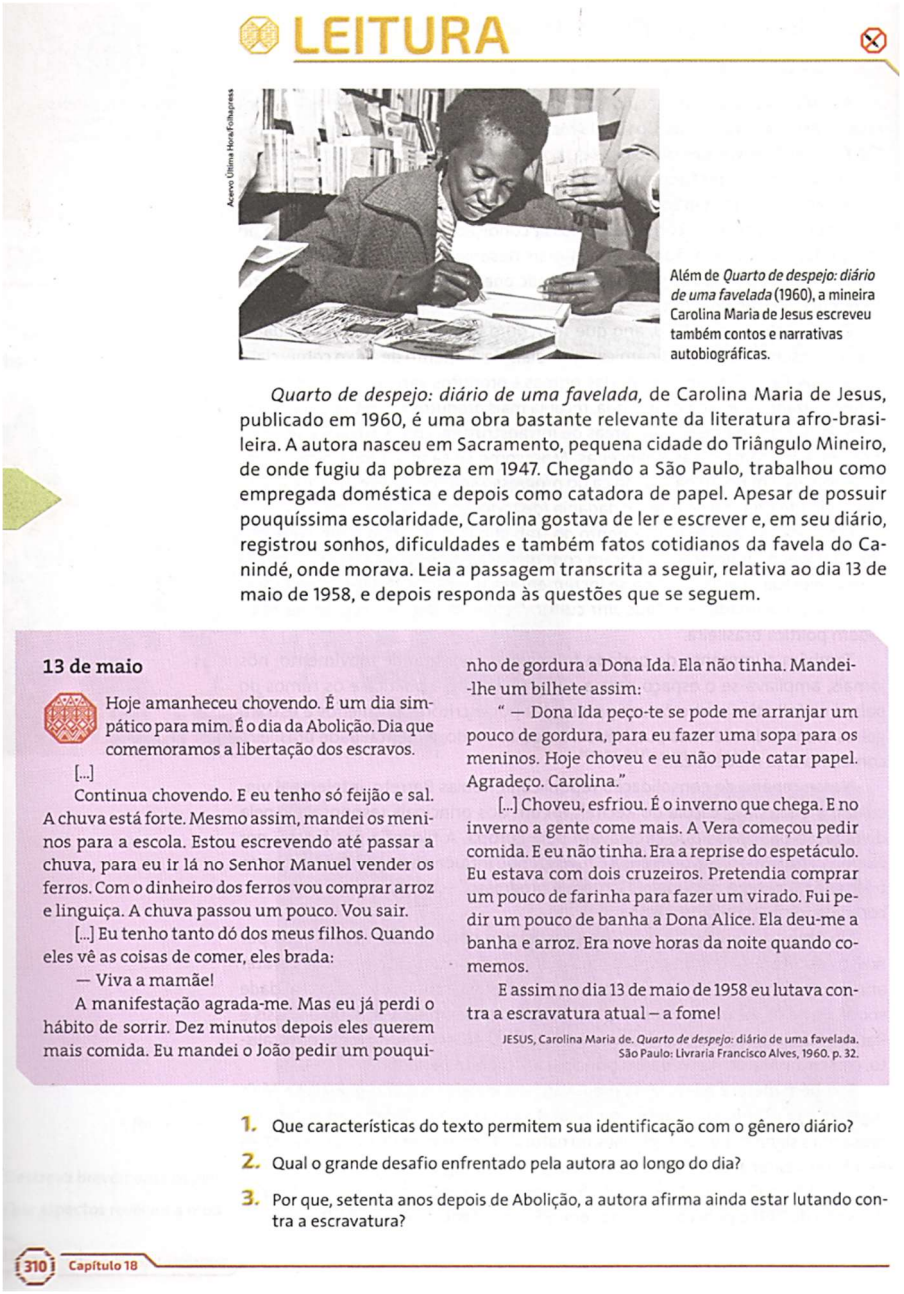
O Realismo, com seu foco na psicologia e na moralidade individual, e o Naturalismo, com sua ênfase nas forças sociais e biológicas que moldam o comportamento humano, são apresentados como movimentos complementares, ambos profundamente enraizados na análise da sociedade brasileira do final do século XIX. A apresentação do capítulo é robusta em traçar essas linhas de continuidade e ruptura com o Romantismo, destacando como os escritores da época se apropriaram das correntes europeias para moldar uma literatura que fosse ao mesmo tempo universal e profundamente brasileira.

No entanto, ao avançarmos para a análise de como as autoras abordam a figura de Carolina Maria de Jesus e sua obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, emerge uma questão crucial sobre como essa inclusão se dá dentro do panorama literário estabelecido pelo Realismo e Naturalismo. Carolina Maria de Jesus, uma escritora que, ao contrário dos grandes nomes canônicos do século XIX, escreveu a partir das margens da sociedade, oferece uma visão visceral da vida nas favelas de São Paulo na segunda metade do século XX. Sua obra *Quarto de Despejo*, com uma narrativa que é tanto literária quanto documental, é uma denúncia das condições sub-humanas em que viviam (e ainda vivem) milhares de brasileiros e brasileiras, um texto que poderia ser lido como uma continuação das preocupações realistas e naturalistas, mas que também as desafia e expande.

As autoras de *Veredas da Palavra* mencionam brevemente Carolina Maria de Jesus, destacando *Quarto de Despejo* como uma obra que oferece uma visão direta e crua da vida na favela. A inserção de Carolina Maria de Jesus detém-se a uma página, está no volume 2 da coleção *Veredas da Palavra*, capítulo 18, página 310, entre os títulos: “Aspectos das literaturas realista e naturalista no Brasil” e “A originalidade das obras de Raul de Pompeia e Aluísio de Azevedo”, indicada na seção “Leitura” que tem por objetivo apresentar textos de diversos gêneros pertinentes ao tema do capítulo e contribuir para a construção do aprendizado dos estudantes (Alves; Martin, 2016, p.4), destacam a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* caracterizando-a como uma obra bastante relevante na literatura afro-brasileira[14], apresenta um fragmento da obra seguido de três perguntas referidas ao trecho apresentado.

[14] O termo “afro” é amplamente questionando por Luiz (Cuti) Silva em seu artigo*: Quem tem medo da palavra negro*, pois explora como a sociedade brasileira evita usar a palavra "negro",

O fragmento da obra de Carolina Maria de Jesus, escolhido pelas autoras, narra a dura realidade de lutar contra a fome no dia 13 de maio, aniversário da abolição da escravatura, é profundamente simbólico e carregado de significado. Este trecho não apenas destaca a continuidade da opressão racial e social após a abolição, mas também coloca em evidência o fracasso do projeto republicano e modernizador em integrar as populações negras e pobres na sociedade brasileira de maneira digna.



LEITURA

Acervo Última Hora/Folhapress

Além de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), a mineira Carolina Maria de Jesus escreveu também contos e narrativas autobiográficas.

Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, publicado em 1960, é uma obra bastante relevante da literatura afro-brasileira. A autora nasceu em Sacramento, pequena cidade do Triângulo Mineiro, de onde fugiu da pobreza em 1947. Chegando a São Paulo, trabalhou como empregada doméstica e depois como catadora de papel. Apesar de possuir pouquíssima escolaridade, Carolina gostava de ler e escrever e, em seu diário, registrou sonhos, dificuldades e também fatos cotidianos da favela do Canindé, onde morava. Leia a passagem transcrita a seguir, relativa ao dia 13 de maio de 1958, e depois responda às questões que se seguem.

13 de maio

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

[...]

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no Senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

[...] Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer, eles brada:

— Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim:

" — Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude catar papel. Agradeço. Carolina."

[...] Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era nove horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960. p. 32.

1. Que características do texto permitem sua identificação com o gênero diário?
2. Qual o grande desafio enfrentado pela autora ao longo do dia?
3. Por que, setenta anos depois de Abolição, a autora afirma ainda estar lutando contra a escravatura?

310 Capítulo 18

substituindo-a por eufemismos como "moreno", "pessoa de cor", ou "afrodescendente". Cuti argumenta que esse comportamento revela um racismo estrutural e um desconforto em reconhecer diretamente a negritude e convida à reflexão sobre como a linguagem pode tanto perpetuar quanto combater o racismo, e como o reconhecimento direto da identidade negra é importante para enfrentar o racismo estrutural no Brasil.
Fonte: https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf

Ao trazer esse texto para o espaço didático, as autoras de *Veredas da Palavra* conectam a narrativa de Carolina Maria de Jesus com as grandes questões abordadas pelo Realismo e Naturalismo: a análise das condições sociais, a exploração das desigualdades e a crítica às estruturas de poder que perpetuam a exclusão e a miséria. Este excerto introdutório, que antecede a publicação do fragmento do diário de Carolina Maria de Jesus, funciona como um limiar, estabelecendo um contrato de leitura com o público e oferecendo as primeiras pistas sobre o que esperar da obra. A explicitação do gênero – "Quarto de despejo: diário de uma favelada" – é o primeiro elemento fundamental.

Ao identificar a obra como um diário, o texto introdutório cria no leitor a expectativa de um relato pessoal, íntimo e subjetivo, situa a narrativa na favela do Canindé, em São Paulo, e antecipa os temas que serão recorrentes no diário: "sonhos, dificuldades e também fatos cotidianos", criando uma atmosfera para a leitura. Além disso, diante da perspectiva de Orlandi (2001), o sujeito da enunciação (autoras do excerto) se coloca como mediador entre a obra e o leitor. Sua escolha de palavras ("bastante relevante") demonstra um posicionamento de reconhecimento do valor da obra. Já o leitor implícito é alguém que ainda não está familiarizado com a obra de Carolina Maria de Jesus. O texto busca despertar seu interesse e fornecer informações básicas sobre a autora e o livro. Como sujeito do enunciado, Carolina é apresentada em sua trajetória de vida, desde a fuga da pobreza até a sua atividade como catadora de papel e escritora autodidata. Sua "pouquíssima escolaridade" é mencionada, contrapondo-se à sua paixão pela leitura e escrita, o que ressalta sua singularidade e força de expressão. A frase final – "Leia a passagem transcrita a seguir, relativa ao dia 13 de maio de 1958, e depois responda às questões que se seguem" – estabelece um contrato de leitura didático, direcionando o leitor para um engajamento específico com o texto. Em suma, o excerto introdutório sobre "Quarto de Despejo" prepara o terreno para uma leitura que considera tanto os aspectos factuais da obra e da biografia da autora (leitura parafrástica) quanto as múltiplas camadas de significado relacionadas à representação da marginalidade, à força da expressão individual e à importância da literatura como forma de testemunho social (leitura polissêmica).

No entanto, a obra de Carolina vai além desses parâmetros, na medida em que não apenas retrata a realidade, mas a faz a partir de um ponto de vista

subalterno, uma perspectiva que raramente encontra espaço nos cânones literários tradicionais. Aqui, as críticas de estudiosos como Eduardo de Assis Duarte tornam-se particularmente pertinentes. Duarte, em *Literatura, Política e Afrodescendência no Brasil: Antologia Crítica* (2011), discute a marginalização de escritores negros no cânone literário brasileiro, incluindo Carolina Maria de Jesus. Ele argumenta que a apresentação de autoras como Carolina muitas vezes minimiza sua relevância e não faz jus ao impacto social e literário de suas obras. Esse trabalho reforça a crítica de que, embora as autoras de *Veredas da Palavra* tentem conectar a narrativa de Carolina ao Realismo e Naturalismo, ainda falham em capturar a profundidade e a importância crítica de sua obra.

Orlandi (2001) enfatiza que a produção de sentidos na leitura é um campo de tensão entre o que é pré-construído (determinado) e o que emerge da atividade interpretativa (indeterminado). Ao ler, o sujeito não decodifica, mas reescreve o texto, mobilizando sua memória discursiva e enfrentando os sentidos já estabilizados. Por exemplo, uma obra literária clássica ganha novos significados quando lida a partir de perspectivas feministas ou decoloniais, desafiando interpretações hegemônicas. O determinado reflete relações de poder (como discursos dominantes que buscam fixar sentidos), enquanto o indeterminado abre espaço para resistência, permitindo que os leitores questionem ou subvertam sentidos impostos.

A materialidade em (“Leia a passagem transcrita a seguir, relativa ao dia 13 de maio de 1958, e depois responda às questões que se seguem”) se manifesta na sua natureza instrucional e diretiva. O uso dos verbos no imperativo ("Leia", "responda") denota uma relação de poder assimétrica entre as autoras do material (enunciador) e o leitor (enunciatário), típico de um contexto pedagógico. A referência temporal específica ("13 de maio de 1958") ancora o discurso em um ponto determinado no tempo, remetendo a um evento particular (no contexto de "Quarto de Despejo", o Dia da Abolição). O advérbio "depois" estabelece uma sequência lógica de ações para o leitor. A finalidade é orientar o leitor a se engajar com um trecho específico da obra de Carolina Maria de Jesus e, posteriormente, responder a perguntas relacionadas a ele. As questões, inseridas a seguir, delimitam o foco da análise e da interpretação do diário de Carolina. Elas refletem os objetivos das autoras do material em guiar a compreensão do leitor para aspectos considerados relevantes da obra, como o

gênero, os temas centrais e as questões sociais abordadas. A primeira questão (“Que características do texto permitem sua identificação com o gênero diário?”) estimula uma leitura focada nos aspectos formais e genéricos (leitura parafrástica), enquanto as duas últimas (“Qual o grande desafio enfrentado pela autora ao longo do dia? - Por que, setenta anos depois de Abolição, a autora afirma ainda estar lutando contra a escravatura?”) convidam a uma leitura mais interpretativa e reflexiva, buscando as camadas de sentido mais profundas da obra (leitura polissêmica). Ao responder a essas perguntas, o leitor é levado a articular diferentes níveis de compreensão e a construir um significado para o excerto a partir das pistas fornecidas pelo próprio texto e pelas orientações do material didático.

Diante disto, as autoras de *Veredas da Palavra* ao proporem aos estudantes reflexões que reproduzem o sentido aparente do texto, como se houvesse uma equivalência direta entre palavras e significados, supondo, assim, que o texto seja transparente e que o leitor seja um decodificador passivo, ignorando as condições históricas e ideológicas de produção, fixando interpretações hegemônicas, evitando conflitos de sentido e incitando uma leitura parafrástica que naturaliza os sentidos dominantes e oculta o caráter político da linguagem, reforçando nos estudantes a ilusão de que há uma "verdade" única no texto, apagando sua relação com o interdiscurso e a memória discursiva. Pois, ao reconhecer sua condição ao mesmo tempo determinado e indeterminado, o leitor/estudante assume seu papel político na (re)produção ou transformação dos discursos (Orlandi, 2001).

Nesse sentido, Regina Zilberman, em *O cânone em sala de aula* (2010), discute as dificuldades de inclusão de obras e autores que não fazem parte do cânone literário tradicional. Sua crítica se aplica diretamente à forma como o livro didático trata a obra de Carolina Maria de Jesus, reforçando as hierarquias culturais dominantes e negligenciando vozes periféricas e subalternizadas. *Quarto de Despejo* não apenas complementa as leituras dos grandes nomes do Realismo e do Naturalismo, mas desafia a concepção de literatura que esses movimentos construíram, oferecendo uma voz que narra a experiência de ser pobre, mulher e negra em um Brasil que ainda não conseguiu resolver as questões sociais fundamentais que marcaram o século XIX.

Na perspectiva de Lucía Tennina (2019), a literatura marginal é entendida como um movimento literário e cultural que emerge das periferias urbanas brasileiras, especialmente em São Paulo, a partir dos anos 1990. Tennina (2019) caracteriza esta produção como uma manifestação artística que desafia os cânones literários tradicionais ao dar voz a autores oriundos das margens sociais. Para Tennina (2019), a literatura marginal representa uma ruptura com o monopólio da produção cultural das elites, pois é produzida por sujeitos periféricos que narram suas próprias experiências, realidades e territórios. Ela destaca como essa literatura estabelece novos circuitos de produção, circulação e consumo literário através de saraus, coletivos culturais e editoras independentes. Em sua análise, enfatiza que a literatura marginal não é apenas uma expressão artística, mas também um movimento político que reivindica o direito à voz, à representação e à autorrepresentação das comunidades periféricas, questionando estereótipos e promovendo uma afirmação identitária positiva desses espaços e sujeitos marginalizados.

A obra de Carolina Maria de Jesus, portanto, transcende a mera continuidade das preocupações literárias do século XIX; é uma voz potente que emerge das margens, desafiando os leitores a confrontarem a realidade brutal que persiste no Brasil contemporâneo. A crítica de Carolina à sociedade brasileira é intrínseca à sua vivência, conferindo à sua escrita o estatuto não apenas de peça literária, mas também de documento histórico e social de inestimável valor.

Diante disso, "Quarto de Despejo" (2014) demanda uma abordagem mais aprofundada, especialmente no âmbito dos materiais didáticos. Uma análise literária que transcenda a identificação formal é crucial para evidenciar como a materialidade do diário de Carolina Maria de Jesus, em sua publicação, tensionou as fronteiras entre o íntimo e o público. Essa abordagem permitiria explorar os sentidos discursivos produzidos, especificamente em relação à autoria e às condições de vida na favela.

Nesse sentido, poder-se-ia transpor a leitura parafrástica proposta aos estudantes, considerando as posições de sujeito que se ocupa no texto, como a materialidade de seu discurso (em suas escolhas lexicais, sintáticas e nos silêncios) constrói e revela os múltiplos desafios cotidianos, e de que forma esses desafios se inscrevem nas formações ideológicas da época.

Adicionalmente, seria possível explorar a maneira como se mobiliza o interdiscurso histórico sobre a liberdade e a opressão, e como essa enunciação desvela a persistência de estruturas ideológicas que continuam a interpelar os sujeitos em suas condições de vida e a ressignificar o conceito de 'escravatura'.

Com o intuito de desdobrar essa discussão, propõem-se as seguintes paráfrases para as questões, trabalhando para alinhá-las com bases epistemológicas da análise de discurso materialista:

1. O diário de Carolina Maria de Jesus era um registro pessoal. Ao ser publicado, como a narração transforma o que era íntimo em algo público? O que essa mudança nos faz pensar sobre a vida da personagem central e sobre a realidade da favela?

2. No diário, a narradora nos conta sua própria história. Como a escolha de palavras (o que ela diz e o que ela não diz) cria determinados sentidos sobre os desafios do seu dia a dia? E como esses desafios se conectam com as ideias e os valores da sociedade daquela época?

3. A narradora escreve que, mesmo setenta anos depois da Abolição da escravidão, ela ainda luta contra a "escravatura". O que isso pode provocar como reflexão? Como essa fala nos faz pensar que alguns problemas e preconceitos do passado ainda afetam a vida das pessoas hoje, dando um novo sentido à ideia de "escravatura"?

Nesse sentido, é possível estabelecer um diálogo profícuo com a perspectiva de Suzy Lagazzy-Rodrigues (2003) sobre a relação entre teoria e prática no contexto da sala de aula. Ao abordar a sala de aula como um "espaço de necessidade equívoca" – conceito de Michel Pêcheux que descreve a busca do sujeito pragmático moderno pela estabilização de seu mundo por meio de "sistemas lógicos portáteis" –, Lagazzy-Rodrigues convida à reflexão sobre como o conhecimento circula e é legitimado. A sala de aula, nesse cenário, deixa de ser um mero local de transmissão de conteúdo e se torna um ponto de encontro entre o conhecimento formal (a teoria) e o "alhures", que engloba as experiências vividas, as realidades sociais dos estudantes e a própria materialidade do diário de Carolina Maria de Jesus, que emerge de um contexto "outro" para dentro do espaço acadêmico.

Em conclusão, a abordagem de Carolina Maria de Jesus no contexto do Realismo e Naturalismo é um acerto que, contudo, deve ser aprofundado para

que se faça justiça à complexidade e à importância de sua obra. *Quarto de Despejo* deve ser vista não apenas como um relato de vida, mas como uma contribuição vital para a literatura brasileira, que obriga a repensar o cânone e a incluir, de forma efetiva, as vozes que historicamente foram silenciadas.

Eni Orlandi (2007) denomina "política do silêncio" a interdição social de determinadas palavras e significados em contextos específicos. O silêncio e o dizer constituem formas de manifestação dos sentidos, sendo que o silêncio se situa, como na análise dos fragmentos das obras de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus aqui apresentadas, no domínio do aparentemente inatingível. Considerando que as palavras em discurso são permeadas pelo silêncio e também podem silenciar, pois

> Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. [...] Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se destacar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer. (ORLANDI, 2007, p. 73-74)

O silêncio, como elemento gerador de significados, exerceu duas funções importantes nas análises ora apresentadas: primeiramente, revelou sentidos indesejáveis, por isso não-ditos, como a ausência notável de análises críticas das obras literárias subalternizadas das mulheres negras e de sua cultura na estrutura social brasileira; simultaneamente, ajudou a esboçar, ainda que sutilmente, possíveis estratégias metodológicas para incorporar essa produção literária como conhecimento formal significativo no ensino de literatura ao final da Educação Básica.

4.4 A constituição do autor de livros didáticos

A constituição de autoria dos livros didáticos é um processo complexo que permite a compreensão de mais de um efeito de sentido. Esse processo envolve a construção de um efeito de unidade autoral que é, ao mesmo tempo, pedagógica e ideológica, refletindo as escolhas editoriais e curriculares que

moldam o ensino de literatura. A compreensão da noção de autoria dos livros didáticos requer uma análise que considere as relações entre ideologia, discurso, história e materialidade.

Nesse contexto, a autoria do livro didático, com um suposto efeito de unidade, ocupa uma posição específica dentro do Aparelho Ideológico Escolar, sendo um sujeito interpelado pela ideologia que, mesmo quando acredita exercer autonomia criativa, reproduz valores e conteúdos alinhados às demandas institucionais e estatais. Como destaca Althusser (1985, p. 94): "toda ideologia tem por função (que a define) 'constituir' indivíduos concretos em sujeitos." Podemos observar essa dinâmica na forma como trechos de autoras como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus foram selecionados e apresentados no material didático. A escolha de destacar certos aspectos de suas vidas e obras, a maneira como são contextualizadas e as análises propostas pelas autoras de *Veredas da Palavra* são exemplos de como a ideologia do sistema educacional pode influenciar a leitura e a compreensão dessas literaturas, mesmo com a intenção de promover a diversidade.

Michel Pêcheux (1997a) amplia a compreensão althusseriana ao inserir a dimensão discursiva na análise. Para Pêcheux (1997a), os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Pêcheux, desenvolveu uma importante reflexão sobre a especificidade do esquecimento como elemento constitutivo do discurso. O esquecimento não é meramente uma falha de memória, mas um componente estrutural na produção de sentidos e na constituição da subjetividade. O Esquecimento Ideológico (esquecimento nº 1) é de natureza inconsciente e ideológica. Refere-se à ilusão do sujeito de ser a fonte original de seu discurso, quando na verdade está apenas retomando sentidos preexistentes. Como afirma Pêcheux: “O esquecimento nº 1 dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1997a, p. 162).

Na constituição do autor de livro didático, observa-se o que Pêcheux denomina "esquecimento": o autor "esquece" que seu discurso é determinado por condições de produção específicas, criando a ilusão de que é a origem do sentido.

Esta perspectiva permite compreender que o autor do livro didático produz seu texto dentro de formações discursivas determinadas por diretrizes curriculares, políticas educacionais e tradições pedagógicas que delimitam o que pode e deve ser dito naquele espaço discursivo. O trecho ("Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus, publicado em 1960, é uma obra bastante relevante da literatura afro-brasileira."): A forma como a obra é apresentada já demonstra a atuação das autoras do livro didático dentro das formações discursivas estabelecidas. Ao afirmarem que o livro é "bastante relevante da literatura afro-brasileira", se alinham com as diretrizes curriculares e políticas educacionais que incentivam o estudo da diversidade literária e a valorização de autores afrodescendentes. Essa categorização e a atribuição de relevância não são neutras, mas refletem escolhas pedagógicas e ideológicas sobre o que deve ser ensinado e reconhecido como importante no campo literário.

Nesse contexto, Eni Orlandi, desenvolvendo as reflexões de Pêcheux no contexto brasileiro, traz contribuições essenciais para a compreensão da função-autor. Segundo Orlandi (2005), a função-autor é uma função discursiva do sujeito, se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social, o autor responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar em sua origem. Todavia,

> Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. Se o sujeito é opaco e o discurso não é transparente, no entanto o texto deve ser coerente, não-contraditório e seu autor deve ser visível (ORLANDI, 2005, p. 74).

Orlandi (2005) aponta que a finalidade destes requisitos é tornar o sujeito visível (enquanto autor) com sua argumentativa, pois visível se é calculável. O sujeito-autor passa por um processo e assunção da autoria, visto que simultaneamente reconhece uma exterioridade a qual ele deve se referir, ele se remete a sua interioridade.

Roger Chartier acrescenta uma dimensão fundamental ao debate: a materialidade dos textos e seus suportes como elementos constitutivos da função autor. Para Chartier (1998),

> os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que se tornam objetos escritos – manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados – manejados de diferentes formas por leitores de carne e osso (CHARTIER, 1998, p. 9).

Esta perspectiva é particularmente relevante para os livros didáticos, cujo formato, diagramação, ilustrações e recursos multimodais participam ativamente da construção dos sentidos. Como destaca Chartier (1999, p. 17), "o processo de publicação, seja qual for sua modalidade, é sempre um processo coletivo que requer numerosos atores e não separa a materialidade do texto da textualidade do livro".

No caso dos livros didáticos, a autoria frequentemente se dilui entre diversos profissionais: autor(es) do conteúdo, editores, ilustradores, diagramadores e revisores, criando uma "autoria coletiva" nem sempre explicitada. Segundo Chartier (1999, p. 58), "a significação, ou melhor, as significações, histórica e socialmente diferenciadas de um texto, dependem das formas e das circunstâncias por meio das quais os leitores o recebem e dele se apropriam".

A constituição de autoria dos livros didáticos revela-se, portanto, como um fenômeno complexo, situado na intersecção entre ideologia, discurso, institucionalidade e materialidade. O autor de livro didático ocupa uma posição específica, caracterizada por certas contradições: apresenta-se como origem do saber, mas reproduz conhecimentos legitimados; assume responsabilidade individual pelo texto, mas está submetido a múltiplas determinações; assina a obra, mas frequentemente participa de uma autoria coletiva diluída entre diversos profissionais.

Esta análise teórica permite desnaturalizar a figura do autor dos livros didáticos, evidenciando seu caráter construído e as relações de poder que a constituem, contribuindo para uma leitura mais crítica desses materiais pedagógicos fundamentais nas práticas educacionais contemporâneas.

4.5 O Processo de Significação das Autorias Femininas Negras no Livro Didático Analisado

A construção da significação das autorias femininas negras nos livros didáticos é um processo que se revela profundamente enraizado na forma como suas biografias e contextos literários são apresentados, quando autoras negras são mencionadas, muitas vezes são enquadradas de maneira que minimiza sua importância literária, focando mais em suas biografias de sofrimento do que em suas contribuições artísticas. Cida Bento argumenta que

> esses processos e mecanismos caracterizam o que chamamos de racismo institucional, pois são ações em nível organizacional que independentemente da intenção de discriminar acabam tendo impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo (BENTO, 2022, p. 77).

Este tipo de marginalização é uma forma de manter o status quo, onde a produção cultural das populações negras é sistematicamente subvalorizada. Esse processo de legitimação é fundamental para a formação de uma memória literária coletiva, que, ao mesmo tempo que preserva certas tradições, perpetua estruturas de poder e exclusão. Para Pêcheux (1997a), a memória não deve ser entendida no sentido psicológico individual, mas como um fenômeno social e discursivo. A memória discursiva representa

> aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita (PÊCHEUX, 1997a, p. 52).

Esta concepção ressalta o caráter interdiscursivo da memória, que nunca é individual, mas sempre atravessada por outros discursos que a precedem. A memória discursiva funciona como um espaço de recorrências que possibilita que enunciados sejam repetidos, transformados ou esquecidos.

Para Pêcheux (1997a) o acontecimento discursivo desestabiliza a memória e instaura novos sentidos. A tensão entre estrutura e acontecimento é central para compreender como a memória coletiva é simultaneamente preservada e transformada. Como afirma Pêcheux: "a memória tende a absorver o acontecimento [...] mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção,

pode desmanchar essa 'regularização' e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira" (PÊCHEUX, 1997a, p. 52). Ao enfatizar o papel do interdiscurso e das formações discursivas, Pêcheux nos oferece ferramentas teóricas para compreender como os sentidos se estabelecem coletivamente e como a memória social é constantemente disputada e negociada entre diferentes posições ideológicas.

Perante o exposto, a biografia de autoras negras como Carolina Maria de Jesus é tratada de maneira significativamente diferente. Embora sua obra *Quarto de Despejo* tenha ganhado notoriedade por sua poderosa denúncia das condições de vida nas favelas de São Paulo, a maneira como Carolina é apresentada no livro didático analisado reduz sua identidade autoral a uma narrativa de pobreza e sofrimento. Ao destacar apenas os aspectos mais dramáticos de sua vida, como sua condição de favelada e sua luta contra a fome, reforça-se estereótipos sobre a experiência negra no Brasil, sem reconhecer plenamente a complexidade de sua contribuição literária e social.

Carolina ao ser apresentada desta forma superficial, mesmo que sua existência seja reconhecida, não lhe é concedida a legitimação autoral. Já Maria Firmina dos Reis é exaltada por suas produções, no entanto, nem mesmo um fragmento das suas obras é analisado. Estes processos de significações limitam o potencial transformador destas autorias e perpetua uma visão restritiva da literatura feminina negra no Brasil.

Numa rede de discursos

> as diferenças são tamanhas, em relação aos efeitos de memória que eles carregam, que é impossível a mera troca de palavras. Trazem em si a destruição do “outro”. Sentidos não colam. As distâncias só aumentam. O que torna a troca de palavras insignificante. Um querer reescrever a história e contá-la pelo lado direito, produzindo distorções interpretativas próprias a quem faz retorno. Memória imaginária. Constituição de novas versões. (ORLANDI, 2023, p.67).

Os persentires[15] ora aqui concretizados nas análises destas potentes obras de Firmina e Carolina, diante de tantas e possíveis significações e efeitos

[15] Persentir é verbo transitivo direto, vem do latim (*persentire*) neste caso sofreu uma derivação imprópria e tomou-se um sentir profundamente, no íntimo.
Fonte: https://michaelis.uol.com.br/palavra/ok3zB/persentir/

de sentidos. Deparando em paradoxo ao dizer e ao silenciar, nas fronteiras do dizer e do não dizer, do compreensível e do não compreensível, existe um vasto silêncio nas significações. O questionamento que se apresenta é “para onde vão os sentidos do que estão nos silenciando? Para onde vão os seus sentidos?” (ORLANDI, 2023, p.62).

Vazio...

..

.

Para dizer o essencial, o processo de significação das autorias femininas negras nos livros didáticos analisados revela a complexa interação entre o cânone literário estabelecido, as diretrizes curriculares e as escolhas editoriais, operando dentro da lógica ideológica dos Aparelhos Ideológicos de Estado. A forma como autoras como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus são incluídas – ou excluídas –, a maneira como suas obras são apresentadas, interpretadas e os aspectos de suas vidas e produções que são enfatizados ou silenciados, são elementos cruciais que demonstram essa operação. Em alguns casos, a marginalização ou a apresentação superficial dessas autorias pode se manifestar como uma forma de tornar seus contributos "insignificantes" no panorama literário hegemônico. Em contrapartida, o silenciamento de temas ou perspectivas potencialmente disruptivas em suas obras pode configurar uma estratégia do "insignificado", evitando o confronto com narrativas que questionam as estruturas de poder estabelecidas. A análise atenta desse processo de significação, à luz das teorias da Análise de Discurso, permite compreender como se constroem as representações dessas autorias no contexto educacional, com potenciais implicações para a formação de identidades literárias dos estudantes e para a própria configuração de um cânone literário mais representativo e equitativo (ORLANDI, 2023, p.62-63).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, propus-me a analisar as representações de autorias negras femininas em determinado livro didático de literatura, com um olhar atento sobre as obras *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis e *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus. Essa jornada crítica, ancorada na análise de discurso histórico materialista e nas teorias de Aparelhos Ideológicos de Estado, revelou a profundidade das dinâmicas de poder que moldam as representações literárias e, por consequência, a construção das identidades das leitoras[16]. Neste percurso, não apenas desvenda-se as limitações e os silêncios impostos sobre as vozes negras femininas, mas também se questiona a própria estrutura que perpetua tais exclusões.

Desde o princípio, estabeleci que este estudo não se contentaria com a mera constatação da presença ou ausência dessas autorias no corpus analisado. Era necessário ir além, adentrando nas profundezas das condições de produção, das práticas discursivas e das ideologias que sustentam a construção do cânone literário. Ao adotar essa abordagem, ficou evidente que o livro didático (corpus), enquanto ferramenta pedagógica, está longe de ser neutro. É, na verdade, agente ativo na perpetuação de uma narrativa que privilegia determinadas vozes e silencia outras, moldando a percepção das[17] estudantes sobre o que é considerado literatura digna de estudo.

A teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado de Louis Althusser ofereceu a base teórica necessária para entender como as ideologias são disseminadas e internalizadas através das instituições, especialmente a escola. A escola, percebida como neutra, se revela como um espaço onde se consolidam as ideologias dominantes, naturalizando relações de poder que marginalizam e excluem as vozes consideradas subalternizadas. Neste contexto, a análise das obras de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus mostrou como essas autoras, mesmo quando incluídas no currículo estabelecido, são frequentemente apresentadas de forma a minimizar seu impacto e relevância.

---

[16] A proposta é subverter um padrão patriarcal.
[17] Idem.

Michel Pêcheux, complementou essa análise defendendo que os sentidos das palavras não são fixos, mas determinados por fatores ideológicos e históricos. Assim, o ensino literário, pode proporcionar um espaço de resistência e transformação, mas também domesticar os sentidos, seus potenciais críticos e subversivos neutralizados em prol da manutenção de uma narrativa que perpetua a hegemonia cultural. Neste sentido, a inclusão de autorias negras femininas nos materiais didáticos, quando feita sem a devida contextualização e análise crítica, acaba por reforçar estereótipos ao invés de desafiar as estruturas de poder.

Ao longo deste estudo, ficou claro que as obras *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, são muito mais do que testemunhos históricos; elas são intervenções ativas no discurso social, que desafiam as narrativas hegemônicas e oferecem novas possibilidades de entendimento sobre a autoria negra e feminina na literatura brasileira. A análise crítica dessas obras permitiu revelar profundidades e subversões que desafiam as normas sociais de seus tempos.

No entanto, a análise do material didático utilizado no Instituto Federal de São Paulo, Campus Sertãozinho, mostrou que essa subversão é frequentemente diluída. As obras de Reis e de Jesus, quando incluídas nos currículos, são frequentemente apresentadas de maneira descontextualizada, enfatizando aspectos que reforçam estereótipos em detrimento de uma análise mais profunda e crítica. Essa abordagem limita o potencial transformador dessas obras e perpetua uma visão estreita e excludente da literatura brasileira.

As teorias de Eni Orlandi sobre a análise de discurso foram fundamentais para aprofundar a compreensão de como essas práticas discursivas operam na construção das identidades literárias e sociais. Orlandi nos lembra que os discursos não são apenas veículos de comunicação, mas práticas que refletem e reforçam as estruturas de poder. Assim, a forma como as autoras negras são representadas no corpus analisado revela muito sobre as ideologias que orientam a educação literária no Brasil, mostrando que a inclusão de vozes subalternizadas, sem uma análise crítica, pode acabar por perpetuar as mesmas exclusões que pretende combater.

O hibridismo cultural proposto por Homi Bhabha também ofereceu insights valiosos para entender como as autoras negras operam em um espaço de

negociação e contestação, onde novas identidades e significados emergem. As obras de Reis e de Jesus não se limitam a reproduzir narrativas hegemônicas; elas as desafiam, reconfigurando as identidades e propondo novas formas de resistência. Essa capacidade de subversão é o que torna essas autoras tão relevantes para uma reavaliação crítica do cânone literário.

A partir dessas análises, ficou evidente que o processo de significação das autorias femininas negras no corpus analisado é um tema central para a construção de uma educação literária mais justa e inclusiva. No entanto, essa significação só será efetiva se for acompanhada por uma prática pedagógica que valorize a integridade dessas obras, reconhecendo suas complexidades e contextualizando-as adequadamente. A superficialidade com que essas autoras são frequentemente tratadas nos currículos limita não apenas o entendimento das[18] estudantes, mas também o potencial transformador da literatura.

As reverberações das obras de mulheres negras nos livros didáticos têm um impacto profundo na formação das identidades literárias e culturais das[19] estudantes. A inclusão dessas vozes, quando feita de maneira crítica e contextualizada, pode oferecer às[20] estudantes uma visão mais ampla e inclusiva da literatura, ajudando-as[21] a reconhecer e valorizar a diversidade de experiências que compõem a história do Brasil. No entanto, para que isso aconteça, é necessário um compromisso com a revisão crítica dos currículos e das práticas pedagógicas.

O trabalho desenvolvido ao longo desta análise reafirma a necessidade urgente de reavaliar o cânone literário e de promover uma educação literária que seja verdadeiramente inclusiva. As vozes de Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, entre outras autoras negras, devem ser reconhecidas não apenas por sua contribuição histórica, mas por sua capacidade de desafiar e transformar as narrativas hegemônicas. Esse reconhecimento é fundamental para a construção de uma identidade literária mais representativa e equitativa.

Em conclusão, as considerações finais desta análise não se limitam a uma síntese do que foi discutido. Elas são um convite à reflexão e à ação. A luta por

---

[18] Idem.
[19] Idem.
[20] Idem.
[21] Idem.

uma educação mais justa e inclusiva continua, e ela exige o esforço de todas[22]. Que possamos, a partir das reflexões aqui apresentadas, continuar a questionar, a desafiar e a transformar as estruturas de poder que ainda limitam e silenciam tantas vozes. A literatura, em toda a sua diversidade e complexidade, deve ser um espaço de encontro, de diálogo e de transformação. E as vozes de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e tantas outras autoras negras devem ressoar com força e clareza, inspirando gerações futuras a construir um Brasil mais justo, inclusivo e equitativo.

Todas estas ponderações ora aqui elencadas potencializaram em mim aquilo que sempre viveu em mim. Sempre esteve dentro de mim a busca de uma estética única, singular e profunda, mas, o que fazer se tudo é. Descobri que diferenças e/ou semelhanças compõem os gestos. Desde o vazio profundo que sinto ao testemunhar apagamentos e silenciamentos, afetamentos, afetos e desafetos, interditos, ditos e não ditos, até a total ocupação da mente por contentamentos que a análise materialista discursiva permite e, portanto, me autoriza defender. Posto isto, seguirei aqui de mãos dadas com Carolinas, Firminas, Enis, Mônicas, Lúcias Cidas, Anas, Reginas, Robertas, Vimas, Conceições, Claudines, Marisas, Fernandas, Marias, Kiusans, Marlenes, Lourdes e Glórias e quem mais um vestidinho xadrez multicolor quiser comigo usar.

[22] Idem.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALTHUSSER, Louis. **Para Ler o Capital.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999a.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: **Sobre a Reprodução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.

ALVES, Roberta H. MARTIN, Vima L. **Veredas da Palavra**. São Paulo: Ática, 2016.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte, MG. Editora UFMG; 2ª edição, 2018.

BIZIAK, J. S. Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus: gênero, autoria e discurso. ALETRIA: **REVISTA DE ESTUDOS DE LITERATURA**, v. 31, p. 277-298, 2021.

BIZIAK, J. S. Introdução – Narração, enunciação e literatura: ensaio de entremeio entre análise de discurso materialista, psicanálise e estudos literários. In: Biziak, J. S. (org) **Saberes sem nome: análise de discurso materialista e estudos literários**. v. 2, p. 19 – 48, Campinas, SP, Pontes Editores, 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: SEB/MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL, Luciana L. **Michel Pêcheux e a Teoria da Análise do Discurso: Desdobramentos Importantes para a Compreensão de uma Tipologia Discursiva.** Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/32465/17293 Acesso em 27 de Julho de 2024.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** São Paulo – SP, Editora: Todavia; 1ª Edição, 2023.

CANDIDO, Antônio. **A Voz do Povo: Literatura e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CASTRO, Edson. **Fragmentação e Realidade: A Escrita de Carolina Maria de Jesus.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CASTRO, Ana Maria A. **A Literatura e o Currículo: Entre Textos e Contextos.** São Paulo: Cortez, 2014.

CHARTIER, Roger. CAVALLO, Guglielmo. **História da Leitura no Mundo Ocidental.** São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor? Revisão de uma genealogia.** São Carlos: EdUFSCAR, 2021.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Editora da UnB, 1999.

CHARTIER, Roger. **Crítica textual e história cultural: o texto e a voz, séculos XVI-XVII. Leitura: teoria e prática.** Campinas, v.16, n.30, p.67-75, 1997.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Autores e Autoridade: A Legitimação de Vozes Marginalizadas na Literatura Brasileira.** Brasília: Editora UnB, 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis (Org). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DURÃO, Fabio. **Fragmentos Reunidos: Ensaios sobre a Desordem e a Cultura.** Campinas: Mercado de Letras, 2010.

DURÃO, Fabio. **Carolina Maria de Jesus e a Narrativa da Marginalidade.** Campinas: Editora Unicamp, 2017.

ECO, U. **Sobre a literatura.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel; **A Ordem do Discurso aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Editora Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. O que é um autor?. In: _____. **Ditos & Escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-298, 2009.

FREIRE Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologias e História.** São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento.** Campinas – SP, Editora: Pontes, 2002.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte – MG, Editora: UFMG, 2003.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer.** São Paulo, SP: Hucitec, 1992.

JESUS, Carolina M. **Quarto de Despejo.** São Paulo - SP. Editora Ática, 15ª Edição, 2014.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. (2003). A sala de aula e o alhures: circulando pela linguagem entre práticas e teorias. **Letras**, (27), 67–71. https://doi.org/10.5902/2176148511899

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp,2019.

LIMA, Marisa. **Literatura e Identidade: O Papel da Educação na Construção do Cânone Literário.** São Paulo: PUC-SP, 2016.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MIRANDA, Fernanda R. A experiência literária marginal em três atos: o "maldito" dos anos 70, o "periférico" contemporâneo e a *outsider* Carolina Maria de Jesus. Volume 12 - Londrina: **Revista Estação Literária**, 2014.

NUNES, Maria Carolina**. Literatura Negra e Educação: Desafios e Possibilidades no Ensino Médio.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

OLIVEIRA, Kiusam de. **O mar que banha a ilha de Goré.** São Paulo: Peirópolis/Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e Seu Funcionamento: As Formas do Discurso.** Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: Autoria, Leitura e Feitos do Trabalho Simbólico.** Campinas: Editora: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** Campinas: Editora: Pontes Editores, 2005.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia.** Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni P. **Argumentação e Análise de Discurso: conceito e análises.** Campinas: Pontes Editores, 2023.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In. Orlandi, E. P. (Org) [et.al.] **Gestos de Leitura: Da História No Discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 55 – 66 (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 3. ed, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento?** Campinas: Pontes, 2. ed, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. São Paulo: Pontes, 2014.

PORTAL SRT, Disponível em: Portal SRT - Página inicial (ifsp.edu.br). Acesso em: 09 março de 2025.

REIS, Maria F. **Úrsula.** Porto Alegre: Zouk, 2018.

RIBEIRO, Maria. **Auto Representação e Agência na Obra de Carolina Maria de Jesus.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

SAID, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SCHWARZ, Roberto. **As Ideias Fora do Lugar.** São Paulo, SP. Editora Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Ana. A literatura subversiva de Maria Firmina dos Reis. **Criação e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 40-55, 2022.

SILVA, Renato K. M. **Maria Firmina dos Reis e Carolina de Jesus: Escritoras Brasileiras e Livros Didáticos do Ensino Médio.** Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491524318.pdf Acesso em 24 de Julho de 2024.

SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. **Escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 17-48.

TENNINA, Lucia. Literatura Marginal. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana. (org.) **Teoria Literária. Abordagens históricas e tendências contemporâneas.** Maringá: Eduem, 2019.

TEIXEIRA, Marlene. **A Voz Autêntica: A Edição de Quarto de Despejo por Audálio Dantas.** São Paulo: Editora FGV, 2004.

VIEIRA, J. de F. JOHANSON, I. C. A interseccionalidade a partir de 'Quarto de Despejo', De Carolina Maria de Jesus**. Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, p. 244–268, 2020. Disponível em https://seer.ufrgs.br/index.php/philia/article/view/103989/59087. Acesso em 05 de abril de 2025.

ZILBERMAN, Regina. **Literatura e Marginalidade: O Caso de Carolina Maria de Jesus.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

ZILBERMAN, Regina. O papel da literatura na escola. **VIA ATLÂNTICA** Nº 14 DEZ/2008.

ZILBERMAN, Regina. O Cânone em Sala de Aula. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 36, n. 1, p. 41-54, 2010.

ZILBERMAN, Regina. **A Leitura Rara: Retrato da Literatura e do Ensino de Literatura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de Autoria Feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana. (org.) **Teoria Literária. Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2019.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. **Lugares de Enunciação e Discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 2018.